

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 57 — Série VII — N.º 692
2 de Abril de 1987
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. — Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 — Telex 18390 Composição e impressão — Heska Portuguesa Distribuição — CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º — 1000 Lisboa

NOTA DA COMISSÃO POLÍTICA DO CC DO PCP

PROPOSTA DO PCP PARA A SOLUÇÃO DA CRISE POLÍTICA

1. A moção de censura, que será debatida na Assembleia da República nos próximos dias 2 e 3 de Abril, não é um acontecimento fortuito, antes objectivamente culminou no momento actual o desenvolvimento de um processo de contestação do Governo PSD de Cavaco Silva pelos efeitos desastrosos da sua política, pela sua actuação ilegal e prepotente e pelo seu constante afrontamento subversivo das instituições.

São índices particularmente significativos dessa contestação o amplo e vigoroso movimento social de massas actualmente em curso, o isolamento do Governo na Assembleia da República e o diálogo entre os partidos democráticos, de que têm resultado, em casos pontuais, iniciativas políticas e legislativas convergentes.

A moção de censura corresponde a um sentimento generalizado da necessidade da demissão do Governo e da sua substituição por um governo democrático.

2. A não haver alteração nas posições já anunciadas pelos partidos democráticos, a moção de censura será aprovada e, como consequência constitucionalmente obrigatória, o Governo é demitido.

Os democratas devem entretanto estar atentos às pressões e manobras que o Governo (e bem assim o PSD, todas as forças reacçãoárias e sectores sociais e políticos da área democrática) tentará ainda para evitar a sua queda.

Seria de condenar vivamente qualquer eventual acordo de última hora entre qualquer partido democrático e o Governo que levasse à modificação do voto já anunciado na moção de censura que, a ser confirmado, significará a queda do Governo.

3. A votação da moção de censura pelos partidos democráticos e a consequente queda do Governo PSD de Cavaco Silva significará a condenação da política do Governo e a afirmação maioritária da necessidade da formação de um governo com uma política democrática.

Sendo assim são de rejeitar firmemente, após a demissão do Governo, tentativas que sejam feitas para a formação de um novo governo do PSD, com ou sem Cavaco Silva, com ou sem substituição de alguns ministros, assim como de um novo governo do PSD alargado a outros partidos, seja ao CDS, seja a qualquer partido democrático.

Dada a frontal oposição do PCP, é constitucionalmente impossível que um governo com uma dessas composições possa ser constituído e exercer funções a não ser que o PS ou o PRD o viabilizassem não rejeitando o seu programa.

Uma tal hipótese tem necessariamente de ser excluída a não ser que se verificasse, por parte de um partido democrático, um sério compromisso com o Governo e com a direita, o que seria um acto condenável que não deixaria de provocar viva indignação nas forças democráticas e em largos sectores da população.

Os interesses do povo, do país, da democracia e da independência nacional exigem que, demitido o Governo em consequência da aprovação da moção de censura, seja assegurada a formação de um governo democrático.

4. É uma realidade da vida política portuguesa que para fazer o país sair da crise e resolver os gravíssimos problemas provocados pela política de direita a participação do PCP no Governo é necessária. Um governo democrático com participação comunista seria a melhor solução para a crise actual.

Tendo entretanto em conta que a formação de um novo governo é questão que se pode colocar dentro de poucos dias; tendo em conta a prática impossibilidade de neste curto espaço de tempo se realizar o diálogo, debate e trabalho necessários para a elaboração de um programa comum; tendo em conta os preconceitos anticomunistas que continuam a manifestar-se nos outros partidos democráticos e que tão gravemente têm prejudicado as soluções nacionais e a vida democrática; e tendo ainda em conta que, sem os votos dos deputados do PCP, não existe maioria democrática na Assembleia da República; — o PCP declara a sua disponibilidade para viabilizar a formação de um governo democrático sem participação comunista mediante acordos ou garantias de que o novo governo porá termo à política de direita contra os interesses e direitos dos trabalhadores e do povo português, contra a democracia e as suas conquistas, e realizará uma política democrática em áreas fundamentais da acção governativa.

5. Relativamente à composição política e partidária de um futuro governo democrático, o PCP, ao mesmo tempo que relembra e mantém a sua conhecida proposta de formação de um Governo Democrático de Salvação Nacional (sem composição partidária específica), expressa a sua disponibilidade para viabilizar a formação de um governo do PS, ou do PRD, ou de uma coligação PS/PRD, desde que asseguradas as condições políticas atrás referidas.

6. A realização de eleições antecipadas é inteiramente dispensável na situação política actual, uma vez que os partidos democráticos (PS, PRD, PCP, MDP e Os Verdes) dispõem em conjunto de 140 deputados, ou seja de uma folgada maioria na Assembleia da República.

Em termos políticos as eleições antecipadas não se justificam. Em termos institucionais não seria admissível a dissolução da Assembleia da República (que é da competência do Presidente da República) sem se esgotarem as possibilidades de constituição de um governo no quadro da Assembleia actual.

7. A reclamação arrogante, sem qualquer fundamento legal, da realização de eleições antecipadas por parte do PSD e do Primeiro-Ministro, traduzem o reconhecimento da grande derrota que significa já o momento político actual e que se expressará de forma indiscutível e clamorosa com a aprovação da moção de censura e a consequente demissão do Governo, e o medo de uma alternativa democrática de governo, perspectiva perfeitamente possível no quadro da actual Assembleia da República.

Trata-se de uma tentativa de pressão e chantagem para impedir a formação no imediato de um governo democrático e procurar (utilizando para fins eleitorais todos os meios, incluindo a manipulação da comunicação social e o uso demagógico dos recursos financeiros do Estado) um resultado eleitoral que permitisse ao PSD (com ou sem o CDS) ser de novo encarregado de formar governo, e não só prosseguir como intensificar a sua actuação antidemocrática.

A realização de eleições antecipadas constituiria assim nas condições actualmente existentes uma injustificada cedência às exigências da reacção derrotada e um perigo escusado para o regime democrático.

Maior perigo ainda se o Governo PSD de Cavaco Silva uma vez demitido continuasse em gestão até às eleições. Daí o interesse de todos os partidos democráticos e do próprio regime em assegurar a formação de um governo democrático de gestão no caso indesejável de a crise desembocar na realização de eleições antecipadas para a Assembleia da República.

8. O PCP está preparado para eleições e no que lhe diz directamente respeito não tem receio dos resultados. Mas tem o dever de alertar os outros partidos democráticos para os perigos de eleições antecipadas no contexto actual e alerta em particular o PS para os perigos de qualquer ilusão de que de eleições antecipadas poderá resultar uma maioria PS, ou a chamada «bipolarização» e «alternância».

Para a formação de um governo democrático existe na actual Assembleia da República base maioritária suficiente. É do interesse da democracia portuguesa que esta oportunidade clara e segura seja defendida e aproveitada pela convergência de todos os partidos democráticos.

9. O Presidente da República tem, em relação com a crise política actual, dois poderes que não podem ser esquecidos: o poder de nomear o Primeiro-Ministro e o poder de dissolver a Assembleia da República, sendo a audição dos partidos constitucionalmente obrigatória.

Considera o PCP que é da máxima importância (importância que poderá ser determinante para a solução correcta da crise) que os partidos democráticos se encontrem em posições convergentes quanto à necessidade, à possibilidade e à determinação de que da crise saia um governo democrático que, na base do respeito da Constituição da República e da legalidade, resolva os gravíssimos problemas que afligem o povo português e Portugal.

31 de Março de 1987

A Comissão Política do Comité Central
do Partido Comunista Português



A luta contra a política do Governo Cavaco alarga-se aos mais diversos sectores

PLENÁRIO DA CGTP-IN APOIA MOÇÃO DE CENSURA

Plenário Nacional da CGTP-IN apoia moção de censura ao Governo Cavaco. Plano governamental para Setúbal sem resultados. Reivindicações justas levam novamente à luta na CP, EPAL, Minas do Pejão. Prevista para a Páscoa uma paralisação na hotelaria do Algarve. Sindicatos salientam elevados níveis de adesão. Congresso em Santarém — Págs. 1, 2, 3 e 4/Semana



Encontro em Madrid das delegações do PCP e do PCE

AMIZADE PCP-PCE

«Muito positivo» é como Álvaro Cunhal classifica em entrevista ao «Avante!» o balanço da visita da delegação do PCP a Espanha e em que, além de numerosos encontros, o secretário-geral do PCP participou, com Gerardo Iglésias, secretário-geral do PCE, em comícios em Madrid e Barcelona. Uma delegação do Partido Comunista de Espanha dirigida por Gerardo Iglésias estará na próxima semana em Portugal participando nomeadamente em comícios de amizade em Lisboa (9 de Abril — 21 e 30 — Cinema Alvalade) e Porto (10 de Abril — 21 e 30 — Cinema Vale-Formoso) — Págs. 8, 9, 10, 11 e 12/Semana



Encontro no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes das delegações do PS e do PRD com o PCP

Encontro de partidos democráticos

Para debate da actual crise política, avistaram-se nos últimos dias com o PCP delegações do Partido Socialista e do Partido Renovador Democrático, que se deslocaram ao Centro de Trabalho do PCP na Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa. O encontro com o PS ocorreu na passada quinta-feira, dia 26 de Março, com as presenças de Ferraz de Abreu, António Gu-

terres e Manuel Alegre, pelo PS, e de Octávio Pato, Carlos Costa e Carlos Brito, pelo PCP. A delegação do PRD, integrando Ramalho Eanes, Medeiros Ferreira, Marques Júnior e Ana Gonçalves, encontrou-se na passada segunda-feira, dia 30 de Março, com uma delegação do PCP composta por Álvaro Cunhal, Octávio Pato, Carlos Costa e Carlos Brito.

ÁLVARO CUNHAL EM VISEU E COIMBRA

Programa das visitas na pág. 1/Agenda

Possível momento de viragem

A apresentação de uma moção de censura ao Governo minoritário de direita Cavaco Silva/PSD — cuja discussão se inicia hoje na Assembleia da República e cuja votação deverá ter lugar amanhã no termo dos debates — constitui o facto político dominante da nossa actualidade, susceptível de abrir novo rumo à política nacional.

A crise governativa está aberta. Na perspectiva imediata está um possível momento de viragem que pode vir a concretizar-se se os partidos da oposição democrática souberem convergir na sua votação e na viabilização de uma necessária alternativa.

A concretização de uma alternativa de Governo e de política depende essencialmente da superação de divergências e desacertos entre os principais partidos da oposição democrática, mais precisamente do PS, partido oposicionista de maior representação parlamentar, e do PRD, o partido apresentador da «moção de censura».

O terceiro grande partido em representação parlamentar desta área que a experiência mostrou ser indispensável à concretização da alternativa e à saída da crise — o PCP — não somente se afirma disponível para participar como «para viabilizar a formação de um governo democrático sem participação comunista mediante acordos ou garantias (...)» de que porá termo à política de direita contra os interesses e direitos dos trabalhadores e do povo português, contra a democracia e as suas conquistas, e *realizará uma política democrática em áreas fundamentais da acção governativa* — como é dito na Nota da Comissão Política do CC do PCP inserta na primeira página do nosso jornal.

A moção de censura é, no plano institucional, a saída lógica de um intenso processo de contestação social e política do Governo cavaquista, constitui desde já uma importante derrota do Governo e das forças reaccionárias que o apoiam, é uma inequívoca demonstração do seu crescente isolamento político.

É significativo que a crise governativa aberta pela apresentação e a eventual e desejável aprovação da moção de censura tenha deflagrado no preciso momento em que por todo o País se desenvolve um amplo e vigoroso protesto de massas contra a política do Governo e na sequência do inqualificável incidente diplomático, político e institucional ocorrido durante a visita da delegação parlamentar à União Soviética, o qual mereceu a reprovacão unânime de todos os partidos

representados na Assembleia da República, com excepção do partido do Governo.

Na resposta às sentidas reclamações populares o Governo Cavaco/PSD faz ouvidos de mercador ou recorre à intimidação e à repressão.

Ao exercício constitucional do direito de fiscalização dos actos do Governo pela Assembleia da República e à dignificação e respeito dos outros órgãos de soberania, a clique cavaquista responde com a sobrançeria, a provocação, as decisões à revelia da lei, as tentativas de governamentalização dos órgãos de Poder e da Comunicação Social.

O Governo minoritário de direita mostrou como nunca nos últimos dias o seu verdadeiro carácter reaccionário de classe, a sua arrogante política de confrontação social e institucional, o seu isolamento na sociedade portuguesa.

Como é dito, na Nota da Comissão Política, «A moção de censura corresponde a um sentimento generalizado da necessidade da demissão do Governo e da sua substituição por um Governo democrático».

O Governo intensifica a demagogia das «es-molas» em resposta a reivindicações sociais que exigem soluções de fundo. «In-veste» na corrupção eleitoralista das consciências alguns dos cerca de 300 milhões de contos do «saco azul» até agora amealhado à custa do elevado diferencial dos preços de produtos no mercado consumidor em relação aos preços de importação (nos combustíveis, nos cereais, nas oleaginosas e noutras matérias-primas assim como pela desvalorização do dólar), reservando o grande recurso ao «saco azul para períodos esmoleres» mais intensos na proximidade de eleições antecipadas que deseja provocar no momento que considerasse mais oportuno e propício para a mirífica hipótese de uma nova «AD» maioritária...

Cavaco faz promessas... para daqui a 8 anos acabar com o desemprego, com os salários em atraso, «reconverter» a agricultura. Faz acrobacias ridículas com percentagens que escondem o nosso atraso real em relação aos restantes países da CEE.

No mundo do trabalho, por todo o lado, os trabalhadores lutam arduamente, recorrem à greve, manifestam-se, protestam contra a política do Governo, contra o desemprego, contra a legislação laboral reaccionária, contra a incúria social. Milhares de agricultores reclamam em formas reveladoras de grande combatividade e união medidas atinentes à melhoria das suas condições

de vida, à defesa dos seus interesses específicos vitalmente ameaçados pela política de submissão à CEE. Estudantes do ensino superior, do ensino secundário e até primário reclamam instalações escolares condignas, facilidades de acesso às Universidades, barateamento dos custos, programas racionais que diminuam drasticamente o insucesso escolar. Professores de todos os graus de ensino movimentam-se pela dignificação das suas condições de remuneração e de trabalho, por um ensino moderno. Médicos, enfermeiros, pessoal auxiliar dos estabelecimentos hospitalares reclamam gestão democrática, levantam-se contra as nomeações em massa da gente do Governo e do partido do Governo para os organismos de coordenação da saúde, contra os «saneamentos» políticos, exigem que se ponha cobro ao desemprego que afecta já muitos milhares de jovens médicos e outros profissionais. Trabalhadores da Função Pública resistem às reformas compulsivas com a extinção em massa dos postos de trabalho, contra os «tectos» de inflação artificiais para as suas remunerações. Jovens lutam pelo primeiro emprego e seguras garantias de trabalho, por uma política de juventude orientada para a solução dos problemas com que se defronta hoje a jovem geração.

Cavaco finge que não ouve nem vê o drama das populações, mostra que não o sente, reboca a fachada do seu Governo antipopular e antinacional de cores risonhas para iludir os incautos.

Por isso, como se salienta na Nota da Comissão Política do CC do PCP, é preciso pôr cobro à nefasta política deste Governo. «Os Interesses do Povo, do País, da Democracia e da independência nacional exigem que, *demitido o Governo em consequência da aprovação da moção de censura, seja assegurada a formação de um governo democrático*».

Cavaco Silva, toda a clique governante, o seu partido, as forças do grande capital que o apoiam, estão temerosos pela possibilidade de perderem o controlo do aparelho de Estado e dos recursos financeiros do Estado, de serem travados os esforços para a restauração acelerada dos monopólios e do seu poder em resultado da moção de censura que hoje começa a ser debatida na AR.

O possível momento de viragem só pode, porém, concretizar-se se os partidos da oposição democrática maioritária, designadamente o PS e o PRD, puserem acima de preconceitos hegemónicos os interesses basilares do Povo e do País, a defesa do regime democrático. A alternativa ao

Governo Cavaco/PSD não pode ser um novo governo PSD com ou sem Cavacos.

Há condições para demitir o Governo e a possibilidade imediata de o fazer através da aprovação da «moção de censura».

Há condições para a formação de um governo de base maioritária no Parlamento actual e haveria mesmo condições para uma política de salvação nacional resultante de um acordo entre os partidos democráticos maioritários na AR.

Diz-se na Nota da Comissão Política do CC que o PCP ao mesmo tempo «que afirma que um governo com participação comunista seria a melhor solução para a crise actual, *expressa a sua disponibilidade em viabilizar a formação de um governo do PS ou do PRD ou de uma coligação PS/PRD*», desde que asseguradas condições políticas adequadas.

A agitação do «perigo comunista» pelo Primeiro-Ministro na sua longa e vazia entrevista ao «Expresso» pode ser um paliativo para uso interno mas seria lastimável que convencesse democratas e patriotas responsáveis.

Não é crível que os partidos democráticos de quem — com o PCP — depende uma alternativa viável ao Governo actual e à sua política, se detinham perante as diversões anticomunistas de Cavaco como: «qualquer governo alternativo que teria de dispor do apoio do Partido Comunista seria desastroso...»; «os outros partidos vão frequentemente a reboque do Partido Comunista»; «o PCP é o partido que tem liderado a oposição»; «o que me surpreende mais (...) é que a liderança continue a pertencer ao Partido Comunista»... etc.

É por outro lado cômica a reiterada afirmação de que o Governo «não governa a pensar em eleições amanhã ou depois»... De facto pensa nela já hoje, pretende mesmo marcá-las já para o dia 16 de Junho e até lá manter a gestão do Estado e das finanças do Estado.

Como se diz na Nota do PCP «as eleições antecipadas não se justificam. Em termos institucionais não seria admissível a dissolução da AR sem se esgotarem as possibilidades de constituição de um governo no quadro da Assembleia actual», acrescentando que o «PCP está preparado para eleições e no que lhe diz respeito não tem receio dos resultados».

Na solução da crise em termos do interesse da Democracia e da independência nacional, o Presidente da República tem os necessários poderes e uma larga margem de intervenção.

A concretização da perspectiva imediata de um momento possível de viragem está nas mãos das forças democráticas e dos órgãos de soberania que permanecem fiéis ao regime democrático.

É isso que o povo português espera na complexa conjuntura actual.

Resumo

25

Quarta-feira

Interpelação do PCP desmascara na AR a política labral do Governo ■ Dois submarinos estrangeiros da NATO, de propulsão nuclear e equipados com armas nucleares, param no cais da Trafalga ■ Uma delegação das UCP's/Cooperativas e sindicatos da Reforma Agrária encontra-se com dirigentes do PRD ■ O deputado comunista Barros Moura leva ao Parlamento Europeu o escândalo do trabalho infantil em Portugal ■ Mário Soares afirma a sua intenção de defender a moratória à dívida externa do Brasil junto dos EUA e dos países europeus ■ Portugueses afirmam ao «Globe and Mail», de Toronto, que compraram por 300 a 400 contos vistos de entrada no Canadá e a legalização da sua situação de emigrantes ■ O porta-voz do Partido Trabalhista revela que Margaret Thatcher aprovou o fornecimento de mísseis britânicos aos

contra, após encontros com Oliver North ■ O democrata-cristão Giulio Andreotti comunica ao PI italiano que renuncia a formar um novo governo ■ É preso o dirigente sindical chileno Rodolfo Seguel, quando participava numa manifestação convocada pelo Comando Nacional de Trabalhadores contra a ditadura de Pinochet.

26

Quinta-feira

A FENPROF estima em 70% o nível de adesão dos professores à greve nacional do sector pela negociação do estatuto da carreira docente ■ Paralam em todo o país os trabalhadores da construção civil e obras públicas, em luta pela revisão do CCTV ■ Sindicalistas agrícolas de todo o país exigem na AR, em encontros com todos os grupos parlamentares, o fim da discriminação a que são sujeitos por não estarem integrados no regime geral da segurança social ■ É divulgada a declaração conjunta luso-chinesa que regula o período de transição até à passagem de Macau a Região Administrativa Especial da RP da China, em 1999 ■ Álvaro Cunhal e Gerardo Iglesias participam num comício de amizade PCP-PCE em Madrid ■ A Tunísia anuncia o corte das suas relações diplomáticas com o Irão ■ Os EUA e a França estão a testar no Tchaio material bélico sofisticado, nomeadamente mísseis antitanque teleguiados «Milan» e sistemas de mísseis «Crotale», «Hawk» e «Redeye», revela a Reuter ■ Um foguetão da NASA Atlas-Centaur com um satélite militar de comunicações explode um minuto após a decolagem ■ Chun Doo Hwan indigna Rho Tae Woo para seu sucessor em 1987 na chefia da ditadura sul-coreana.

27

Sexta-feira

O PRD entrega na AR a moção de censura ao Governo anunciada na segunda-feira e que será discutida a 2 e 3 de Abril ■ A FENPROF estima em 75% a adesão dos professores no segundo dia da greve nacional ■ De acordo com o gabinete de estatísticas da CEE Portugal está nos primeiros lugares da Comunidade quanto ao aumento do desemprego (17,1 milhões nos 12 países em Janeiro)

e na cauda da tabela relativa ao poder de compra dos cidadãos ■ As lutas laborais no Brasil alastram a cada vez mais sectores: bancários, agricultores, professores, médicos, marinheiros, indústria naval e funcionários de outros 83 ramos ■ Paralam os trabalhadores espanhóis dos transportes aéreos e ferroviários para pressionar a negociação da contratação colectiva ■ Os embaixadores da NATO reúnem de emergência em Bruxelas, apelando à Grécia e à Turquia para que se abstenham «a qualquer custo» de recorrer à força no mar Egeu ■ Entre 1970 e 1986 os preços aumentaram na URSS 16%, revela a Novosti ■ O ministro da Informação de Moçambique critica em Londres a recusa da África do Sul em prosseguir o inquérito à morte de Samora Machel.

28

Sábado

A União dos Sindicatos de Lisboa promove uma Conferência Regional sobre emprego e desemprego no distrito; Carvalho da Silva revela que 800 mil trabalhadores estiveram em luta em todo o país no primeiro trimestre de 1987 ■ A Confederação Nacional da Agricultura reclama a proibição da importação de carne de porco ■ O PCP sublinha a urgência da criação das regiões administrativas num Encontro Distrital da OPL para o trabalho das autarquias ■ A Pro-Associação Sindical da PSP comemora o seu quinto aniversário ■ Várias iniciativas assinalam o Dia Nacional da Juventude ■ Segundo o «Expresso» o Governo comunicou já a Fernando Amaral que considera «inconveniente» a deslocação prevista de uma delegação da AR à RPD da Coreia ■ A imprensa italiana admite a participação do PCI no Governo, após a dirigente comunista Nilde Iotti, presidente da Câmara dos Deputados, ter recebido de Francesco Cossiga uma «missão exploratória» para a saída da crise política ■ Margaret Thatcher chega a Moscovo para uma visita oficial de cinco dias, a primeira desde há 12 anos de um chefe de governo britânico à URSS.

29

Domingo

Realiza-se em Alhandra a III Assembleia da Organização Concelhia de Vila Franca de Xira do PCP; Octávio Pato afirma no comício de encerramento que uma alternativa ao Governo do PSD é possível sem recurso a novas eleições ■ Herminio Martinho considera que Cavaco Silva «está a dar provas de nervosismo» na forma como reage ao anúncio da moção de censura ■ Regressa a Lisboa a delegação do PCP que visitou a Espanha a convite do PCE e que era composta por Álvaro Cunhal, Albano Nunes e Rosa Rabiais ■ Yasser Arafat declara que a OLP aceita participar «no seio de uma delegação árabe comum» numa conferência de paz sobre o Médio Oriente, como forma de ultrapassar a recusa dos EUA à participação de uma delegação própria da Organização ■ O «Diário do Povo» classifica como «um passo importante para a concretização do grande objectivo da reunificação da pátria» o acordo sino-português sobre Macau ■ E detido na Venezuela Stefano Delle Chiaie, um «histórico» do terrorismo italiano.

30

Segunda-feira

A próxima discussão da moção de censura ao Governo é o tema de vários encontros interpartidários; hoje encontraram-se delegações do PCP e do PRD; o PRD reuniu ainda com o PS e o CDS ■ «O Governo veio demonstrar que deseja uma crise política e quer aproveitar a oportunidade aberta pelo PRD» escreve Vítor Constâncio a Cavaco Silva ■ A CGTP-IN manifesta o seu apoio à moção de censura e à formação de um novo governo ■ Os portugueses são na CEE quem paga mais pelos medicamentos, revela a DECO, situação agravada pelo sistema da «unidade» ■ Um elevado número de trabalhadores da CP adere ao primeiro dia de greves sectoriais pelo cumprimento do acordo de carreiras ■ A CM Lisboa favorece «forças especulativas» com a sua política, acusa o CLL do PCP ■ Ribeiro de Almeida, ministro da Defesa, declara perante jornalistas de vários países da NATO que Portugal tem concedido mais, em matéria militar, aos EUA, à França e à RFA do que tem recebido ■ Os ministros da Agricultura da CEE iniciam em Bruxelas o debate sobre preços agrícolas para a próxima campanha ■ «Não é uma celebração festiva, nem uma recordação nostálgica; é uma jornada de luta» — assinala a representação da OLP em Lisboa a propósito do Dia da Terra do povo palestino ■ Regista-se uma que-



bra acentuada na cotação do dólar face ao iéne e nas transacções da Bolsa de Nova Iorque.

31

Terça-feira

A Assembleia da República aprova, com os votos dos deputados do PCP, MDP, PS e PRD, um inquérito parlamentar sobre o envolvimento de autoridades portuguesas no escândalo do Irangate ■ O PRD propõe ao PS a formação dum governo conjunto como forma de ultrapassar a actual crise política ■ Professores e alunos da Universidade de Ciências são aula publica em pleno Rossio, em Lisboa, para chamar a atenção para os problemas daquele estabelecimento que, perante a passividade do Ministério da Educação, vive em situação de emergência há oito anos ■ A lista A, encabeçada por Joaquim Leiria, vence as eleições para o Sindicato dos Jornalistas ■ Guerrilha salvadorenha ataca base militar de El Paraiso, provocando a morte de 43 soldados e um conselheiro militar norte-americano ■ O primeiro-ministro de Moçambique apela em Genebra a um auxílio de emergência ao seu país, para fazer face à seca e à fome ■ Greve nas companhias aéreas espanholas obriga ao cancelamento de centenas de voos.

Avante!
Projeto de todos os países UNI-VOS

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua S.º Pedro 1699 - Lisboa CODEX Tel. 76 83 45
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua S.º Pedro 1699 - Lisboa CODEX Tel. 76 97 25 76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3 - 1000 Lisboa
DISTRIBUIÇÃO: C.D.L. Central Distribuidora Litteria, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2 - 1000 Lisboa Tel. 77 98 28 77 98 25 76 97 51
Casa de Venda em Lisboa: Rua do Seulo, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38
Centro Distribuidor de Évora: Alameda de Baxo, 13 - 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417
Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 57B - 4000 Porto Tel. 69 39 08 69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq. - 1000 Lisboa Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda S.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa Tel. 77 69 36 77 67 50
Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heeka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Fevereiro: 30 688

Semana

Avante!

Ano 57 — Série VII
N.º 692

2 de Abril de 1987

2.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Desenvolvimento

da península de Setúbal

Um programa sem resultados

- **Jornadas e outras acções em empresas e sectores**
- **Greve na EPAL marcada para hoje**

A União dos Sindicatos de Setúbal, que anunciou para Junho uma Conferência Distrital sobre emprego/desemprego/desenvolvimento, recordou há dias numa conferência de Imprensa que não se conhecem quaisquer resultados do Proset, o Programa de Desenvolvimento da Península de Setúbal, lançado com forte estardalhaço pelo Governo Cavaco em Junho do ano passado. A USS, que divulgou na passada quinta-feira uma série de números e outros elementos preocupantes sobre a situação social no distrito de Setúbal, voltou a manifestar «enormes dúvidas quanto à vontade política de definir orientações e tomar medidas que permitam a recuperação das empresas degradadas e potenciem o aproveitamento e valorização dos recursos naturais e humanos, bem como das óptimas condições geográficas da região».

O movimento sindical, que desenvolve uma campanha contra o desemprego em vários pontos do País, empenha-se ao mesmo tempo, através da luta, na procura de soluções alternativas, apoiando as acções em defesa do emprego em empresas e sectores. Entretanto, na EPAL, Empresa das Águas Livres de Lisboa, era anunciada nova greve para hoje e mantinham-se as greves na CP.

Na movimentação dos sectores continuam a merecer destaque as reivindicações e lutas na **construção civil** e na **metalurgia e metalomecânica**. Verificam-se ainda outras acções reivindicativas na **Sitenor, MDF, Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos (CPFE) e Minas do Pejão**.

Além das lutas referidas nas páginas seguintes, refiram-se ain-

da as movimentações reivindicativas na banca nacionalizada, na

Indústria naval, designadamente na **Setenave**, a luta dos médicos e outro pessoal da Saúde, assim como a recusa da falência na **Mompur**, proposta pelo IPE-Investimentos e Participações do Estado.

Falência com menos 181 trabalhadores

Decidida pelo IPE, a favor de uma empresa que este organismo dependente do Governo dotará com um capital social de cem mil contos, a falência da Mompur é recusada pelos sindicatos mais representativos, pois a SMM (Sociedade de Montagens e Metalomecânica) que no entender do IPE deve substituir a Mompur, só empregará duzentos e quarenta e cinco dos quatrocentos e vinte e seis trabalhadores actualmente empregados naquela empresa do sector empresarial do Estado.

Sabia-se entretanto que a SMM implicará para o IPE um custo de duzentos mil contos só de indemnizações por despedimentos dos cento e oitenta e um trabalhadores da Mompur.

A SMM, que funcionará no mesmo ramo e cuja escritura de constituição estava prevista para ontem, não terá assim que pagar fortes dívidas entretanto contraídas pela Mompur.

Recorde-se que esta empresa deve à Segurança Social cerca de meio milhão de contos. Não é previsível que a SMM fique com estes encargos sociais, assim como

não se prevê que venha a pagar, em nome da empresa «falida» os cento e quarenta mil contos à Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, que respeitam ao atraso na entrega do Imposto Profissional.

A operação de falência da Mompur é claramente lesiva dos interesses do Estado e dos interesses dos trabalhadores.

Guerra social

A União dos Sindicatos de Setúbal, que reclama, como todo o movimento sindical unitário, **nova política com novo governo**, sublinha que o Governo Cavaco tem conduzido no distrito uma «autêntica guerra social».

Na conferência de Imprensa da passada quinta-feira, a direcção da USS chamou a atenção para estes números oficiais, que considera reveladores:

«Segundo os dados do Inquérito Permanente ao Emprego, a taxa de desemprego no distrito de Setúbal era, no segundo trimestre de 1985, de 19 por cento contra 10,3 por cento no Continente. O número dos que procuravam novo emprego, nessa data, era, em Setúbal, de 71,8 por cento contra 66,7 por cento no Continente. Os que procuravam emprego há mais de um ano, em Setúbal, representavam 65,3 por cento do total de desempregados contra 45 por cento a nível nacional».

Fenómeno de desinvestimento friamente calculado

A USS, com base nestes dados, considera o desemprego um «fenómeno de desinvestimento friamente calculado e executado».

Antes de referir a título de exemplo que, em 1986, foram destruídos, só em empresas nacionalizadas da zona, cinco mil e duzentos postos de trabalho (metalurgia e indústria química), a USS sublinha que, em Setúbal, como no resto do País, o desemprego é «um problema estrutural profundo», sustentado por «uma profunda degradação do aparelho produtivo».

Destaca a USS: «Tal situação não resulta, como a direita e o patronato pretendem fazer crer, da instabilidade política e de um clima de agitação social».

Segundo aquela estrutura intermédia da CGTP-IN num dos distritos mais afectados do País, «toda esta situação resulta da autêntica guerra social, que o actual Governo tal como os anteriores, move contra os trabalhadores e contra as grandes transformações económicas, operadas com o 25 de Abril, que no distrito de Setúbal têm profunda expressão».

Os Fornos Eléctricos (CPFE) são viáveis

Num telex recente, emitido pelo secretariado da União dos Sindicatos de Viseu, é referido «um estudo de viabilização realizado por quadros técnicos superiores da Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos (CPFE) do qual se pode concluir que a Companhia, com sede em Canas de Senhorim, é viável, e os postos de trabalho podem ser garantidos. As conclusões daquele estudo dos quadros, entre eles ex-administradores e directores, foi apreciado pelos trabalhadores da CPFE reunidos em plenário. Os objectivos da luta são assim «justos e viáveis», sublinha o secretariado da União dos Sindicatos de Viseu.

Anteontem, a Comissão Distrital de Viseu do PCP distribuiu uma extensa nota sobre o assunto. Refira-se que, na opinião da Concelhia, «é chegada a altura de se passar das declarações de intenção à prática, das palavras aos actos».

Recorde-se que as propostas de pseudo-viabilização dos Fornos Eléctricos, apresentadas pelo sr. Manuel Cadilhe na assembleia de credores em 19 de Março findo, se traduzem na ameaça de despedimento de trezentos e oitenta e três trabalhadores — sessenta e dois por cento dos efectivos, sublinha a Concelhia de Viseu.

A nota da Concelhia refere-se à visita que efectuou à CPFE no passado dia 31, juntamente com um deputado do grupo parlamentar do PCP àquela empresa de Canas de Senhorim, inactiva desde 5 de Novembro do ano passado em virtude de um corte de energia por dívidas à EDP.

A nota da Comissão Concelhia do PCP (Viseu), entre considerações muito oportunas sobre a situação da empresa e sobre a política e o Governo que conduziram a CPFE ao estado actual, «formula um apelo sentido e responsável às direcções distritais do PS e do PRD para o exame em conjunto da situação da CPFE e das perspectivas de resolução da crise» atravessada por aquela empresa do distrito de Viseu.



Em frente ao Ministério do Trabalho, na Praça de Londres, em Lisboa, concentração durante a jornada nacional do dia 26. Aos sectores em luta, designadamente os metalúrgicos, junta-se agora a hotelaria, que reivindica aumentos salariais de 17 por cento

Política económica centrada no emprego — reclama a CGTP-IN

Ao saudar anteontem «sem reservas», em Plenário Nacional, a iniciativa de apresentar uma moção de censura ao Governo Cavaco, a CGTP-IN «entende que uma alternativa de Governo» deve ser acompanhada «por uma efectiva política alternativa», incluindo «uma

política económica centrada no emprego».

A nova política, segundo resolução aprovada pelo Plenário Nacional da Inter, deve compreender ainda o desenvolvimento e a modernização do País, tendo em conta os interesses nacionais.

Reclama ainda a CGTP, através do seu órgão máximo entre Congressos, a dinamização do sector empresarial do Estado e o fim da ofensiva contra a Reforma Agrária.

A moção de censura, criando «condições para viabilizar nova política e novo Governo», pode

incentivar a participação do movimento sindical e conduzir ao cumprimento da Constituição.

A alternativa a este Governo e a esta política deve ainda segundo a CGTP, acabar com as «funções de corrupção institucional, que o actual Governo atribui

ao Conselho de Concertação».

Recorde-se que esse Conselho (CPCS), além das associações patronais, (CIP, CCP e CAP) inclui o Executivo Cavaco e a UGT.

Para a CGTP-IN, em Plenário Nacional, a moção de censura

«surge como consequência lógica das lutas dos trabalhadores, da contestação social e das críticas e oposição que a maioria das forças políticas têm assumido face à política desastrosa, prepotente e de afrontamento», conduzida pelo Governo Cavaco desde que tomou posse.

José Magro

Poemas
da Prisão

TORRE CINZENTA

Colecção Resistência

edições
Avante!

O trilema

O senhor Silva é o protótipo do comum dos cidadãos, como de resto o nome sugere, subtilidades políticas à parte. A semelhança de milhões de outros pequenos e médios portugueses, social e economicamente falando está bom de ver, tem mulher e filhos, certidão de nascimento e casamento, bilhete de identidade, cartão de eleitor, recibos da água, luz e renda de casa, folha de salário, descontos para a previdência, reforma, imposto profissional. Numa palavra, é um cidadão devidamente autenticado. O senhor Silva considera-se ainda, para o melhor e para o pior, um elemento bem integrado na sociedade. O que significa que é sócio de um clube desportivo, que se anima nas discussões sobre a selecção nacional, que faz parte do clube recreativo do bairro, vive mais ou menos apaixonadamente os dramas da telenovela, não dispensa o telejornal na expectativa sempre renovada de entender o que se passa no País e no mundo, joga no totoloto e às vezes no totobola no sonho de um dia acordar milionário e é ainda um frequentador assíduo de quanto passeio, convívio ou excursão a Liga dos Amigos da Estrada organiza. Ora foi justamente uma iniciativa da Liga — em tão boa hora criada como se dizia no bairro — que deixou o senhor Silva a braços com um intrincado dilema ou, como preferia dizer sempre que algo o atormentava, num verdadeiro trilema.

A princípio a ideia de aproveitar as férias para dar uma volta pelo norte de África, pretensiosismo evidente e compreensível para dourar a modéstia do «tour» pelas antigas praças marroquinas mais badaladas nos velhos compêndios de História, fora aplaudida por toda a gente. Não houve cão nem gato que escapasse ao regime de poupança imediatamente instituído para amealhar o dinheiro da viagem. Os planos e projectos passaram desde então a incluir areia do deserto, camelos, tapetes e outras extravagâncias do imaginário individual e colectivo, os calendários foram ornamentados com o corte colorido dos dias a encurtar distâncias da data aprazada, as malas prontas com uma antecedência de maternidade. Foi então que o trilema surgiu. Primeiro foi o caso da Estónia, como toda a gente se lembra; depois, ainda o pessoal do bairro não se tinha refeito do abalo, o noticiário largou na casa das pessoas a bomba (salvo seja) da República Popular Democrática da Coreia, vulgarmente conhecida pela Coreia do Norte.

O bairro do senhor Silva entrou em polvorosa. Os boatos surgiram como cogumelos em tudo quanto era sítio e a dúvida acabou mesmo por se instalar: será que o Governo aconselhava ou desaconselhava a excursão da Liga? Nunca uma assembleia geral fora tão concorrida como aquela convocada expressamente para debater o assunto, mas cedo se constatou que iria ser difícil chegar a acordo. Uns lembravam o caso de Alcácer-Quibir, onde D. Sebastião, coitado... outros, num esforço de se situar geograficamente, perguntavam se não era ali que a Frente Polisário mais os pescadores e tal... outros ainda, numa baralhação total, perguntavam pela guerra do deserto e das relações diplomáticas que Portugal tinha ou não tinha com países reconhecidos por uns e não por outros... O senhor Silva, desesperado, ia batendo com o punho na mesa a tentar impor a ordem, berrando a plenos pulmões que o que importava decidir era se sim ou não se mantinha a viagem e o mais são tretas, daqui não sai ninguém sem chegar a acordo, tanto tempo que a gente gastou a preparar isto e agora uma destas, não lembra nem ao diabo, por que raio fomos nós ouvir as notícias...

Foi nessa altura que a filha do senhor Silva, uma moça espetivada, saltou para cima duma cadeira para que todos a vissem e ouvissem, com um livro na mão e um ar muito sério. Como era dada às letras ainda houve quem pensasse que tivesse perdido o juízo e se preparasse para ler alguns poemas, como era costume nos saraus do bairro, mas logo se viu que não.

Quando se fez silêncio absoluto a menina Silva informou: isto é a Constituição da República, estão aqui os nossos direitos e deveres e depois de ter lido tudo de fio a pavio não encontrei uma única linha a dizer que não se podia visitar qualquer dos países com quem Portugal mantém relações diplomáticas em condições normais, ou seja em tempos que não forem de guerra, calamidades e outras coisas assim. Por isso proponho que se vote já — fazemos a viagem.

E pôs o braço no ar. Passados segundos de espanto, toda a gente votou, entre suspiros de alívio e risos de satisfação. Ser Silva não é uma fatalidade. Só para alguns.

■ A. F.

Trabalhadores

Campanha contra o desemprego

Há alternativas para os despedimentos

• Conferências regionais da CGTP-IN

A CGTP-IN, que conduz uma campanha contra o desemprego, recusou há cerca de uma semana o diploma aprovado pelo Governo de alteração ao regime jurídico da contratação colectiva, porque é «manifestamente inconstitucional, orgânica e formalmente». Na Conferência regional organizada em Lisboa sobre emprego-desemprego-desenvolvimento, Manuel Carvalho da Silva, coordenador da Comissão Executiva da Central, afirmou que «os sindicatos não negociam despedimentos», para os quais há soluções alternativas que mobilizam os trabalhadores e as suas organizações. A luta de massas, para a qual a CGTP-IN apelou novamente no seu plenário de anteontem, é considerada «factor decisivo para resolver problemas concretos e imediatos dos trabalhadores, para esclarecer dúvidas sobre quais são os graves e reais problemas que afectam e preocupam o povo». Carvalho da Silva afirmou no sábado, ao encerrar aquela Conferência em Lisboa, que, no primeiro trimestre deste ano, estiveram envolvidos em acções de luta cerca de oitocentos mil trabalhadores.

Segundo o mesmo dirigente da Central, houve naquele período deste ano cento e setenta grandes conflitos colectivos de trabalho. Cento e cinquenta e dois decorreram em empresas e dezoito em sectores.

Entre 1983 e 1986, os sectores ou ramos de actividade mais afectados pelo desemprego foram os da química, da construção civil e madeiras, afirmou João Silva, membro da Comissão Executiva da União dos Sindicatos de Lisboa. Falando na abertura da Conferência sobre emprego-desemprego-desenvolvimento, este dirigente sindical acrescentou, referindo-se ao distrito de Lisboa, que, «em apenas vinte e oito empresas de oito sectores de actividade, estavam ameaçados, em Dezembro de 1986, quinze mil e quatrocentos postos de trabalho».

Grandes e médias empresas — as mais ameaçadas

De acordo com números divulgados na Conferência de Lisboa, no «período de 85/86», foram destruídos dezasseis mil postos de trabalho em noventa e uma empresas de dez sectores de actividade. João Silva afirmou que «a política de recessão tem afectado, particularmente as grandes e médias empresas do distrito».

No segundo trimestre de 1986, havia cento e vinte e um mil desempregados em Lisboa (distrito) e apenas dezassete por cento recebiam subsídio de desemprego.

É neste quadro (a Conferência naturalmente desenhava-o mais vasto) que a CGTP anuncia novas jornadas de luta até às comemorações do 25 de Abril e do Primeiro de Maio.

Carvalho da Silva, ao encerrar a Conferência de Lisboa, disse que os conflitos de trabalho não desembocam apenas na greve. Sublinhou que, na vigência deste Governo, se registaram «conflitos de longa duração» abrangendo sectores profissionais como os médicos, enfermeiros, professores, guardas prisionais e outros, pois, contrariamente ao que pensa o Governo, a «conflitualidade laboral» é apenas uma das partes da «conflitualidade social». Daí o **grande significado** — frisou — de lutas como as dos estudantes e dos agricultores.

Numa nota do dia 25, a Comissão Executiva da CGTP-IN, ao considerar inconstitucional um diploma do Governo que pretende legislar sobre contratação colectiva, lembra que «a legislação do trabalho (a sua aprovação, entenda-se) é da competência exclusiva da Assembleia da República», cabendo às asso-

ciações sindicais e às comissões de trabalhadores pronunciarem-se sobre essa matéria.

A Central especifica que:

a) O Governo mantém todas as limitações e restrições ao exercício da contratação colectiva. A lei actual retira ao objecto de negociação várias matérias. O Governo mantém todas estas restrições e pretende acrescentar mais, por via de alteração de outras leis de trabalho. Por exemplo, pretende criar regimes de duração de horários de trabalho que prevaleçam sobre os acordados na contratação colectiva;

b) O Governo pretende acabar com as sanções ao dever de negociar de boa-fé, que o patronato viola, acabando com as PRT's (portarias de regulamentação de trabalho);

c) O Governo pretende deixar sem regulamentação de trabalho largos milhares de trabalhadores,

que não podem exercer o direito de contratação por não existirem, em alguns sectores, associações patronais com quem negociar, prevenindo por este facto... os trabalhadores;

d) O Governo pretende aumentar a intervenção administrativa na contratação colectiva, com um maior recurso a portarias de extensão. A CGTP-IN recorda que, por mais de uma vez, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) considerou que a emissão de portarias de extensão não deveria violar o exercício de direitos sindicais, em queixas apresentadas contra o Governo português em vários sectores. Será esta prática que se pretende retomar?

e) O Governo pretende modificar o regime da arbitragem, prevendo que as decisões arbitrais possam diminuir direitos e garantias consagradas nas convenções, o que a actual lei não permite.

Em 3 anos no distrito de Lisboa Mais 17 mil desempregados

Em três anos (83 a 86) o total do desemprego passou de cento e quatro mil para cento e vinte e um mil; ou seja, mais dezassete mil desempregados no distrito de Lisboa.

Divulgados recentemente pela União dos Sindicatos de Lisboa (USL), estes números são acompanhados da verificação segundo a qual, «relativamente ao Continente, as taxas de desemprego globais são sempre superiores em Lisboa».

Verifica-se também, segundo a USL, que «o crescimento do emprego nos serviços, feito à custa de aumento na precarização, não compensa a diminuição dos postos de trabalho noutros sectores».

Na indústria perderam-se, naquele período, de três anos, vinte e seis mil e cem empregos. A redução na agricultura foi de quatro mil e setecentos.

Naquilo que considera «uma crescente terciarização do distrito», a USL acrescenta que, entre 1983 e 1986, aumentou em dezoito mil e quinhentos o total de trabalhadores no sector de serviços.

Mas, em Lisboa, «outro dado da questão é o de saber até que ponto os empregos criados recentemente têm carácter precário», afirma ainda a USL, sublinhando particularmente o problema dos jovens: «Até à faixa etária dos 25-29 anos, as taxas de desemprego são as mais elevadas de todos os escalões etários».

Sempre superior às do Continente, a taxa dos jovens desempregados até aos 29 anos é de 24,9 por cento do total em Lisboa, refere ainda a União dos Sindicatos do distrito da capital.

Porto

Metalúrgicos cortam o trânsito na Praça da Liberdade

Os trabalhadores metalúrgicos do distrito do Porto responderam com entusiasmo ao apelo do seu Sindicato paralisando durante a tarde de 26 de Março e concentrando-se junto da associação patronal. Dirigindo-se em desfile para a Praça da Liberdade sentaram-se na rua e cortaram o trânsito naquela área durante mais de meia-hora.

Milhares de trabalhadores do sector participaram nos 37 plenários realizados para preparar esta importante jornada de luta. Empresas houve, como a Facar

e a Rost-Janus, onde não se realizavam reuniões há dez e seis anos, respectivamente, em que os trabalhadores avançaram com plenários muito participados. Apesar da chantagem a que tem recorrido o patronato, procurando dividir e desmobilizar os trabalhadores dos plenários e concentrações com promessas de aumento, usando todos os meios para os impedir de participar, os trabalhadores não desarmam e prosseguem a luta num ambiente de confiança, em que tem também avultado um forte espírito de unidade baseada na

luta e no reforço do prestígio do movimento sindical unitário.

Concentração da construção civil

Igualmente no dia 26 de Março, durante a tarde, paralisaram os trabalhadores da construção civil e obras públicas, reivindicando a negociação do contrato. Atingindo níveis de participação na ordem dos 80 por cento, esta jornada de luta incluiu uma concentração junto à delegação do

Ministério do Trabalho, desta vez acompanhada de forte contingente policial, para impedir a paralisação do trânsito na Avenida da Boavista, onde se concentraram cerca de um milhar de trabalhadores daquele sector. Sector onde existe um forte sentimento de luta contra a situação criada e as dificuldades de vida e de trabalho, a construção civil, alvo crescente dos contratos a prazo e do trabalho à peça, não desiste da luta, apesar da traição da UGT, que já assinou com o patronato um contrato de perpetuação da miséria no sector.

Trabalhadores

Greve nacional dos professores foi das mais participadas de sempre

«Os professores de todo o continente e das Regiões Autónomas participaram no segundo dia de greve nacional com ainda maior determinação e em maior número do que o registado ontem» — informava a Federação Nacional dos Professores numa nota distribuída à comunicação social na passada sexta-feira, acrescentando que «o balanço efectuado às 17 horas com base nos dados fornecidos por milhares de escolas da educação pré-escolar e especial e do ensino primário, preparatório, secundário e superior confirmam que hoje a participação na greve atinge os 75% dos docentes».

A definição das carreiras docentes, a estabilidade e garantia de emprego e uma formação de qualidade são as reivindicações que deram origem a esta paralisação, considerada como uma das greves mais participadas da classe docente — apesar de, como a FENPROF oportunamente denunciou, terem sido divulgadas informações e, inclusivamente, terem sido feitos telefonemas para muitas escolas, «pretensamente» em nome dos sindicatos dos professores, dizendo que esta greve já não se realiza porque, entretanto, o Ministério da Educação teria acedido ao diálogo e predisponha-se a satisfazer as principais reivindicações dos docentes».

No entanto, não houve qualquer alteração nas posições do MEC e as negociações continuaram bloqueadas — mantendo-se assim a razão principal da greve dos professores.

Dialogar para resolver os problemas

A recusa do MEC a dialogar com os docentes e as organizações sindicais que os representam levou o Comité Executivo do Conselho Sindical Europeu de Educação (que agrupa 53 sindicatos de professores dos países membros do Conselho da Europa) a enviar um apelo ao Ministério de João de Deus Pinheiro «para que passe a respeitar os direitos sindicais à negociação e ao diálogo social».

A FENPROF, ao mesmo tempo que protestava firmemente contra todas as especulações e falsificações, nomeadamente da parte do MEC e da RTP, e reafirmava a continuação da greve, insistia em abrir caminho ao diálogo com o Ministério: **«queiram os dirigentes do MEC e amanhã poder-se-ão iniciar negociações sobre qualquer das matérias prioritárias. A FENPROF continua a considerar o diálogo como uma via privilegiada para a solução dos problemas. Ou dêem os dirigentes do MEC razões para isso e os professores saberão encontrar os processos para prosseguir uma luta que é justa e necessária».**

Ontem reuniu no Porto o Secretariado Nacional da FENPROF para análise da situação e adopção das medidas adequadas.

Estatuto da carreira docente: MEC queima tempo

Pressionado pela movimentação dos professores de todos os graus de ensino, nos dias da greve o Ministério da Educação afundou-se «no ridículo de declarações destituídas de qualquer bom-senso anunciando percentagens de adesão que nem sequer merecem comentário» da parte da Federação.

Antes, os responsáveis da 5 de Outubro tentaram outras acções para desmobilizarem a greve. Foi o que sucedeu, por exemplo, com informações postas a correr na quinta-feira dando conta da intenção do MEC de apresentar aos sindicatos «no início do terceiro período» um



No primeiro dia de greve paralisaram 70 mil professores e 1,2 milhões de jovens não tiveram aulas

anteprojecto de estatuto da carreira docente.

A Federação Nacional dos Professores considerou tal intenção «escandalosa», afirmando que ela «corresponde às piores perspectivas traçadas pelos docentes».

Recorde-se que João de Deus Pinheiro se comprometera a negociar o estatuto da carreira docente no ano lectivo passado. Em 23 de Outubro de 1986, numa reunião com a FENPROF, o ministro concordou e o secretário de Estado da Administração Escolar firmou em acta que «a partir de 11 de Novembro» se iniciariam as negociações «de forma a que o essencial do processo decorresse no 2.º período lectivo, para que até ao início de Maio as negociações estivessem concluídas».

O estatuto da carreira docente está em discussão desde 1984. A FENPROF apresentou já ao MEC 3 versões da sua proposta de carreira docente. De acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela AR em Julho passado, o Ministério da Educação terá que publicar o referido estatuto até 14 de Outubro de 1987.

A Federação alerta para o facto de o MEC estar «na realidade, a queimar tempo para inviabilizar

Apoio às CERCIs

Após tomar conhecimento da pretensão manifestada em muitas escolas, o Secretariado Nacional da FENPROF decidiu apresentar ao ministro da Educação uma proposta para que o salário referente aos dias da greve nacional dos professores reverta a favor das cooperativas de educação especial através da campanha «Pirilampo Mágico».

«Depois de o sr. ministro da Educação, primeiro responsável pela asfixia financeira daquelas cooperativas e pela não resolução dos graves problemas com que se defronta a educação e ensino especial, ter apelado publicamente à solidariedade da população portuguesa e ter reconhecido a importância vital daquelas instituições, tem agora oportunidade de revelar o mínimo de coerência que a situação exige» — afirma o Secretariado Nacional da FENPROF.

negociações sérias. Repare-se que já desperdiçou 8 meses desde a aprovação da Lei de Bases e pretende agora inutilizar mais 2 para que, quando muito, restassem apenas Maio, Junho, Julho, Agosto e parte de Setembro para negociação de uma matéria que é decisiva para o futuro dos professores e da educação».

Gestão democrática em perigo

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa contesta o

conteúdo do despacho 78/MEC/87, sobre a indigitação dos presidentes dos conselhos directivos das escolas. «Neste despacho — afirma um comunicado do SPGL — não são indicados os moldes em que os conselhos directivos em funções indicam 3 nomes ao Ministério». Além disso, «este despacho concede ao delegado regional do Ministério da Educação o poder discricionário de indicar para presidente do Conselho Directivo um desses 3 nomes, não definindo as regras para tal fim».

Grande adesão à greve dos não-docentes

• Reclamada a publicação do regime jurídico

A greve nacional dos trabalhadores administrativos, auxiliares e operários dos estabelecimentos do ensino não superior, efectuada no dia 27, sexta-feira, registou uma adesão superior a 70%, segundo a Comissão Executiva do Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP). Esta foi a primeira vez, desde o 25 de Abril, que se verificou uma coincidência de greves de trabalhadores docentes e não docentes por objectivos sectoriais.

A publicação do regime jurídico dos trabalhadores não docentes é a reivindicação que está na origem desta greve, a segunda paralisação por objectivos sectoriais. A primeira foi em 29 de Maio de 1985 precisamente para forçar o Ministério da Educação a iniciar as negociações daquele diploma.

Em Outubro de 1986 foi acordado entre o secretário de Estado da Administração Escolar e a FNSFP, após 15 meses de negociações, o referido regulamento, que deveria entrar em vigor em 1 de Janeiro de 1987. O regime jurídico visa a reestruturação de carreiras, a redução do horário de trabalho para 40 horas semanais, a integração do pessoal eventual e a regulamentação da situação dos trabalhadores a prazo por meio de concurso interno.

A Federação da Função Pública exigiu do Governo uma garantia escrita de que o diploma seria aprovado em Conselho de Ministros a 26 de Março ou 2 de

Abril. «Essa garantia não foi dada — referia uma nota à imprensa — razão pela qual se manteve a greve» e a concentração junto ao MEC.

Grande adesão mesmo com pressões e ilegalidades

«Em resultado da greve, muitas escolas foram encerradas» — afirma a Federação, salientando que «muitos estabelecimentos de ensino só funcionaram com trabalhadores contratados a prazo (cerca de 7 mil neste sector) sobre quem foram, em alguns casos, feitas pressões inadmissíveis».

A FNSFP denuncia ainda a substituição ilegal de trabalhadores não docentes em greve por «elementos estranhos, como aconteceu nas escolas preparatória e secundária de Montalegre, ou por alunos, como suce-

deu na escola secundária Padre António Vieira, em Lisboa».

«Outras tentativas de furar a greve com recurso ao «trabalho infantil» — fracassaram devido à intervenção em devido tempo das organizações sindicais.

Pela aprovação no Conselho de Ministros de hoje

O regime acordado em Outubro estava há 3 meses na posse do ministro das Finanças. Só após o anúncio da greve Miguel Cadilhe assinou o diploma. A Federação alerta para o facto de que a protelação pelo Governo da saída do regime jurídico dos trabalhadores não docentes «compromete seriamente o funcionamento do próximo ano lectivo», em particular por esse diploma contemplar a criação dos quadros de pessoal para as novas escolas.

A Federação e os sindicatos da Função Pública afirmam que irão pressionar o Governo para que o diploma seja aprovado na reunião de hoje do Conselho de Ministros. «Se assim não for, na sexta-feira, 3 de Abril, a Federação realizará uma reunião de coordenação nacional do sector da educação para decidir das formas que se deve revestir a continuação da luta.»

ATÉ AMANHÃ CAMARADAS de Manuel Tiago

O GRANDE ROMANCE DA CLANDESTINIDADE E DA RESISTÊNCIA AO FASCISMO EM PORTUGAL

edições Avante!



Trabalhadores

3.º Congresso da FEPCES este fim-de-semana no Porto

A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, estrutura intermédia de coordenação e direcção da CGTP-IN que agrupa 17 sindicatos do Continente e Regiões Autónomas com cem mil trabalhadores associados, vai realizar na Faculdade de Engenharia do Porto, sábado e domingo, o seu 3.º Congresso, que tem por lema «Trabalho e progresso, fortalecer os sindicatos». O Congresso vai analisar e votar o relatório de actividades dos últimos 3 anos e o Programa de Acção até 1990 e elegerá o Conselho Nacional da FEPCES. Está prevista a participação de cerca de 250 delegados.

A preparação do Congresso iniciou-se em Setembro. Desde essa altura a FEPCES organizou o Encontro Nacional dos Trabalhadores dos Supermercados, o Encontro Nacional dos Trabalhadores de Escritório, o Encontro de Trabalhadores de Empresas de Informática, o Encontro dos Trabalhadores do Comércio, Escritório e Serviços da RA da Madeira e o Encontro das Mulheres Trabalhadoras do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa, entre outras iniciativas.

Os dirigentes da FEPCES e dos sindicatos nela filiados visitaram, neste período e por duas, três ou quatro vezes, cerca de

mil empresas do sector do comércio (nomeadamente supermercados), escritórios e outros serviços, onde contactaram dezenas de milhar de trabalhadores.

«A consolidação e desenvolvimento da representação sindical conheceu um significativo impulso por se ter chegado mais vezes aos trabalhadores e a mais trabalhadores, tendo havido centenas de novas sindicalizações, recolha de quotização atrasada e eleição de delegados sindicais» — refere-se no preâmbulo do Programa de Acção.

Esta actividade preparatória permitiu aprofundar o conheci-

mento dos problemas dos cerca de 400 mil trabalhadores do comércio e serviços e dos mais de 100 mil trabalhadores de escritório em empresas de outros ramos.

Desemprego: 1.º lugar

O desemprego é o principal problema que hoje atinge quem trabalha no comércio, escritórios e serviços. Segundo números do Instituto Nacional de Estatística que, como ressalva a FEPCES, «estão ainda longe de retratar toda a realidade, uma vez que apontam para um total de população desempregada de 313 400 pessoas», no 2.º trimestre de 1986 o total de desempregados do comércio e outros serviços (não incluindo hotelaria, função pública, educação, saúde) era de 77 500.

Entretanto o Banco de Portugal publicou um estudo sobre a evolução do emprego por actividades económicas no qual revela que foram liquidados 20 mil

postos de trabalho no comércio entre 1984 e 1986.

A estes números há que acrescentar ainda, e também com mais que provável erro por defeito, os 64 mil trabalhadores de escritório desempregados inscritos nos centros regionais de emprego. O desemprego afecta, segundo um estudo da FEPCES, cerca de 14% dos trabalhadores do comércio, escritórios e serviços.

A Federação aponta como uma das causas da crescente quebra de emprego a falência de pequenas e médias empresas e a concentração acelerada em curso no sector do comércio e serviços: em apenas 27 meses (1984/86) foram dissolvidas 1292 empresas do comércio (234 grossistas e 858 retalhistas), a esmagadora maioria das quais de pequena dimensão, com um capital social médio de cerca de 2 mil contos.

Segundo dados da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, referidos pelo Departamento de Informação da FEPCES, 25% das empresas do comércio grossista efectuam 88,5% do volume global de vendas; 45% das empresas distribuem entre si apenas 1,8% das vendas. Por outro lado, 5% das empresas do comércio a retalho realizam 56% do volume total de negócios e 80% das firmas venderam 20% deste valor.

Pelas 40 horas no comércio retalista

O Programa de Acção a apresentar ao Congresso chama a atenção para o facto de, no comércio, em Portugal, se praticarem «os maiores horários de trabalho e os mais extensos períodos de abertura da Europa»: 44 horas semanais, enquanto nos restantes países europeus se praticam entre 35 e 40 horas. Aquele documento propõe a luta pela defesa da semana inglesa e a redução do horário semanal de trabalho para 40 horas no comércio retalhista.

Mais mulheres e trabalhadores de escritório

Numa conferência de imprensa, anteontem realizada em Lisboa,

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DOS SINDICATOS
DO COMÉRCIO ESCRITÓRIOS E SERVIÇOS

3.º CONGRESSO
FEPCES

4.5 abril 87

Porto

ACTIVIDADE DE ENCONTRO



LUTAS E TAREFAS

Valorização profissional na Função Pública

Numa moção enviada à imprensa na passada sexta-feira, o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores protesta contra a situação criada aos trabalhadores administrativos, quanto à sua carreira profissional. Aprovado por unanimidade, aquele documento refere-se especialmente aos TFP dos Hospitais Cívicos de Lisboa, que se reuniram em plenário nas instalações do Hospital D. Estefânia em Lisboa no dia anterior. Os trabalhadores do HCL, cuja situação no que respeita às carreiras é idêntica em muitos aspectos à de outros sectores públicos, como a Segurança Social por exemplo, decidiram «manifestar o seu descontentamento pela actuação do Ministério, tradução da indiferença e marginalização a que sempre têm sido votados os trabalhadores na Administração Pública e na Saúde em particular». Os trabalhadores exigem sobretudo que «o processo da carreira administrativa seja efectivamente iniciado», e manifestam «a sua decidida determinação na defesa do direito a uma carreira que consagre as justas aspirações de valorização profissional». De outro modo, poderão adoptar formas de luta para o desencadeamento das quais mandatarão a direcção do Sindicato dos trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores.

Em defesa das carreiras profissionais manifestaram-se também os operários que trabalham nos Hospitais. Em plenário no passado dia 24 aprovaram, por sua vez, uma moção onde se exige, entre outros pontos, a «negociação, aprovação e posterior publicação da reestruturação da carreira operária, tendo em conta a proposta sindical». Esses trabalhadores são representados também pelo Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores.

Posições sobre a TV

Tomadas de posição recentes sobre a Televisão em Portugal remetem para a recusa de concessão de novos canais (Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e Comunicação Audiovisual-STT) e para o protesto público generalizado da parte do movimento sindical unitário pelo silêncio sistemático da RTP diante

das lutas dos trabalhadores e dos sindicatos. O STT, que se dirige «aos trabalhadores da RTP, aos órgãos de comunicação social e aos grupos parlamentares», opõe-se à «concessão» de novos canais de TV ao sector privado. Não o faz «por preconceitos infundamentados», afirma, mas atendendo, nomeadamente, «aos interesses dos profissionais que representa» e à luz da «experiência dessa abertura em países europeus, como a Itália e a França». O STT fundamenta a sua posição em vários aspectos conhecidos, como a liberdade de acesso limitada aos grandes grupos multinacionais, critérios do lucro, etc.) e no debate interno que tem promovido, com «importantes contribuições». Contra o silêncio televisivo perante as lutas dos trabalhadores manifestavam-se ultimamente os mineiros do Pejão, em greve, e a União dos Sindicatos de Setúbal que «continua a exigir a alteração dos critérios, que sistematicamente calam a voz dos trabalhadores». Reclamando entre outros pontos «o cumprimento pela RTP das recomendações do Conselho de Comunicação Social» a USS continua a reivindicar «um programa de grande informação sobre os problemas reais do distrito de Setúbal, em que seja garantida a participação dos representantes sindicais». Entretanto, no Pejão, um representante dos trabalhadores afirmava publicamente que a Televisão (Monte da Virgem) só vai às minas, como os abutres, quando há cadáveres.

Espectáculo no Barreiro

O grande espectáculo organizado pela CGTP-IN, no Primeiro de Maio, decorrerá este ano no Barreiro. Segundo a Central, o Dia Internacional do Trabalhador é assinalado, daquele modo, na região de Setúbal porque, «para a CGTP-IN, além de corresponder a uma desejável descentralização das iniciativas, visa também homenagear o espírito combativo dos trabalhadores do distrito de Setúbal, antes e depois do 25 de Abril, bem como a tenaz luta que mantêm face à actual situação socioeconómica de que são vítimas». O espectáculo, para o qual já estava assegurada no princípio de Março a participação de Paulo de Carvalho e de Maria Guinot, efectua-se no próximo dia 30, na Casa da Cultura da Quimigal, no Barreiro. O cartaz completo será divulgado oportunamente pela CGTP-IN.

1.º Encontro na Madeira

Realizou-se no Funchal, no dia 21 de Março, o 1.º Encontro dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira. Integrado nas iniciativas de preparação do 3.º Congresso da FEPCES, o encontro debateu a situação profissional e social e o trabalho sindical no sector.

Na resolução aprovada pelos participantes no Encontro destaca-se a consagração de direitos sociais importantes graças à luta dos trabalhadores e do seu sindicato. Muitas empresas, contudo, não garantem esses direitos, referindo aquele documento que «a falta de cumprimento dos horários de trabalho, sobretudo nos centros comerciais, supermercados e mini-mercados, o não pagamento de horas extraordinárias, sem descanso diário e semanal, constitui um verdadeiro atentado aos direitos sociais adquiridos, porquanto a Câmara Municipal do Funchal não respeita nem faz respeitar o seu próprio edital, concedendo autorizações que o violam e promovendo a concorrência desleal».

Manuel Guerreiro, coordenador da FEPCES, revelou que vai ser proposto ao Congresso o alargamento do Conselho Nacional da Federação para mais de 40 elementos (actualmente tem 33). Também é tida em conta a efectiva representatividade dos sectores, registando-se um aumento dos empregados de escritório,

maioritariamente representados pelos sindicatos da FEPCES. Entre os nomes a propor ao Congresso figuram José Luís Judas, membro da Comissão Executiva da CGTP-IN, e Caetano Pereira, ex-presidente do SITESE. Serão propostas mais mulheres para o organismo dirigente da Federação.

1 Congresso da USDS

Contra o desemprego no distrito de Santarém

Numa manifestação de grande confiança, perante uma situação social bastante degradada (cerca de 22.600 desempregados na zona) a União dos Sindicatos do Distrito de Santarém, através do seu Conselho Distrital eleito no 1.º Congresso, no passado fim-de-semana, no Entroncamento, definiu como «grande tarefa» a mobilização e participação dos trabalhadores do distrito nas duas grandes jornadas de massas que se aproximam: o 25 de Abril e o Primeiro de Maio. «Mais fortes,

mais coesos, mais determinados», os sindicalistas de Santarém propõem-se, depois de realizado este seu primeiro Congresso, avançar na mobilização e na luta. O reforço da unidade foi destacado no Congresso e verificado realmente na prática, através da participação de quatro associações sindicais não filiadas na CGTP-IN, Central a quem a União pertence. Dos 127 delegados, 47 intervieram no Congresso da USDS, que se propõe continuar a desenvolver

a luta pelo pagamento dos salários em atraso (cerca de sete mil trabalhadores afectados no distrito) e contra o encerramento de empresas, pelo desenvolvimento regional.

Como tem acontecido em todas as iniciativas que o movimento sindical unitário promove, o Congresso de Santarém reclamou nova política e novo governo para satisfazer necessidades básicas de grande massa dos trabalhadores.

Assembleia da República

Interpelação do PCP mostrou também consensos nas linhas mestras para uma alternativa democrática

Durante a interpelação sobre política laboral efectuada na passada semana por iniciativa do PCP multiplicaram-se as críticas de todas as bancadas da oposição quanto às linhas norteadoras da acção governativa nos domínios da política económica e social.

Desta feita, estava em causa uma política laboral cujos vectores assentam nos baixos salários e na sobreexploração do trabalho, nos contratos a prazo e na precarização do emprego e no projecto de liberalização total dos despedimentos. Os seus resultados estão à vista e por isso mereceram a condenação unânime dos partidos da oposição: o desemprego crescente apesar das manipulações estatísticas, a generalização dos contratos a prazo e do trabalho clandestino, a protecção e incentivo à repressão patronal, o ressurgimento dessa forma hedionda de exploração que é o trabalho indantil.

Evidenciando o isolamento do Governo e a sua insensibilidade às críticas e às preocupações

manifestadas de todos os quadrantes, a interpelação teve ainda o mérito de pôr em relevo a necessidade urgente de uma política alternativa, mostrando ao mesmo tempo existirem já «zonas de largo consenso nas linhas mestras dessa alternativa», como acentuaria o dirigente comunista Carlos Brito.

Nuna longa intervenção no decorrer da qual procedeu a um balanço do debate, o líder parlamentar do PCP dedicou aliás uma boa parte do seu tempo a expor circunstancialmente um conjunto de propostas concretas que, no seu entender, permitirão dar resposta através da adopção de uma política alternativa às graves questões sociais existentes.

Os traços fundamentais dessas propostas, conforme foi salientado, assentam numa ideia central de que «o melhoramento das garantias e das condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral é, em si mesmo, um objectivo prioritário de uma política de desenvolvimento».

Explicando melhor o conteúdo das suas posições, Carlos Brito sustentou que o melhoramento das condições de vida do povo português, como parte integrante que é aliás dos objectivos do regime democrático, constitui, «inserido numa política económica, dinâmica e progressiva, um factor de alargamento do mercado interno, de animação das actividades económicas e de aumento da produção».

Nesse sentido vão pois as propostas do PCP abrangendo três grande áreas consideradas determinantes, a saber: a ques-

tão do emprego, os salários e as garantias e direitos dos trabalhadores.

Quanto ao emprego entendido como um objectivo prioritário, a questão passa em síntese pela criação de novos postos de trabalho, objectivo viável através de uma política de desenvolvimento alicerçada nos investimentos produtivos e na dinamização da economia, aproveitando todas as potencialidades oferecidas por uma conjuntura externa favorável.

Paralelamente, como lembrou Carlos Brito, deve ser apoiada a manutenção do emprego existente, estimulada a adopção de novas tecnologias, mantida uma política de emprego coerente e combatidas todas as formas de trabalho precário e clandestino.

No que diz respeito aos salários, no entender do PCP, impõe-se o rigoroso cumprimento da lei contra os salários em atraso, garantindo em simultâneo a evolução dos salários reais, a actualização do salário mínimo, o melhoramento das prestações sociais e a salvaguarda da situação dos reformados.

Em matéria de garantias e direitos dos trabalhadores, a prioridade deve ser dirigida na opinião da bancada comunista para o combate à exploração do trabalho infantil, o que a seu ver é desde logo reconhecer como um valor fundamental «o respeito pelas garantias e direitos inscritos na Constituição».

nova política para o audiovisual e de outros meios que garantam apoio à informação escrita, ao exercício da profissão dos jornalistas e difundam o gosto pela leitura.

Prudência e ponderação

Apreciando no concreto os projectos em debate, o deputado comunista chamou a atenção para as movimentações de grandes interesses económicos estrangeiros no nosso país, designadamente o grupo Berlusconi e o australiano Murdoch, alertando para o carácter anticultural e antinacional da sua actividade e para o risco que se corre de se perder a velocidade de produzir informação independente no País.

As ligações destes verdadeiros tubarões a candidatos nacionais à televisão privada são de resto do domínio público, facto que no entender da bancada comunista aconselha a uma «malor prudência e ponderação nas soluções a adoptar», receios tanto mais legítimos quanto são conhecidas as intenções de alguns partidos, como é o caso do CDS, de destruir a actual lei da televisão e satisfazer a gula de grandes interesses privados.

Dando particular ênfase à posição que o partido vem coerentemente assumindo sobre este assunto — «não vemos razão para alterar as posições com que nos apresentamos ao eleitorado, nem vemos que tenham ocorrido circunstâncias que pudessem vir a legitimar uma tal alteração de comportamento e posicionamento institucional», afirmaria Jorge Lemos —, o orador advogou ainda um conjunto de medidas concretas que permitam valorizar, modernizar e rentabilizar a RTP, defendendo ainda uma nova política para o audiovisual e a conclusão dos processos legislativos pendentes na Assembleia da República, com destaque para a Lei da Radiodifusão.

definidas por outro lado apertadas regras para a subconcessão, a considerar no espaço que estiver eventualmente livre. Com a criação de um Estatuto da RTP, a par de um novo modelo de gestão (o conselho administrativo deixa de depender directamente do governo), o projecto dos renovadores dá ainda passos significativos na desgovernamentalização deste importante serviço público.

Posição completamente diferente assume o grupo parlamentar do PCP.

Definindo a posição do Partido, Jorge Lemos sublinhou que não se trata apenas de «estar em causa o momento constitucional» mas também outras questões de actualidade política como seja, e designadamente, a «poderosa ofensiva do Governo contra o sector público da comunicação social».

Estes ataques do Governo, que nalguns casos têm assumido a forma de ultimato à Assembleia, exigem na opinião da bancada comunista a aprovação urgente de medidas de fundo que permitam «alterar radicalmente as perturbações, anomalias e distorções resultantes da actualização do Governo».

O que é verdadeiramente importante, neste momento, lembrou Jorge Lemos, é adoptar medidas que «permitam desgovernamentalizar, reestruturar e modernizar, viabilizar e desenvolver o sector público de comunicação social», medidas essas que devem ser acompanhadas pela definição de uma

Comunistas contra TV privada

Concluído o debate que se prolongou por dois dias da passada semana os deputados aprovaram anteontem por maioria (PCP e MDP votaram contra) os três projectos de lei da autoria do PS, PRD e CDS que prevêem a abertura da televisão à iniciativa privada.

No essencial os três projectos estão de acordo quanto à oportunidade do momento para aprovar legislação que, segundo uns (PS), «dê resposta em português» aos desafios das televisões estrangeiras e, de acordo com a opinião de outros (PRD), permita «controlar os acontecimentos» e impedir um caos idêntico ao verificado no espectro radiofónico.

Mas se há acordo quanto à urgência de regular sobre esta matéria o mesmo já não se verifica quanto à forma e às regras que deverão presidir a tal abertura. Neste campo, o projecto do CDS distancia-se dos dois restantes prevendo a abertura pura e simples das actividades de televisão à iniciativa privada mediante concurso público, sem nenhum tipo de limitações que impeçam a gula de interesses estrangeiros. Como salientou Jorge Lemos, da bancada comunista, o que o CDS quer é o «domínio dos grandes grupos económicos internacionais, a destruição do serviço público de televisão, a lei da selva tão querida dos Murdochs, Berlusconis e companhia».

Embora o PS siga um esquema idêntico ao do CDS (a concessão pura e simples e sem limitações) preconiza no entanto um período limitado de tempo para a concessão, ainda que renovável, admitindo igualmente que no futuro os operadores privados venham a suportar os custos das infra-estruturas.

Desgovernamentalizar a RTP

No projecto do PRD defende-se por seu turno a figura da subconcessão, ou seja a manutenção de um vínculo entre a TV privada e a pública, cabendo a esta última a exclusividade da concessão do serviço de televisão. De acordo com o texto, a RTP fica também obrigada a manter os dois canais actualmente existentes, enquanto são

Para apurar responsabilidades

Inquérito parlamentar à vertente portuguesa do Irangate

Apesar das atenções estarem em larga medida já viradas para o debate que hoje se inicia sobre a moção de censura ao Governo apresentada pelo PRD — tema que naturalmente dominou toda a vida política durante a última semana — os trabalhos de terça-feira permitiram esclarecer algo mais sobre o envolvimento de entidades portuguesas no escândalo conhecido por Irangate.

Suscitado pela bancada comunista, o debate decorreu da apresentação de um pedido de inquérito parlamentar da iniciativa do Partido exactamente à actualização das referidas entidades na venda de armas e desvio de fundos e material de guerra no quadro dessa operação secreta da administração norte-americana.

Justificando a iniciativa da sua bancada, o deputado comunista José Cruz frisou que a questão fundamental reside no apuramento dos dados e responsabilidades de quem permitiu que o Aeroporto da Portela e portos portugueses fossem utilizados na exportação de armamentos para os «contras» da Nicarágua.

Esta foi com efeito a grande razão invocada para a apresentação deste inquérito, que tudo faz prever venha a ser aprovado, pretendendo-se assim averiguar até às últimas consequências como foi possível aos norte-americanos ultrapassarem os mecanismos de autorização e fiscalização a cargo dos Ministérios da Defesa Nacional e dos Negócios Estrangeiros, ou seja, apurar todas as responsabilidades das

autoridades portuguesas e nomeadamente do Governo.

Enumerando algumas das informações disponíveis que suscitam maior perplexidade na opinião pública sobre o envolvimento português no Irangate, José Cruz recordou o caso dos certificados falsificados quanto ao destino final das armas, o registo de computador contendo uma mensagem do tenente Oliver North bem como um diagrama da sua autoria encontrado no seu gabinete, as notícias que dão como certo que os fundos para a compra de armamentos eram provenientes do tráfico de narcóticos e ainda sobre a razão que terá levado Ronald Reagan a escolher justamente o nosso país para este tipo de operações ilegais.

O facto de o Governo ter sempre mantido um enorme mutismo face a estas questões gera, por seu turno, legítimas e redobradas preocupações quanto ao seu envolvimento no escândalo, pelo que José Cruz expressou também a vontade do PCP pretender saber se Cavaco Silva assumiu algum compromisso no decorrer da sua viagem aos EUA, designadamente no encontro que manteve com William Casey, na altura director da CIA.

No período antes da ordem do dia o deputado Álvaro Brasilheiro levou ao conhecimento do hemiciclo a situação em que se encontram as marinhas de sal de Rio Maior, exploradas há mais de 800 anos e consideradas um importante património natural, cultural e arquitectónico.



«Ofuscação»

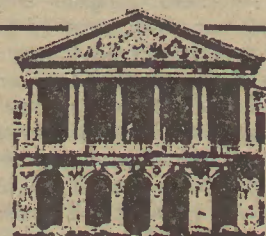
Por vezes, a defesa das posições do ainda Governo de Cavaco, cada vez mais isolado dos portugueses, é feita por parte de quem menos se esperaria. Ou será que, da «objectividade» de alguns, se pode esperar tudo?

Vem isto a propósito da pretensa «ofuscação» da interpelação do Partido Comunista Português pela moção de censura do PRD. É claro que os leitores e os telespectadores de todo o País ficaram suspensos — e continuam até hoje — das consequências possíveis que a moção poderá vir a ter. Mas não se poderá dizer que, deixando de pensar pela própria cabeça, deixassem de querer saber de uma interpelação do PCP ao Governo — duplamente em xeque — numa área tão sensível como é a da política laboral, a política que dá ou tira o pão dos trabalhadores.

Pretendendo ignorar os trabalhadores — a maioria dos portugueses — o semanário «O Jornal», foi muito mais longe que os seus colegas de extrema-direita. Com efeito, enquanto, por exemplo, o próprio «Semanário» levou a interpelação comunista a sério, «O Jornal» optou, «objectivamente», pela «ofuscação».

Com efeito, não acreditamos que tivesse sido por simples preguiça que «O Jornal» tivesse dado a esta iniciativa parlamentar dos comunistas apenas três dezenas de linhas, desculpando-se com um... «fantasma» — como esse semanário chama à moção de censura... E, mesmo assim, as linhas não eram sobre a interpelação, mas sobre o discurso do ministro Cadihe, ignorando as nove intervenções do PCP!

Concluindo pela «ofuscação», «O Jornal» não fez mais do que colar-se ao Governo que, com razões de sobra para ofuscar, foi o primeiro a lançar a expressão...



Semana a Semana

O PCP apresentou os seguintes projectos de lei.

1. **Condiçãoamento da plantação de eucaliptos** — cria um novo regime legal para a autorização da plantação de eucaliptos, tendo em conta o valor agrícola dos solos e a exploração dos recursos florestais, fazendo intervir no processo as autarquias locais.
2. **Garante o pleno exercício das competências da Assembleia da República em matéria de integração europeia** — estabelece normas para a intervenção da AR nas matérias da integração europeia, de acordo com os princípios constitucionais de separação e interdependência dos órgãos de soberania.
3. **Garante o acesso à jurisprudência dos tribunais superiores** — cria uma nova série no Diário da República chamada «Jurisprudência», com vista à publicação mensal dos acórdãos dos tribunais superiores portugueses (Tribunal Constitucional, Supremo Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Administrativo, Supremo Tribunal Militar, Tribunal de Contas e Tribunais da Relação).

PCP

Octávio Pato em Alhandra

Há uma maioria na AR

Muitas são as razões para que o Governo minoritário de Cavaco Silva seja substituído. No último fim-de-semana em Alhandra, Octávio Pato sintetizou algumas dessas principais razões:

- Afronta a Constituição, nomeadamente através da abertura da banca ao capital privado e da política de destruição que executa em relação ao Sector Empresarial do Estado;
- Não respeita a legalidade, designadamente através do não cumprimento dos cerca de 400 acordos do Supremo Tribunal Administrativo favoráveis aos trabalhadores da Reforma Agrária;
- Tenta subverter o sistema democrático, nomeadamente através da introdução de alterações à lei eleitoral, onde pretende acabar com o princípio da proporcionalidade;
- Atenta contra os direitos dos trabalhadores, através das alterações que pretende introduzir nas leis laborais e que visam nomeadamente aumentar o horário de trabalho diário e semanal para 10 e 50 horas respectivamente, acabar com o descanso semanal ao domingo e com a proibição do trabalho nocturno para as mulheres, e restringir o direito da negociação colectiva, entre outras medidas lesivas dos interesses dos trabalhadores;
- Põe em sério perigo as liberdades, através da criação de novas polícias políticas, no âmbito dos Serviços de Informação, como ficou provado pelo recente escândalo do bufo que trabalhava directamente ligado aos Serviços de Informação Militar e, ao mesmo tempo, era participante em actos terroristas da organização de extrema-direita, o GAL;
- Envergonha e desprestigia Portugal, através de uma postura de subserviência e submissão sem precedentes face aos ditames e interesses dos Estados Unidos e dos países da CEE.

Um Governo contra a soberania

«Pela gravidade que assume», o dirigente comunista destacou este último aspecto da actuação governamental, referindo a dado passo:

«É o caso dos excedentes de manteiga da CEE, para os quais Portugal em nada contribuiu, mas que terá de pagar, quer queira quer não. Só este pequeno episódio vai custar a Portugal qualquer coisa como três milhões de contos. É o caso ainda não esclarecido da participação do Governo no escândalo «Irrigate». É o caso das afirmações ainda não desmentidas de que os Estados Unidos da América se preparam para instalar em Portugal bases militares norte-americanas que Espanha pretende pôr fora do seu território. É o caso da instalação de uma estação de rastreio em Almodôvar, que a coberto da miragem de criação de uns quantos postos de trabalho, põe em perigo a segurança de todo o País. (...) É o caso das frequentes permanências no Tejo, para abastecimento, de submarinos nucleares ao serviço da NATO, como ainda há dias de novo se verificou.

É o recente caso da visita de uma delegação da Assembleia da República à União Soviética, e da escandalosa acção do Governo, pondo em causa não só a dignidade do presidente da AR como da própria Assembleia da República e do País. É o caso da corrupção e do clientelismo político que não diminui antes continua a aumentar como nós de azeite.

O Governo soma escândalos sobre escândalos! A sua política e o seu comportamento, designadamente em política externa e enfeudamento vergonhoso aos EUA, bastariam para que ele não permanecesse nem mais um dia no poder.»

(...)

Noutra passagem da sua intervenção, Octávio Pato recordou:

No comício da Festa do «Avante!» do ano passado, o secretário-geral do nosso Partido lançou, pela primeira vez, a consigna: **Governo de Cavaco Silva para a rua**. Houve muitos que não acreditaram na viabilidade desse objectivo e, muitos outros, disseram que era apenas a renovação de uma cassete do PCP.

(...)

O Governo de Cavaco Silva só não irá para a rua e não será demitido se o PS não votar favoravelmente a moção de censura, mas é difícil acreditar que, nas actuais circunstâncias, o PS queira assumir a responsabilidade pela sobrevivência do Governo PSD.

E cremos que ninguém porá em dúvida que foi o PCP o único dos partidos democráticos que se esforçou por esclarecer o povo português e o único que mobilizou as massas populares para a luta por aquele objectivo. Assim, mais uma vez se comprovou que valeu a pena lutar, que vale sempre a pena lutar, e também mais uma vez se comprovou que é com o PCP, como força determinante da luta

pela defesa da democracia e dos interesses nacionais, que vale a pena lutar.

Mas importa salientar que o PCP não se tem limitado a lutar pela demissão do Governo Cavaco Silva. Tem lutado e continua a lutar por uma nova política e um Governo de alternativa democrática.

Desde as últimas eleições legislativas, em 1985, que o PCP tem defendido uma convergência política entre todos os partidos democráticos no quadro da Assembleia da República. Na actual Assembleia da República, com um total de 250 deputados, os partidos democráticos (PCP, PS, PRD, MDP e Os Verdes) somam 140 deputados, enquanto o PSD e o CDS somam somente 110.

Há, assim, no quadro institucional, todas as possibilidades para a formação de um Governo democrático em oposição aos partidos de direita, e de alternativa ao Governo do PSD o mais minoritário de sempre, sem necessidade de se recorrer a novas eleições antecipadas.

Convergência

Acrescentou o dirigente comunista:

O PCP não teme eleições antecipadas e, se elas se realizarem, iremos para essa batalha com a convicção de que reforçaremos a nossa força eleitoral e aumentaremos o número de deputados eleitos. Mas, voltamos a repetir, as eleições antecipadas são dispensáveis, dado que os partidos democráticos já dispõem de uma confortável maioria na Assembleia da República.

Se o Governo PSD é demitido, ou se forma um novo governo ou há eleições antecipadas, tal é o quadro político que se apresenta ao País. E se houver a impossibilidade de formar um governo democrático de alternativa (apesar de os partidos democráticos constituírem uma maioria na AR) isso significa que esses partidos não quiseram entender-se ou não fizeram os esforços necessários para estabelecerem uma plataforma política de convergência democrática.

Há muito que o PCP vem defendendo a necessidade de uma convergência política dos partidos democráticos para a formação, de um governo de alternativa. E tal convergência tornar-se-á possível se todos os partidos se orientarem pelos interesses superiores do País e a salvaguarda da democracia e não por considerações ou interesses egoístas e sectários.

Na nossa opinião e como várias vezes tem sido afirmado, tal convergência poderia ter como base essencial o respeito pela Constituição e por tudo o que nela está consagrado, o respeito pela legalidade democrática, a mobilização e aproveitamento dos recursos nacionais em proveito do povo português, uma política de verdadeira recuperação económica e desenvolvimento, a dinamização da economia com inteiro respeito e apoio sem discriminação às várias formações económicas, a melhoria das condições de vida material e cultural do povo, uma política externa de independência, paz e cooperação com todos os povos do mundo.

Quanto a nós podemos afirmar que o PCP está inteiramente disponível para assumir todas e quaisquer responsabilidades no interesse do País. Não recusamos assumir responsabilidades, mas estamos igualmente disponíveis para encontrar soluções que conduzam à formação de um Governo democrático que tenha o apoio dos partidos democráticos e seja a expressão de uma convergência entre eles.

Não é certamente um bom caminho que forças ou sectores democráticos tentem discriminar os comunistas e o seu Partido na formação de um governo de alternativa ao Governo do PSD. E que, ao mesmo tempo, defendam a formação de um governo sem o PSD mas maioritário. Tal governo não seria maioritário, mesmo que incluísse o PS, o PRD e o CDS.

E não se pode deixar de estranhar que se defenda a exclusão do PCP e, implicitamente, se admita a inclusão do CDS.

Se tais conceitos prevalecessem na formação de um tal governo, tem-se o direito de pensar que a discriminação dos comunistas tem como causa principal o não se querer promover uma viragem política e de real alternativa democrática à política de direita de sucessivos governos.

A questão que se coloca é saber-se se os partidos democráticos vão esforçar-se por uma convergência entre todos eles ou se alguns vão procurar novos compromissos e alianças com os partidos de direita.

(...)

3.ª Assembleia de Vila Franca

Num concelho de Abril, reforçar o Partido, construir a alternativa — foi sob este lema que decorreu no último domingo na Sociedade Euterpe Alhandrense a 3.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP de Vila Franca de Xira, distrito de Lisboa.

Participaram nos trabalhos 300 delegados, que aprovaram o projecto de relatório apresentado à discussão pela Comissão Concelhia cessante. Documento de 36 páginas, o documento analisa o trabalho desenvolvido nos últimos três anos e aponta linhas de orientação para as diferentes áreas de intervenção dos comunistas.

Culminando uma fase preparatória intensa, que incluiu a realização de mais de cinco dezenas de reuniões e um encontro de quadros, a Assembleia registou 39 intervenções, salientando-se o empenhamento de toda a organização na luta política por uma alternativa democrática e um Governo que defenda os interesses nacionais e também no reforço do Partido e da sua acção no concelho. As Jornadas de Desenvolvimento, iniciativa marcada para Junho próximo em Vila Franca de Xira, mereceram



uma atenção especial dos delegados, que aprovaram uma carta reivindicativa aos órgãos do Poder, onde se traduzem as principais carências sentidas no concelho e cuja resolução cabe ao poder central.

Moções sobre a Paz, a situação social, a luta dos trabalhadores e a alternativa democrática e ainda sobre o 70.º aniversário da Revolução Socialista de Outubro, foram documentos aprovados por unanimidade e aclamação pela Assembleia.

A nova Comissão Concelhia, constituída por 52 elementos, dos quais 27 são operários

(51%), 17 empregados (33,3%), 6 quadros técnicos (11,7%), 1 pequeno comerciante (2%), e 1 pequeno agricultor (2%), foi aprovada na última sessão dos trabalhos. A média de idades do novo organismo eleito é de 38,6 anos; 9 mulheres fazem parte do actual CC.

Ponto alto desta Assembleia foi o comício de encerramento no qual usou da palavra o camarada **Octávio Pato**, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP.

Nesta página publicamos alguns extractos dessa intervenção.

Células da CP e Metro

Assembleias participadas

Os problemas essenciais da CP, as propostas dos comunistas para a sua superação, a actividade da célula do Partido e um conjunto de linhas de actuação para o desenvolvimento do seu trabalho são temas em foco na Resolução final aprovada no último sábado, na 4.ª Assembleia da célula da CP/zona de Lisboa, realizada na cantina do Rossio.

Além de delegados e convidados, participou nos trabalhos o camarada **Raimundo Cabral**, membro da Comissão Política do CC, que falou no período de encerramento.

A análise aprofundada da situação da CP e dos trabalhadores ferroviários, no contexto da actual situação política e social e o trabalho desenvolvido pelos ferroviários comunistas e a sua célula foram temas destacados do debate. A Assembleia aprovou o relatório de actividades apresentado pelo secretariado cessante e também uma resolução final em que se salienta a dado passo:

«A CP é uma empresa com uma péssima gestão, executada ao sabor dos interesses do Governo e do PSD, dirigida por pessoas que foram escolhidas sem ter em conta a sua competência profissional, mas apenas com base em critérios aos quais estavam subjacentes as amizades e a filiação partidária.

A CP é uma empresa em avançado estado de degradação é obsolescência em quase todos os seus aspectos principais, tais como as infra-estruturas (estações, vias, pontes, telecomunicações, sinalização, catenária, etc.) e o material circulante (locomotivas, locomotoras, carruagens, automotoras, vagões, etc.), com consequências gravíssimas que originam, má qualidade do serviço prestado e baixos níveis de segurança.

A CP é uma empresa com uma situação financeira perma-

nentemente preocupante, por asfixia premeditada dos sucessivos governos, com a conivência dos sucessivos Conselhos de Gerência.

A CP continua a ser uma empresa em que os contratos e os preços são feitos sem ter como suporte o cálculo dos custos do serviço a prestar, donde se pode justamente duvidar dos respectivos resultados financeiros.

A CP continua a não ter qualquer planeamento sério, uma vez que o que tem sido feito ultimamente se baseia tão somente na demagogia e no irrealismo.

Finalmente, a CP é uma empresa em que a sua maior riqueza, os ferroviários, têm sido constantemente confrontados com a hostilidade dos conselhos de gerência e dos governos, com a conivência dos «dirigentes» divisionistas, no sentido de «dividir para reinar» e atacar o movimento sindical unitário dos ferroviários.»

**

Um documento-base e um projecto de resolução política foram documentos em análise na 2.ª Assembleia de célula do PCP no Metropolitano de Lisboa. Realizada no último sábado no Centro Vitória, a Assembleia — tal como aconteceu na CP — elegeu o novo organismo de direcção e registou as palavras do camarada **Carlos Brito**, membro da Comissão Política do Comité Central e presidente do Grupo Parlamentar comunista na Assembleia da República.

Os problemas da empresa, as propostas dos trabalhadores e a acção dos seus organismos representativos são temas destacados na documentação da Assembleia. Na resolução aprovada refere-se que «para uma correcta definição da empresa, torna-se imprescindível e imperati-

vo a exigência que a tutela e C. Gerência tomem as seguintes medidas»:

- A concretização, sem ambiguidades, dos projectos já anunciados há vários anos, do aumento da rede de exploração às áreas mais carenciadas nos acessos às cidades.
- A aceleração da aprovação dos projectos que visam a anulação do nó da Rotunda.
- A passagem à prática do lançamento das obras que transformam os projectos em realidade.
- A máxima seriedade e transparência na aplicação dos dois milhões de contos que o CG pretende obter, através das obrigações já aprovadas.
- A obrigação de levarem à prática o aumento de cadência no transporte de utentes, nas horas de ponta.
- O respeito pelos utentes e trabalhadores na área da Exploração, repondo o necessário clima de segurança nas várias estações abandonadas.
- O respeito pelo futuro da empresa e dos seus trabalhadores, acabando de vez com os gastos de milhares de contos em aquisições duvidosas e a entrega ao capital privado de tarefas e obras que a Empresa pode e deve assumir.
- A reposição de um clima social-laboral que respeite a dignidade dos trabalhadores no ML.
- Passos sérios na concretização de uma efectiva comunidade de transportes, na região de Lisboa, que permita encarar o seu sistema de transportes colectivos de forma coordenada, racionalizando meios e correspondendo às necessidades das populações e onde do Metropolitano já cabe e terá de continuar a caber importante papel.
- Um almoço-convívio e a passagem de filmes no CT da António Serpa encerram da melhor maneira a Assembleia dos Comunistas do Metro.

PCP

Célula da Quimigal/Barreiro

Definidas orientações

Realizou-se no último sábado a 6.ª Assembleia da Célula da Quimigal-Barreiro, nas instalações da Casa da Cultura dos Trabalhadores daquela empresa pública, sob o lema **Reforçar o PCP, Defender a Quimigal, Retomar Abril**.

A preparação desta Assembleia, que envolveu centenas de comunistas na apreciação e discussão do projecto do relatório do secretariado da célula e na eleição dos delegados, em representação dos 1302 membros do Partido, assumiu especial importância no quadro actual das preocupações para reforçar e melhorar a organização, para desenvolver e intensificar a luta dos trabalhadores, em defesa dos seus postos de trabalho e de resistência contra a ofensiva que se vem desenvolvendo contra a empresa.

A cuidada decoração e a organização em que decorreram os trabalhos, testemunharam o empenho que foi posto na realização desta Assembleia, que atraiu a atenção de numerosos delegados e convidados.

Na mesa da Assembleia, que foi constituída por membros do executivo e do secretariado cessante da célula, estiveram os camaradas **Blanqui Teixeira**, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, Luís Carvalho, membro da DORS, e Jorge Martins, membro da Comissão Concelhia do Barreiro.

A leitura do relatório do secretariado cessante, que fez uma análise crítica dos cerca de 40 meses de actividade da organização da célula, desde a 5.ª Assembleia realizada em 26/11/83, caracterizou-se fundamentalmente pelos diversos domínios da actividade política e social a nível da empresa.

Pelo significado que se reveste, destacamos, entre outras, algumas passagens mais importantes:

«A paragem de algumas instalações fabris que custaram à empresa mais de uma dezena de milhões de contos, e que são únicas no País (Fibras de Vidro e Kowa-Seiko), a redução de 1120 postos de trabalho de Dezembro de 1983 a Fevereiro de 1987, as acções de «reestruturação» desencadeadas pelo actual Conselho de Gerência, são os principais contornos de uma ofensiva contra a Quimigal, os seus trabalhadores e a economia nacional.»

Mais adiante, lê-se naquele documento:

«Através de posições públicas, contactos com os responsáveis da empresa e os trabalhadores em geral, sempre a Célula do PCP apresentou propostas e mostrou disponibilidades para em conjunto com outras forças políticas e sociais encontrar soluções para os problemas da empresa.

«Em 2 de Março de 1985 realizou-se o Encontro das Células da Quimigal que contou com a participação de cerca de 250 pessoas dos mais variados leques político-partidários.



Quimigal: a defesa da empresa e dos trabalhadores em foco na Assembleia da célula do PCP

«Pela profundidade dos trabalhos elaborados na preparação do Encontro, como pela riqueza das suas conclusões, esta iniciativa transformou-se na mais importante discussão jamais realizada sobre a Quimigal».

No final, afirma-se ainda que «a agudização das condições sociais e económicas, a intensificação da actividade na mobilização dos trabalhadores para a defesa dos seus direitos, tem ocupado muito dos quadros do Partido, assim como o deslocamento de outros para outras frentes de trabalho. O insuficiente aproveitamento dos quadros intermédios que respondem bem a um trabalho rotineiro, mas que não são capazes, ou pensa-se que não são capazes, de levar por diante uma actividade mais intensa, e as dificuldades de promoção de novos quadros, não permitiu dedicar às questões organizativas uma atenção e o tempo que seria bom dedicar».

A Ordem de Trabalhos que assentou na discussão e votação do relatório do secretariado cessante, eleição do novo secretariado e votação das conclusões de encerramento, viria a proporcionar numerosas intervenções em que foram prestadas contas do que foi feito e do muito que há ainda por fazer, para fortalecer o Partido, a organização dos trabalhadores e simultaneamente a participação dos comunistas nas actividades culturais e desportivas na empresa.

O novo secretariado eleito da célula, que é constituído por 35 camaradas, sendo a sua composição social, 29 operários, 5 empregados e 1 quadro técnico, entre os quais 4 são mulheres, regista uma média de idades de 39 anos.

O camarada Blanqui Teixeira, que encerrou os trabalhos desta Assembleia, depois de ter recordado o passado histórico da célula da Quimigal, antes da sua constituição em empresa pública, salientou os aspectos positivos com que decorreram os trabalhos da 6.ª Assembleia, em que não foram poupados esforços de crítica e autocritica sobre o que foi realizado durante o mandato do secretariado cessante.



As populações dos concelhos que bordejam a Ria de Aveiro têm protestado muito justamente contra a ausência de medidas que visem pôr cobro à degradação da Ria. Dando seguimento a este crescente sentir das populações a CDA do PCP, as organizações do PCP do distrito, particularmente as dos concelhos ribeirinhos, os seus eleitos nas autarquias e os deputados do PCP na Assembleia da República eleitos pelo círculo de Aveiro, têm levantado insistentemente os problemas da poluição e degradação da Ria, procurando, na prática, dar corpo às reclamações e protestos populares e lutado pela concretização de uma política de aproveitamento de todas as grandes e reconhecidas potencialidades da Ria — salienta a nota entregue aos participantes no debate realizado no último sábado no salão cultural da CM de Aveiro, por iniciativa da Comissão Distrital do PCP.

No decorrer dos trabalhos foi divulgada em primeira mão a proposta de Projecto-Lei do Grupo Parlamentar do PCP, criando o Conselho de Defesa da Ria de Aveiro.

«Ria de Aveiro: a que tínhamos, a que temos, a que queremos» foi o tema geral do debate que reuniu entre os seus participantes Zita Seabra, deputada, Vidal Pinto, responsável pelo Partido no Distrito, ambos membros suplentes da Comissão Política do CC do PCP e o deputado independente Anselmo Aníbal, presidente da Comissão Parlamentar do Equipamento Social e Ambiente.

A iniciar os trabalhos Vidal Pinto afirmou que de há muito a situação da Ria de Aveiro vem preocupando a organização distrital do PCP, que agora decidiu encarar de frente a degradação crescente da Ria.

Referiu que sobre a Ria e tudo o que a envolve muito tem sido dito e escrito em iniciativas promovidas por várias entidades. A todas estas iniciativas, salientou o dirigente comunista tem estado atenta a CDA do PCP, procurando conhecer conteúdo e conclusões, considerando que, na sua generalidade, tais iniciativas têm tido mérito. Só que, afirmou Vidal Pinto, às denúncias aí feitas não tem sido dada, por parte do Governo, resposta concreta.

Centro histórico do Porto

No passado sábado, dia 28 de Março, realizou-se no Centro Social do Barredo, por iniciativa do Comité Local do Porto, um importante debate sobre os problemas que se prendem com a intervenção do Comissariado para a Renovação da Área Urbana da Ribeira/Barredo — CRUARB na zona histórica do Porto e, em particular, com a resolução dos graves problemas de habitação nas freguesias abrangidas pela acção daquele organismo, Miragaia, Sé, S. Nicolau e Vitória.

Participaram vereadores e membros da Assembleia Municipal do Porto, presidentes e membros das Juntas e Assembleias de Freguesia, representantes de organizações populares, técnicos e moradores nas zonas de intervenção. De uma forma muito viva, a generalidade dos presentes manifestou a preocupação unânime quanto ao desvirtuamento dos objectivos inicialmente propostos para a operação de renovação. De facto, o exemplo recente da proposta de venda das casas recuperadas na Rua Monte Judeus/Miragaia, e em relação à qual foi ma-

Debate em Aveiro

Divulgada uma proposta de Projecto-Lei que cria o Conselho de Defesa da Ria



O debate promovido pelo PCP confirmou: a Ria de Aveiro pode e deve ser preservada

Afirmando mais adiante que é necessário combater afirmações infundadas, pessimistas e mesmo fatalistas de que a Ria está perdida no sentido total e irreversível, e que tais afirmações têm servido de argumento para justificar preterit-la na atribuição de verbas e outras medidas que a Ria carece, Vidal Pinto acrescentou: «é necessário olhar para a Ria partindo do princípio que ela está viva».

A terminar a sua intervenção o responsável pelo PCP no Distrito de Aveiro afirmou que, para proteger a Ria, recuperar as suas zonas degradadas e defender todo o ecossistema, é preciso dotar a Ria de uma direcção unificada, com gestão e autonomia próprias que concilie e dirija os departamentos que estão envolvidos na Ria, e anunciou que, nesse sentido, a Comissão Distrital de Aveiro do PCP vai propor ao Grupo Parlamentar do Partido uma iniciativa legislativa visando a criação de um Conselho de Defesa da Ria de Aveiro.

A proposta de Projecto-Lei foi distribuída à assistência e órgãos da comunicação social pre-

sentes, em primeira mão, tendo os deputados presentes assumido a responsabilidade de o apresentar na AR.

O documento, como já referimos, cria um órgão novo, o Conselho de Defesa da Ria com funções de consulta, estudo, fiscalização e protecção no que concerne à gestão, preservação e desenvolvimento da Ria. Aquela iniciativa legislativa prevê que o Conselho seja composto por representantes das Assembleias Municipais, Universidades de Aveiro, Associações de Defesa do Património Natural e Cultural da Ria, Associações Sindicais, Associações Empresariais, Associações de Agricultores, Cooperativas, Colectividades e outras Associações ou Instituições de índole cultural, social, económica ou profissional, com relevante expressão na área.

No campo do financiamento prevê-se que o mesmo seja feito através do Estado.

No decorrer do debate surgiram intervenções da assistência, procurando todas elas dar aches ao documento apresentado para base de discussão e enviado antecipadamente pela CDA do PCP a muitos dos participantes.

O deputado independente Anselmo Aníbal centrou a sua intervenção na Lei de Bases do Ambiente salientando a sua importância.

Referiu depois que, dos nove milhões de contos orçamentados

para a Secretaria de Estado do Ambiente pouco coube às rias, zonas lagunares e estuárias, pelo que, relativamente a outras áreas do ambiente, estão prejudicadas com a política orçamental deste Governo.

Caracterizou a política da actual Secretaria do Estado do Ambiente como uma política em alguns aspectos positiva mas que, no global, é uma política para primeira página, emblemática, sem resultados concretos.

A terminar Anselmo Aníbal justificou como necessário o Projecto-Lei que o PCP vai apresentar na Assembleia da República sobre a recuperação e defesa da Ria de Aveiro.

Bidarra da Fonseca, da CDA do PCP, fez uma intervenção em que referiu a importância da regionalização para resolução dos problemas da Ria.

Encerrou o debate Zita Seabra, que abordou o enquadramento da iniciativa legislativa apresentada no debate, considerando-a contida nas competências da Assembleia da República e afirmou que o Projecto-Lei em defesa da Ria corresponde à possibilidade máxima de intervenção neste plano.

Para aqueles que aspiram a um organismo com poderes executivos remeteu Zita Seabra para a regionalização, e em particular para o Projecto-Lei de regionalização apresentado pelo PCP, que dá resposta a tais aspirações.

Colóquio em Guimarães

Sector têxtil e a CEE

— que futuro?

Barros Moura, deputado do Parlamento Europeu, Ilda Figueiredo e José Manuel Mendes, deputados da Assembleia da República, vão participar num colóquio a realizar no sábado em Guimarães, subordinado ao tema «o sector têxtil e a CEE — que futuro?».

Promovido pela Comissão Distrital de Braga do PCP em conjunto com o Grupo Comunista e Afins do Parlamento Europeu, o colóquio decorrerá a partir das 14 e 30 horas na sala de conferências do Hotel Fundador D. Pedro, em Guimarães, e em debate estarão, entre outros, os seguintes temas:

- Emprego, modernização tecnológica e relações de trabalho;
- Comércio externo, interesses nacionais e adesão à CEE;
- A indústria têxtil e o desenvolvimento regional;
- A indústria têxtil nacional: que perspectivas? Que futuro para as PMEs? Que política necessária?



entrevista com Álvaro Cunhal

«Muito positivo»

«Avante!» — Que balanço fazes da visita da delegação do nosso Partido a Espanha?

Álvaro Cunhal — Muito positivo.

«A» — Foi a primeira vez que participaste numa delegação do PCP a Espanha. Porquê só agora?

AC — Porque só agora estavam maduras as condições para que uma tal visita fosse realizada com êxito. São conhecidas há vários anos dificuldades no relacionamento entre os dois partidos designadamente depois da revolução de Abril. É também conhecido que se verificaram divisões no movimento comunista espanhol, com a formação de novos partidos. Toda essa situação tem dificultado o desenvolvimento das relações entre os nossos partidos.

«A» — Um comentador atribuiu a uma viragem do PCP o facto de se ter realizado agora pela primeira vez esta visita. Será assim?

AC — Não. O que se verificou foi uma modificação favorável da situação, designadamente em Espanha. PCP e PCE estão de acordo em que é tempo de terminar com uma situação em que temos estado de costas voltadas um para o outro. E não só os partidos comunistas. Também os povos. Também os países.

«A» — Não existem sequelas do passado? Qual a perspectiva do desenvolvimento das relações?

AC — Não estamos voltados para o passado mas sim para o futuro. Assim está prevista, para os dias 7 a 12 de Abril, a visita a Portugal de uma delegação do PCE tendo à sua frente Gerardo Iglesias, seu secretário-geral. Na nossa visita a Madrid e a Barcelona fomos acolhidos com grande fraternidade e sentimentos de solidariedade. Assim também receberemos a delegação do PCE. Tanto nós como os camaradas espanhóis consideramos que estão criadas condições para o desenvolvimento de relações de amizade e mesmo de cooperação entre os nossos partidos.

«A» — Só com o PCE, ou com outros partidos de comunistas espanhóis, como o PC dos Povos de Espanha?

AC — O PCP tem tido somente relações oficiais com o PCE e agora também com o Partido Socialista Unificado da Catalunha (PSUC) cuja actividade se desenvolve no quadro do PCE. Mas tem também tido encontros,

contactos e relações não formalizadas com comunistas que se separaram do PCE e do PSUC, designadamente com camaradas do Partido Comunista dos Povos de Espanha (PCPE) e do Partido Comunista da Catalunha (PCC). Naturalmente com conhecimento do PCE e do PSUC.

«A» — Foram noticiados os encontros com o PCE e o PSUC. Encontraste-te também com o PCC e o PCPE?

AC — A visita a Espanha foi feita a convite do PCE e à Catalunha a convite do PSUC. Foi, como sabemos, um intenso programa de conversações com estes dois partidos, encontros, comícios, visitas a instituições democráticas, conferências de imprensa, entrevistas a jornais, a rádios e à TV. Tivemos também um demorado encontro com os dirigentes das Comisiones Obreras (CCOO) tendo à sua frente Marcelino Camacho. Participei em Barcelona, com presenças numerosas, no lançamento da edição espanhola do livro «O Partido com paredes de vidro» (Edições «Avante»). Estivemos no Parlamento em Madrid. Na Catalunha fomos recebidos pelo presidente do Governo, pelo presidente do Parlamento e pelo presidente da Câmara Municipal. Foi pois um programa intensíssimo. Mas tivemos também ocasião de nos encontrarmos de forma não oficial com comunistas dos outros partidos.

«A» — Podes dizer com quem, no concreto?

AC — Com Ignacio Gallegos, secretário-geral do PCPE, que participou no almoço que realizámos no Parlamento espanhol com o Grupo Parlamentar da Esquerda Unida a que pertencem comunistas de vários partidos. E com Juan Ramos, secretário-geral do PCC em Barcelona.

«A» — Significam esses contactos que o PCP é favorável à unidade dos diversos partidos dos comunistas espanhóis?

AC — Trata-se de uma questão interna desses partidos em que de forma alguma nos queremos imiscuir. Mas tivemos ocasião de dizer a todos os camaradas espanhóis, e de dizê-lo também nos comícios e outros actos públicos em que falámos, que observamos com satisfação que está em curso um processo de aproximação e unidade de todos os comunistas com o objectivo, por todos afirmado, de conduzir a uma reunificação orgânica. As-

sociado à estreita ligação com as massas trabalhadoras será, a concretizar-se, um acontecimento memorável que decuplicará sem dúvida a intervenção dos comunistas na vida social e política do país vizinho.

«A» — Estará para breve?

AC — Poderá não estar para breve. Mas existe um positivo processo em curso nessa direcção.

«A» — Eram conhecidas de há muitos anos grandes divergências entre o PCP e o PCE. Entretanto, durante a tua visita alguns jornais publicaram notícias segundo as quais teria havido um completo entendimento entre os dois partidos...

AC — A notícia não tem fundamento. É certo que somos partidos comunistas e isso implica uma identificação de aspectos fundamentais do ideal e dos objectivos. É certo que existem muitos problemas concretos, em relação aos quais as posições dos dois partidos se aproximam. Por exemplo, a política do imperialismo e os problemas da paz. Mas continuam a existir pontos de vista muito diferentes e mesmo divergentes em muitas outras questões políticas e ideológicas.

«A» — Podes exemplificar?

AC — Sim. Um exemplo é a forma como se consideram as perspectivas do progresso social na Europa. O PCP, contraditadamente a campanha segundo a qual o movimento comunista na Europa capitalista estaria condenado a uma «decadência irreversível», considera essencial e atribui grande importância ao reforço do movimento comunista, ou seja, dos partidos comunistas, o que implica não só uma análise dos obstáculos objectivos ao seu desenvolvimento, como dos factores subjectivos que possam ter conduzido ao enfraquecimento de numerosos partidos. O reforço dos partidos comunistas é no nosso entender uma condição para o reforço da unidade dos trabalhadores e das forças democráticas e o acelerar do progresso social. O PCE privilegia uma unidade da Esquerda europeia, ideia que, a nosso ver, encerra muitas indefinições, contradições e impossibilidades. É uma diferença importante de pontos de vista.

«A» — Parece entretanto que as diferenças de opinião abrangem também problemas respeitantes directamente aos dois países, como é o caso do

Mercado Comum. Esse problema foi abordado nas conversações?

AC — Era inevitável que o fosse. Os dois partidos têm de facto a esse respeito posições muito diferentes. O nosso Partido, como se sabe, combateu a entrada de Portugal no Mercado Comum, preveniu das consequências desastrosas que daí resultariam para o nosso País, e os factos — desastrosos para a nossa agricultura, a nossa indústria, as nossas pescas, a nossa própria independência nacional — aí estão a comprovar a nossa análise e a nossa opinião. O PCE tomou posição diferente em relação à entrada de Espanha na CEE. As diferenças entre os dois países podem explicar as diferenças de interesses e de consequências. Mas, a nosso ver, existe além disso uma diferente apreciação do que é a CEE, da sua natureza de classe e do seu papel presente e futuro na vida económica e política dos países da Europa capitalista.

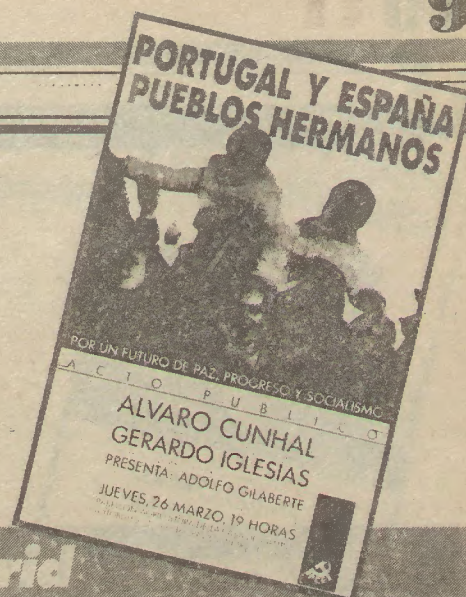
«A» — O PCP tomou sempre uma posição crítica em relação ao «eurocomunismo». O PCE afirmou-se como um partido «eurocomunista». Foi debatida nas conversações tal divergência que sem dúvida tem profundas raízes na ideologia, nos objectivos políticos e nas formas de acção?

AC — Explicitamente não foi debatida. Debateram-se ideias e orientações sem lhes pormos rótulos. Mas os problemas que levantas estavam inevitavelmente subjacentes na troca de opiniões respeitante a numerosas áreas da experiência dos dois partidos.

«A» — Uma última pergunta. Que impressões traz a nossa delegação da situação política e social em Espanha?

AC — Tanto pela informação que nos deram os camaradas, como pelo que pudemos directamente ver e ler (nos órgãos de comunicação social e nas ruas) desenvolve-se presentemente em Espanha um poderoso movimento social de massas, da classe operária, da juventude, das classes médias. Foi para nós motivo de grande satisfação ver que os nossos camaradas, com a classe operária, com as massas populares, estão empenhados nessa grande movimentação. E, no nosso entender, a luta com os trabalhadores, com o povo, é o caminho certo para qualquer partido comunista.





Discurso de Álvaro Cunhal em Madrid

«O movimento comunista internacional continua a ser a mais poderosa força política da época actual»

A convite do Comité Central do Partido Comunista de Espanha, visitou a Espanha, de 24 a 29 de Março, uma delegação do Partido Comunista Português, dirigida por Álvaro Cunhal, secretário-geral e integrando também Albano Nunes e Maria Rosa Rábais, membros do Comité Central.

No dia 25 a delegação do PCP teve conversações com uma delegação do PCE dirigida por Gerardo Iglesias, secretário-geral e integrando ainda S. Sanchez Montero e Francisco Frutos, membros do Secretariado e do Comité Executivo e Santiago Alvarez, Leonor Bormao e Miguel Moran, membros do Comité Central. As duas delegações trocaram informações sobre a situação nos respectivos países e a política dos dois partidos, tanto no plano nacional como internacional, em ambiente de franca amizade, cordialidade e camaradagem.

Durante a sua estadia em Madrid, a delegação do PCP cumpriu um intenso programa em que se destaca a recepção oferecida pelo CC do PCE a Álvaro Cunhal a que assistiram numerosas personalidades políticas e intelectuais; a Conferência de Imprensa dada por Álvaro Cunhal; um jantar em que participou uma numerosa representação de intelectuais; a visita ao Parlamento seguida de almoço oferecido pelos deputados da Esquerda Unida. Pelas 19 horas, do dia 26, como última iniciativa durante a estadia da delegação do PCP em Madrid, celebrou-se um comício na Casa de Campo, em que intervieram Álvaro Cunhal e Gerardo Iglesias, tendo presidido Adolfo Gilaberte, secretário-geral do PCE em Madrid. Nesse mesmo dia, a delegação do PCP foi recebida pela camarada Dolores Ibarruri, presidente do PCE, em ambiente de fraternidade.

Na Catalunha a delegação do PCP foi recebida no dia 27 no CC do Partido Socialista Unificado da Catalunha num acto fraternal com a presença de intelectuais, políticos e jornalistas. No dia seguinte foi recebida pelo presidente da Generalitat, Jordi Pujol, assim como pelo Alcalde de Barcelona, Pasqual Maragall e o presidente do Parlamento, Miquel Coll. Em Santa Coloma de Gramenet foi recebida pelo Alcalde comunista, Lluís Hernandez, participando depois numa refeição popular.

A estadia da delegação do PCP na Catalunha teve como última grande iniciativa um comício no Palácio dos Congressos em que intervieram, além de Álvaro Cunhal, os camaradas Eulália Vintró, candidata à Câmara Municipal de Barcelona, Gerardo Iglesias e Rafael Ribó, respectivamente secretários-gerais do PCE e do PSUC.

Todos os actos em que participou a delegação do PCP decorreram num ambiente de cordial amizade.

Ambas as delegações coincidiram em considerar a visita da delegação do PCP dirigida por Álvaro Cunhal — a que se seguirá uma visita a Portugal de Gerardo Iglesias — como um passo muito importante para o estreitamento das relações entre os dois partidos e o fortalecimento dos laços que devem unir os trabalhadores e os povos de Portugal e Espanha.

A história da luta do PCE, da classe operária e do povo de Espanha é uma história gloriosa, que em numerosas situações deu às forças revolucionárias e progressistas do mundo valiosas experiências e grandes exemplos de coragem e heroísmo.

Ninguém contestará que o PCE, todos os comunistas espanhóis, seja qual for o seu posicionamento no complexo quadro político e organizativo actual, têm razões e têm direito para se sentirem justamente orgulhosos de tão magníficas tradições e de tão glorioso passado.

Queremos aqui expressar a nossa profunda convicção de que o PCE, os comunistas de Espanha, contando no seu património tão vivas experiências e tão gloriosas tradições, reforçando cada vez mais as suas ligações com a classe operária e as massas populares, conseguindo a unidade de todos os comunistas espanhóis, alcançarão grandes êxitos na luta pela liberdade, a democracia, o progresso social, a paz e o socialismo.

É nossa profunda convicção que em Espanha como em todo o Mundo o futuro pertence aos trabalhadores, o futuro pertence aos comunistas.

(...)

O Partido e a acção de massas

A nossa força, a nossa energia revolucionária, as nossas reservas de militantes e quadros, o nosso ideal libertador têm as suas origens e as suas raízes fundamentais na classe operária e nos trabalhadores.

A natureza de classe do Partido afirma-se e revela-se nos seus objectivos (a libertação da exploração capitalista e a construção do socialismo em Portugal), na sua composição social (mais de 115 000 operários são membros do Partido e consideramos como uma «regra de ouro» a maioria operária nos organismos de direcção), na sua estrutura orgânica (em que as organizações nos locais de trabalho constituem a base do Partido), no seu trabalho de massas (no qual o eixo é a luta da classe operária) e na ideologia que o inspira (o marxismo-leninismo), que é não um sistema de teorias petrificadas mas um poderoso instrumento de análise e investigação, uma doutrina em constante enriquecimento e desenvolvimento com novas experiências e respostas criativas às novas situações e aos novos fenómenos.

Todo o Partido está permanentemente voltado para fora, para o movimento operário e popular, para as organizações unitárias, para a acção de massas, para a intervenção em todos os sectores da vida nacional. O movimento operário e popular português, expresso em constantes e poderosas lutas de massas, foi a força motora das conquistas revolucionárias e continua a sê-lo em sua defesa. Não é exagero dizer-se que a acção do Partido e a luta de massas desenvolvem-se num processo único, conjugado e interdependente.

A sólida unidade do PCP

A sólida unidade do Partido (política, ideológica, orgânica e de acção, unidade da Direcção, unidade da Direcção e da base, unidade de todo o Partido) explica esta concentração de energias na acção política e na luta de massas, sem que as organizações e militantes sejam absorvidos por questões internas.

Não se verificam no nosso Partido tendências ideológicas divergentes, nem plataformas políticas que se confrontem, nem rivalidades e choques entre membros da Direcção.

Para alguns observadores parece um fenómeno extraordinário que um partido consiga manter uma tão inquebrantável unidade, através de situações tão cheias de fenómenos novos, tão complexas e perigosas, como aquelas que temos vivido particularmente nos 13 tumultuosos anos decorridos desde o 25 de Abril.

A unidade do nosso Partido não é resultado de quaisquer medidas especiais para assegurá-la nem de qualquer disciplina rígida de tipo militar, mas sim o resultado da sua actividade global.

A unidade do Partido fundamenta-se na justeza da análise da situação económica, social e política e da orientação política; na concentração das energias de todas as organizações e militantes na acção política e na luta popular; na consciência da Direcção de que uma das suas principais tarefas é assegurar a unidade do Partido; na consciência de todos os militantes da importância decisiva da unidade; e na concep-

ção e estilo de trabalho, caracterizadas por uma profunda democracia interna, em que a concepção e a prática do trabalho colectivo desempenham papel essencial.

O trabalho colectivo, incluindo o colectivo dirigente e a direcção colectiva em todos os níveis, constitui um princípio básico e uma característica fundamental do estilo de trabalho e da democracia interna do Partido. O próprio Partido é considerado como um grande e poderoso colectivo.

No trabalho colectivo atribuímos alto valor à contribuição individual, à iniciativa individual, à responsabilidade e à responsabilização individuais. Mas combatemos o espírito autoritário, o gosto do mando, o hábito de decidir por si só, a arrogância da chefia e do aparelho, o individualismo e, complementarmente, combatemos quaisquer manifestações de lisonja e adulação aos camaradas mais responsáveis.

Qualquer que seja o escalão do Partido, não aceitamos a sobreposição da opinião individual à opinião do colectivo, o que inclui naturalmente o próprio Secretário-Geral do Partido que não tem praticamente quaisquer poderes de decisão individual, não tem voto de qualidade e está, tal como os outros camaradas, sujeito à regra da maioria e à disciplina do Partido.

Com plena liberdade de exporem e defenderem os seus pontos de vista, de divergirem e de criticarem, as organizações e os militantes intervêm no exame dos problemas e na elaboração da orientação partidária de forma que os membros do Partido apoiem as decisões, além do mais porque elas são também as suas.

Assim se torna possível que a disciplina se torne uma actuação comum, normal, habitual e natural, resultante da consciência e da vontade do próprio militante.

A real democracia interna tem assegurado que diferenças de opinião não cristalizem em grupos de camaradas ou em plataformas e tendências diferenciadas, antes se expressem inseridas no trabalho colectivo, na decisão colectiva e na acção colectiva.

(...)

Encarar de frente a realidade

Um dos temas preferidos da campanha anticomunista em Portugal é a situação do movimento comunista nos países capitalistas da Europa.

A par da ideia de que a tendência política da Europa é caminhar para a direita, a tese central que avança essa campanha é a do «declínio irreversível do comunismo na Europa», ou seja, que o socialismo deixou definitivamente de ser ou poder ser o objectivo dos trabalhadores dos países europeus.

E, como, no que respeita a Portugal, os factos não confirmam tal tese, anunciam que a hora do declínio chegará também ao PCP.

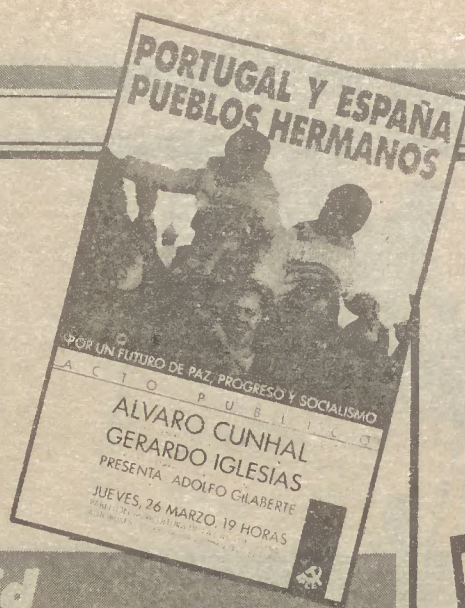
Esta campanha utiliza alguns factos reais que nós, comunistas, temos o dever de encarar de frente.

Apesar da luta corajosa dos comunistas europeus é uma verdade que, em grande parte dos países comunistas da Europa capitalista, verifica-se uma quebra de efectivos, a perda de influência de massas, a redução ou desaparecimento da representação parlamentar.

Um balanço do movimento comunista na Europa capitalista leva inevitavelmente à conclusão de que, globalmente considerado, o movimento comunista na Europa capitalista está mais fraco do que já esteve em anos passados.

Sem dúvida que os partidos comunistas defrontam novos obstáculos e dificuldades decorrentes do desenvolvimento da evolução económica e social do capitalismo e designadamente da introdução das novas tecnologias apuradas pela revolução científico-técnica.

As transformações profissionais e mesmo sociais na própria classe operária, o aumento percentual dos técnicos e cientistas no processo produtivo, a elevada percentagem de operários imigrantes (sem direitos políticos) nos países mais desenvolvidos, e ainda a centralização nos países mais desenvolvidos de importante parte da mais-valia criada nos países mais atrasados são, sem dúvida, causas objectivas que explicam dificuldades no progresso de alguns partidos comunistas.



Discurso de Álvaro Cunhal em Madrid

É porém nossa profunda convicção que esses novos factores objectivos só por si não explicam a evolução negativa. Para o reforço de cada partido e do movimento comunista no seu conjunto torna-se necessário que sejam examinadas em profundidade causas subjectivas (concepções ideológicas, orientação política, pontos programáticos, critérios de organização, formas de acção, estilo de trabalho) que possam ter determinado, em muitos casos, o enfraquecimento da organização e da influência de partidos irmãos.

Combatendo a campanha anticomunista que se desenvolve no nosso país e opiniões segundo as quais o movimento comunista deve apagar-se ante a mirífica perspectiva de uma Esquerda europeia, insistimos em crer que o movimento comunista na Europa Ocidental continua a ter condições reais para o seu reforço e desenvolvimento; para o estreitamento da sua ligação com a classe operária, os trabalhadores em geral, as massas populares; para o desenvolvimento da luta contra a exploração capitalista e as formas e métodos novos que actualmente assume; para a luta em defesa das liberdades e da democracia contra as deformações aberrantes e mistificadoras em numerosos países da democracia burguesa; para a luta em defesa da independência nacional ferida, limitada e humilhada em tantos países europeus pelo hegemonismo norte-americano e pela supra-nacionalidade da CEE; na luta pela paz; na luta pelo progresso social; na luta pelo socialismo que é o objectivo unificador essencial dos partidos comunistas e operários.

Cooperação e solidariedade recíproca

Para esta viragem da evolução do movimento comunista na Europa capitalista impõe-se sem dúvida, da parte de cada qual, uma análise rigorosa das situações concretas e dos novos fenómenos e a busca criativa de soluções nacionais, o que não poderá ser alcançado através de concepções ideológicas e de especulações apriorísticas, mas sim na base do marxismo-leninismo.

É opinião do nosso Partido que a situação exige um grande esforço para que se estreite e ganhe formas concretas de expressão a cooperação e a solidariedade recíproca dos partidos comunistas da Europa capitalista no quadro do movimento comunista internacional.

De nenhuma forma compartilhamos da opinião segundo a qual o movimento comunista internacional deixou de existir como tal. Ao contrário, pensamos que o movimento comunista internacional continua a ser a mais poderosa força política da época actual, aquela à qual está cabendo, e que caberá no futuro, o fundamental da direcção da transformação da sociedade humana.

Sem dúvida que na situação actual é necessário fazer um grande esforço, e adoptar uma política aberta para o entendimento e a acção comum de todas as forças anti-imperialistas, das forças democráticas, de todos os partidários da paz.

Mas estes objectivos estão estreitamente ligados à amizade dos comunistas, à cooperação dos comunistas, à solidariedade dos comunistas, à acção comum dos comunistas.

Consideramos da mais alta importância no mundo de hoje a amizade, cooperação e unidade dos países socialistas, a estreita cooperação com os países que se libertaram do colonialismo e de outras formas de exploração e domínio do imperialismo e escolhem o caminho da independência e do progresso social, rumo ao socialismo.

Consideramos da mais alta importância o estreitamento das relações bilaterais e multilaterais de cooperação de partidos comunistas.

Em resumo, consideramos uma grande tarefa da hora presente, de todos nós comunistas dos vários países, o reforço da unidade do movimento comunista internacional.

Consideramos com espírito de classe a cooperação dos comunistas à escala internacional, e por isso, nas posições e relações internacionais, temos por adquirida a identidade de interesses e de objectivos libertadores dos trabalhadores de todos os países e inspiramo-nos pelo internacionalismo proletário.

(...)

Como foi anunciado, esta visita a Espanha de uma delegação do Partido Comunista Português será seguida, dentro de duas semanas, de uma visita a Portugal de uma delegação do Partido Comunista de Espanha, dirigida pelo seu secretário-geral, camarada Gerardo Iglesias.

Trata-se da primeira vez que se realizam visitas de delegações dos nossos dois partidos a este nível.

Pode parecer incrível, mas de facto é a primeira vez.

Compreende-se que tais visitas não tivessem tido possibilidade de realizar-se durante as longas dezenas de anos em que os nossos povos estiveram submetidos à tirania das duas ditaduras fascistas peninsulares.

Menos compreensível que se tenha mantido tal situação após o derrubamento da ditadura fascista portuguesa e o processo de democratização em Espanha.

Trocámos com o PCE impressões sobre este atraso e estas debilidades no nosso relacionamento. Temos por certo que não serviam nem os nossos dois partidos, nem os nossos dois povos.

Estamos porém hoje aqui, não para olhar o passado, mas para olhar o futuro.

Estamos aqui hoje convosco, em Espanha, e receberemos brevemente a delegação do PCE em Portugal, com a firme determinação de contribuirmos para que os nossos dois partidos e o movimento operário popular e democrático de Portugal e Espanha deixem de estar de costas voltadas uns para os outros, forcemos os seus laços de amizade e solidariedade recíproca, desenvolvam a sua cooperação fraternal.

Encontrámos da parte do PCE a mesma opinião e a mesma vontade.

E porque assim é, estamos certos de que se abrirá uma nova fase nas relações entre os nossos dois partidos, entre os nossos dois povos e entre os nossos dois países, e que a amizade, a solidariedade e a cooperação constituirão elementos altamente positivos para o reforço e desenvolvimento da luta pela democracia, o progresso social, a independência e soberania nacionais, a paz e o socialismo, tanto em Portugal como em Espanha.

* Subtítulos da responsabilidade da redacção.



PCP

Discurso de Gerardo Iglesias em Barcelona



«A solidariedade com o vosso Partido é parte da nossa luta»

(...) É a primeira visita oficial de Álvaro Cunhal aos nossos partidos. E eu dizia há dois dias em Madrid que, sem o deliberarmos, esta visita vinha simbolizar para o PCE o fim de uma etapa em que nos havíamos distanciado de muitos amigos de outros países, por razões que não vale a pena analisar aqui.

Com efeito, hoje, o PCE normalizou já as suas relações praticamente com todos os Partidos Comunistas, incluindo o PCUS.

E parece-me importante sublinhar que isso foi possível sem qualquer prejuízo da nossa total independência como partido e mantendo, naturalmente, os nossos pontos de vista em determinadas questões.

Considero oportuno afirmar hoje aqui que o PCE continuará a esforçar-se para aprofundar as relações entre os Partidos Comunistas, tanto os da Europa capitalista como com os do resto do mundo. Procurando nessas relações objectivos concretos através do debate

resses nacionais e contra os interesses comuns de uma Europa e um Mediterrâneo pacíficos e desnuclearizados. Ambos compartilhamos a Península Ibérica e o desejo de que esta seja um factor de paz e um elo de cooperação entre a Europa e o mundo em vias de desenvolvimento, e não um elo do imperialismo contra os povos africanos e mediterrânicos.

Um êxito do movimento da paz

(...) A cimeira de Reikiavik, a posterior abertura, e as iniciativas actuais para a retirada dos mísseis na Europa, expressam uma mu-

«O Socialismo do Sul»

Permito-me chamar aqui a atenção para um fenómeno: há alguns anos, coincidindo com o fim das ditaduras de Espanha, Portugal e Grécia falou-se muito do «Socialismo do Sul», dos novos e pujantes partidos socialistas que emergiam nos países mediterrânicos, de que se dizia serem renovados, de esquerda, que se apresentavam como alternativa à social-democracia. O impacto propagandístico não deixou de dar os seus efeitos. Porém o carácter renovador desses partidos em geral, limitou-se a renovar técnicas eleitorais para ascender ao poder, e a partir daí, esquecer a alternativa.

O fracasso do «Socialismo do Sul» foi um dos factores que permitiram nos últimos anos um aumento da subordinação europeia aos interesses e estratégias dos EUA.

Dissemos que um projecto de autonomia e progresso para a Europa, uma Europa pacífica, desmilitarizada, solidária com os países em vias de desenvolvimento, exige a iniciativa da esquerda, um projecto de unidade da esquerda europeia. Voltamos a reiterá-lo: Porém, entenda-se bem: a unidade da esquerda há que fazê-la com base em princípios transformadores, democráticos e pacifistas. E um projecto assim não é possível numa Europa subordinada a interesses imperialistas.

Insisto em que nas actuais condições internacionais se oferecem hoje maiores possibilidades para que a esquerda tome a iniciativa na Europa. Além disso, parece que entrou em crise a grande ofensiva neoconservadora encarnada pela administração Reagan e impulsionada à escala internacional.

Considero, pois, a hora propícia para a iniciativa da esquerda europeia. Quero porém acrescentar que essa iniciativa se desenvolverá na condição de se fortalecerem em cada país as opções da esquerda mais consequentes, os movimentos sociais, a participação democrática, e se aprofundarem as liberdades.

Quero acrescentar mais uma questão: essa perspectiva exige diálogo, evidentemente. Porém a vontade de diálogo não pode impedir a confrontação com aqueles sectores que provindo da esquerda e representando às vezes a maioria, continuam a aceitar a subordinação da Europa e outros conceitos neoliberais.

É nesta perspectiva que trabalha o PCE na Esquerda Unida em Espanha.

O PCE como tal e a Esquerda Unida opõem-se, portanto, nas instituições e através da mobilização social, à política do governo do PSOE, atlantista, liberal no plano económico, e que procura limitar e espartilhar o desenvolvimento da democracia e das liberdades, em contradição com a própria Constituição de 1978 que, no seu preâmbulo, estabelece que a Espanha quer ser uma «democracia avançada».

Os porta-vozes do governo, expressam hoje, a sua inquietação pelas crescentes mobilizações sociais. Porém, com essa inquietação, tentam desacreditar a oposição de esquerda que as promove e apoia.

Entretanto, o governo reafirma que a sua política é a única possível, tratando de desmobilizar, por impotência.

Quero afirmar aqui que a mobilização dos trabalhadores, estudantes, etc..., é um facto de vitalidade da democracia. A arrogância e o desprezo são factores de desestabilização.

(...) Na luta pela paz, por uma política económica de progresso, pelo desenvolvimento das liberdades, continuaremos a dinamizar a participação e o dinamismo social. A cabeça desses movimentos que lutam na rua; fortalecendo o PCE, PSUC, avançando na unidade de todos os comunistas; desenvolvendo a batalha nas instituições democráticas; fazendo da Esquerda Unida uma realidade cada vez mais dinâmica e integradora de todas as vontades de esquerda e propondo intensamente as próximas eleições municipais, autonómicas e europeias...

Desta forma, poremos de pé a força comunista e de esquerda que faz falta em Espanha. É a nossa melhor contribuição para uma Europa diferente, para um mundo diferente, em paz e solidariedade.

Obrigado pela sua visita camarada Cunhal. Até ao dia 7 de Abril em que nos veremos de novo em Portugal.

* Subtítulos da responsabilidade da Redacção.

Um momento do comício de amizade em Barcelona, com os membros da delegação do PCP e os camaradas Gerardo Iglesias e Rafael Ribó (secretário-geral do PSUC)



franco e das iniciativas possíveis. Isto sem prejuízo da cooperação com outras forças revolucionárias, socialistas e progressistas.

Mas voltando ao motivo principal deste acto, quero dizer que nos honra sinceramente ter entre nós o dirigente máximo de um grande Partido, vizinho e amigo, o Partido Comunista Português. Ele representa melhor do que ninguém a luta contra o fascismo de Salazar. É o digno representante hoje em Espanha da Revolução Democrática de Abril de 1974. E encarna, sem dúvida nenhuma, a resistência e a esperança face a quem querem destruir por todos os meios as conquistas daquela revolução.

Saibam os camaradas do PCP que entendemos a solidariedade com o vosso partido como parte da nossa luta e mais ainda, se tal é possível, após esta visita.

Saibam também — e quero dizê-lo aos camaradas portugueses e a todos vós — que a nossa satisfação culminou o desenrolar das conversações que temos travado, caracterizadas pela mais ampla franqueza e cordialidade. É extremamente fácil discutir com os camaradas do PCP, tanto as questões em que há coincidência como naquelas em que existem pontos de vista diferentes. Isso permite-nos reafirmar a amizade e anunciar uma nova etapa mais profunda e intensa de colaboração entre os dois partidos.

Porque ambos nos inspiramos em pressupostos marxistas, revolucionários; por proximidade geográfica, histórica e cultural, e por semelhança de processos políticos, é muito o que une os comunistas espanhóis e portugueses.

Hoje, ambos os partidos desenvolvem um esforço semelhante de oposição aos planos para inserir Portugal e Espanha na dinâmica do neoliberalismo que comporta a miséria e a marginalização de milhões dos nossos cidadãos respectivos. Ambos nos batemos pela independência nacional dos nossos países contra a subordinação e submissão ao belicismo norte-americano. Ambos temos bases norte-americanas que nos vinculam ao dispositivo nuclear e são utilizadas como plataforma de intervenção agressiva, à margem dos respectivos inte-

dança de fundo verificada nestes anos: a entrada em crise do conceito de dissuasão nuclear, do suposto carácter benéfico da bomba atómica, da segurança baseada no equilíbrio do terror. E com isso torna-se irreversível a superação da ordem armamentista e bipolarizante.

Isso, é antes de mais, um êxito do movimento da paz.

Porém há que acrescentar que o factor político que de forma determinante permitiu introduzir essa mudança de fundo no concreto, se encontra na nova atitude da União Soviética; nas propostas corajosas e firmes apresentadas por Mikhail Gorbachov. Gorbachov rompeu, em consonância com o movimento pacifista europeu, com o círculo vicioso, para adoptar uma via firme, seguramente irreversível, do desarmamento em profundidade.

Vemos solidez e profundidade na aposta soviética de subtrair a política internacional e o desenvolvimento dos povos de toda a lógica militarizante, ao comprovar a disposição de retirar as suas tropas do Afeganistão e com as propostas e medidas de democratização, participação e reformas económicas e sociais empreendidas pelo próprio Gorbachov no plano interno, e apresentadas de forma vinculante com as propostas de política externa.

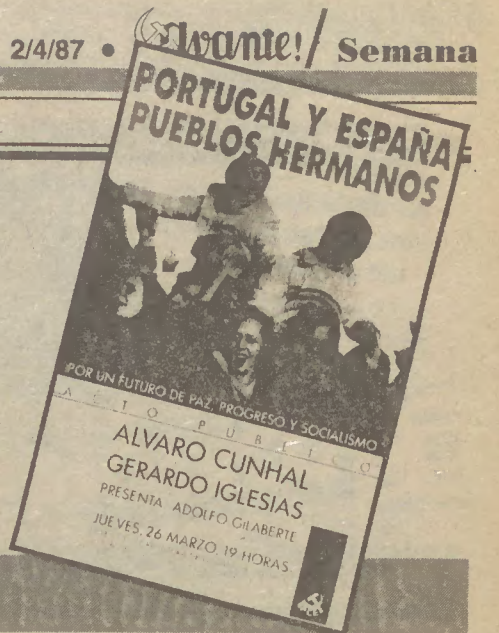
O PCE saúda e apoia umas e outras.

(...) A nova situação internacional deve permitir avançar no caminho da autonomia europeia.

A segurança europeia deve basear-se em dados políticos e não militares, procurando parceiros e não inimigos nas relações Este-Oeste. Trata-se da ideia da **segurança partilhada**, formulada por Olof Palme, antes do seu assassinato. As propostas de desarmamento unilateral do Partido Trabalhista britânico, as posições antinucleares do SPD e o compromisso de diversas forças na criação de zonas desnuclearizadas na Europa, são dados positivos nesse sentido.

Contudo, o atlantismo que impede a autonomia da Europa e que a subordina aos EUA continua presente em diversos Partidos Socialistas. Em alguns, converteu-se inclusive em dogma de fé. É o caso do PSOE.

Discurso de Álvaro Cunhal em Barcelona



«Jamais as dificuldades e os obstáculos desviaram os comunistas da sua luta emancipadora»

(...)

Esta delegação do nosso Partido visita a Espanha a convite do Partido Comunista de Espanha. Quarta e quinta-feiras estivemos em Madrid e realizámos conversações com a delegação do PCE dirigida pelo seu secretário-geral, camarada Gerardo Iglesias.

Durante a sua estada na Catalunha, a delegação é hóspede do Partido Socialista Unificado da Catalunha com o seu secretário-geral, camarada Ribo. Aos nossos anfitriões e a todos vós, camaradas aqui presentes, queremos expressar os nossos sentimentos de gratidão por tão fraternal hospitalidade.

Permiti também que aqui saudemos os importantes passos dados para a unidade dos comunistas, que na gloriosa história do PCE e do PSUC, da classe operária e do povo, e nos poderosos movimentos sociais na actualidade (que saudamos) recolhem justo motivo de orgulho, valioso património de experiências e poderosos estímulos revolucionários para a luta presente e para abrir amplas e seguras perspectivas na sua luta futura.

Jamais as dificuldades e os obstáculos desviaram os comunistas da sua luta emancipadora.

Participando hoje aqui convosco neste amistoso encontro, queremos expressar-vos a nossa profunda confiança no avanço e no êxito da vossa acção e no futuro democrático e socialista da vossa pátria.

É certo que ao nível internacional e em cada país, o imperialismo e todas as forças ao serviço do grande capital e da reacção tentam diminuir a confiança dos trabalhadores na perspectiva da sua libertação da exploração e da opressão capitalistas.

A propaganda anticomunista universalmente orquestrada e servida por colossais meios técnicos e financeiros tenta inocular nos povos a ideia de que o sistema socialista fracassou; de que o capitalismo conhece uma nova época de renovação e modernização económica e social; que nos países mais atrasados não há lugar para uma perspectiva do socialismo porque não existe ainda a classe operária e nos países mais desenvolvidos tal perspectiva deixou de existir porque a classe operária está em vias de desaparecer; e que, no que diz respeito à Europa, o movimento comunista está condenado a uma «decadência irreversível».

A história desmente categoricamente tais afirmações e tal propaganda.

A evolução histórica no nosso século, com a libertação do sistema capitalista de dezenas de países, com a construção da sociedade socialista numa grande parte do mundo, com a derrocada do colonialismo e a libertação e formação de Estados independentes por povos explorados, submetidos, humilhados, escravizados desde há séculos; com o desenvolvimento poderoso dos movimentos de libertação nacional; com a confirmação do movimento comunista como a mais poderosa força política do mundo contemporâneo — a evolução histórica no nosso século constitui um rotundo desmentido à propaganda do imperialismo e da reacção e confirma a perspectiva de evolução ulterior que apresentam os comunistas: é o imperialismo, e não a causa emancipadora dos comunistas, que está condenado a uma «decadência irreversível».

O processo revolucionário é sem dúvida extremamente complexo, irregular, com avanços e recuos, com êxitos e com fracassos, mas por diante não se encontra a decadência mas sim novos progressos e novas vitórias.

(...)

A raiz da combatividade

No período de fluxo revolucionário alguns perguntavam-nos: Não se estaria a ir demasiado longe? Não se estaria precipitadamente tentando queimar etapas?

Não, na nossa opinião, não.

Se a luta revolucionária do povo não tivesse liquidado o capital monopolista, o capital monopolista teria liquidado a nossa jovem democracia.

As grandes mudanças revolucionárias nas estruturas socioeconómicas foram simultaneamente importantes passos da democratização da sociedade portuguesa e medidas de defesa da liberdade e da democracia ameaçadas pela sabotagem e a conspiração do poder económico que vinha do tempo da ditadura.

Nos últimos 11 anos e da mesma forma que as ofensivas governamentais contra as nacionalizações e a Reforma Agrária foram acompanhadas pelas ofensivas contra a democracia política, assim também a defesa das nacionalizações, da Reforma Agrária e de outras grandes conquistas de carácter socioeconómico do povo, é inseparável da luta em defesa das liberdades democráticas e da democracia política.

A liberdade é uma grande conquista. Há que defendê-la. Uma forma de defendê-la é exercê-la, e exercê-la não apenas pelo seu próprio valor, mas também para defender os interesses do povo e do País, para defender as outras conquistas revolucionárias — para mudar a sociedade, para mudar a vida.

Nestes 11 anos de processo contra-revolucionário, a combatividade e a determinação do povo português, com a classe operária na sua vanguarda, em defesa da liberdade, decuplicou pelo facto de que defendendo e exercendo a liberdade, o povo defende também os seus direitos económicos e sociais, defende a Reforma Agrária, defende as suas terras, o seu gado, as suas colheitas; defende as grandes empresas para fora das quais expulsou os grandes capitalistas do tempo do fascismo e que foram nacionalizadas; defende um regime democrático progressista que foi instaurado pela sua própria luta revolucionária.

Esta luta é a força motora da vida política portuguesa nos últimos 11 anos. É a raiz da combatividade da classe operária e das massas populares; da influência e capacidade de intervenção do nosso Partido na vida nacional. É o eixo da luta actual pela demissão do Governo de direita e pela formação de um governo democrático.

(...)

Trabalho colectivo é princípio fundamental

A reacção faz tudo para ocultar esta realidade. E, devido à acção revolucionária do nosso Partido, não há mentira, calúnia ou acusação que a propaganda anticomunista não tenha propagado.

O PCP não é somente atacado por aquilo que é mas também por aquilo que os seus inimigos o acusam de ser.

É conhecido que o anticomunismo interno e o anticomunismo internacional atribuem insistentemente ao PCP características muito particulares. Estou certo de que já o haveis lido ou ouvido dizer.

Raramente se terá deformado mais vilmente a imagem real de um partido.

Certamente que já tereis ouvido ou lido que o PCP é um partido «estalinista», um partido com uma direcção individual e autoritária, impondo as suas decisões através de métodos administrativos, com uma disciplina cega de tipo militar, sem democracia interna.

Qual é a verdade?

A verdade é que o PCP é um partido com uma direcção colectiva, com um estilo de trabalho no qual o trabalho colectivo é um princípio fundamental, com uma democracia interna que não só assegura a todos os militantes o direito de expressarem e defenderem as suas opiniões, como também de participarem activamente na elaboração da orientação do partido e um dos resultados desta orientação é que a inquebrantável

unidade do partido se deve em grande parte à prática do trabalho colectivo, à democracia interna.

Certamente que tereis também ouvido dizer ou lido que o PCP é um partido dogmático, um partido com ideias fixas e cristalizadas, tentando explicar a vida pelos textos, considerando a teoria como um corpo imóvel de princípios.

Qual é a verdade?

A verdade é que o PCP considera a teoria revolucionária da classe operária, o marxismo-leninismo, como um sistema de teorias em constante enriquecimento, graças a novas experiências e a novos conhecimentos, como um poderoso instrumento para a análise da realidade e de novos fenómenos e para a busca de soluções criadoras para os novos problemas.

Certamente que tereis ouvido ou lido que o PCP é um cego seguidor da URSS, apoiando sem qualquer juízo crítico tudo o que venha do PCUS e da URSS, e que desta maneira não é nem autónomo nem independente.

Independência de classe e internacionalismo proletário

Qual é a verdade?

A verdade é que o PCP é um partido inteiramente soberano, que decide pelo seu próprio pensamento político e sem nenhuma ingerência externa na sua orientação, nos seus posicionamentos, nas suas atitudes, e que além disso afirma a sua independência de classe, não se rendendo perante as pressões ideológicas e políticas da burguesia e da reacção para que deixe de ser o partido revolucionário que é, e confirmando-se como o partido da classe operária e de todos os trabalhadores, pela batalha constante em defesa dos interesses de classe, pela sua orientação política, pelo seu objectivo de construir uma sociedade socialista em Portugal, pela sua ideologia marxista-leninista, pela sua própria composição social (115 000 operários são membros do Partido) e pela maioria operária que mantém na sua direcção.

Se somos activamente solidários para com a URSS e outros países socialistas é porque consideramos que os países socialistas, independentemente das características específicas de cada um e independentemente de dificuldades e erros, constituem não só novas sociedades libertadas da exploração capitalista mas também o mais poderoso bastião do processo mundial de libertação dos trabalhadores e dos povos e da paz mundial.

O nosso Partido é assim também activamente solidário para com os partidos comunistas e operários, para com todas as forças revolucionárias, para com os trabalhadores de todos os países, para com os povos que lutam contra o imperialismo as suas ameaças e agressões, e é-o porque sendo um partido patriótico português, partido sempre na vanguarda da defesa dos interesses de Portugal, da sua independência e soberania, é também um partido internacionalista, fazendo tudo para cumprir os seus deveres para com os trabalhadores e os povos dos outros países, inspirado pelo internacionalismo proletário.

É com profundos sentimentos de amizade e solidariedade internacionalista que aqui estamos hoje convosco, camaradas da Catalunha.

Trouxemos à Catalunha, com a nossa solidariedade, as notícias da nossa luta em Portugal.

Levaremos para Portugal, com a mensagem de solidariedade que nos expressastes, a certeza de que os comunistas da Catalunha, assim como os comunistas de toda a Espanha, estão firmemente determinados com a classe operária, com as massas populares, a ultrapassar todas as dificuldades e obstáculos e a prosseguir com confiança a sua luta pela democracia, a independência nacional, a paz e o socialismo.

(*) Subtítulos da responsabilidade da redacção.

A importância do trabalho comunista

Funcionando em quatro secções e contando com a participação de mais de 400 quadros e activistas autárquicos, realizou-se no passado sábado, nas instalações da «Voz do Operário», o Encontro Distrital para o trabalho de Autarquias da Organização Regional de Lisboa do PCP. Um plenário para apuramento de ideias do Encontro culminou os trabalhos, que encerraram com uma intervenção de José Casanova, membro da Comissão Política do CC do PCP.

Na conferência de imprensa realizada num intervalo dos trabalhos foi referido que o Encontro Distrital para o trabalho das Autarquias da ORL do PCP havia procedido a um exame e debate das questões relacionadas com a sua actividade nas autarquias, «designadamente no domínio do acompanhamento e da direcção do Partido e do aprofundamento do trabalho de massas como estilo fundamental da actividade dos comunistas nas autarquias». E o PCP tem muito que acompanhar, no distrito de Lisboa e no que ao Poder Local diz respeito, dadas as fortes posições e implantações nos órgãos autárquicos confirmada nas últimas eleições: maioria em quatro municípios e 60 freguesias, 905 eleitos directos (45 em Câmaras, 133 em Assembleias Municipais e 727 em Assembleias de Freguesia) e

cerca de 350 membros em Juntas de Freguesias.

Nesta medida, «o Encontro Distrital reafirmou o papel decisivo do acompanhamento do Partido à actividade dos eleitos enquanto meio fundamental para garantir a integração colectiva da riqueza de conhecimentos das organizações — de ligação ao povo, às suas aspirações, carências e interesses — com a actividade exercida pelos comunistas nos órgãos do Poder Local», sendo ainda de notar que «na origem de uma inegável e reconhecida superioridade na capacidade de gestão e de volume de trabalho realizado encontra-se como factor determinante o estilo de massas imprimido — expressão não só de uma concepção democrática do exercício do poder, mas também meio indispensável para gran-

tir a participação directa das populações na resolução dos problemas, no envolvimento na gestão e no seu controlo».

Trabalho... e unidade

O trabalho de massas — um dos vectores da actividade dos comunistas em qualquer frente — tem produzido, no plano autárquico e ao longo dos anos (no distrito e não só, diga-se), um património inestimável que o Encontro Distrital da ORL confirmou convenientemente:

«Em estreita cooperação das autarquias com a população (cedência de materiais, de projectos, de máquinas) prossegue a intervenção directa da população na base de trabalho voluntário para a solução de inúmeros problemas básicos, de recuperação de clandestinos, de construção de sedes de associações e grupos desportivos, de pequenas obras de embelezamento. Desenvolve-se o apoio à actividade das organizações sociais, culturais e desportivas dos Concelhos — de que é exemplo o trabalho regular com 350 colectividades e dezenas de outras organizações na área dos 4 municípios em que nos encontramos em maioria, o apoio em transporte nas viaturas municipais (só em Loures, 160 mil pessoas transportadas em 1986), fomenta-se a criação de novas expressões associativas (escolas de música, grupos de teatro amador, núcleos juvenis, etc.), estimula-se a coordenação e a actividade conjunta entre estes.

«Mantém-se, a níveis apreciáveis, o envolvimento da po-

pulação na discussão e definição das opções de desenvolvimento e planeamento de que são exemplo as centenas de reuniões realizadas para discussão dos planos directores municipais, planos de pormenor e planos gerais de urbanização em curso nos concelhos de Amadora, V. F. de Xira, Loures e Sobral, a realização das próximas jornadas de desenvolvimento no município de V. F. de Xira, a discussão pública dos planos e actividade de freguesia e concelho. A política da descentralização assume-se como factor decisivo na aproximação da gestão às populações e para sua maior intervenção».

A descentralização do trabalho autárquico — um ponto de honra que nenhuma outra força política pode reivindicar, no todo ou em parte, como o PCP e os seus aliados — tem sido naturalmente praticada no Distrito de Lisboa:

«O Encontro Distrital releva como altamente significativo o avanço e aprofundamento da descentralização de verbas e competências verificadas nos municípios onde os comunistas e os seus aliados detêm a principal responsabilidade pela gestão. Os números falam por si: 4 municípios em 15, representando 20% do total das freguesias do distrito e 24% do total da participação das transferências correntes das FEF no OE/87, descentralizam 46% do total das verbas para as freguesias no conjunto da 15 CM do distrito».

A fulcral questão — do ponto de vista autárquico e, naturalmente, do desenvolvimento regional — que continua «pendurada» da criação das Regiões Administrativas, foi também tratada em profundidade pelo Encontro,

tanto mais (como se sublinhou na conferência de imprensa) que o distrito de Lisboa, com os graves e complexos problemas de ordem urbanística, social e económica que enfrenta, necessita urgentemente da criação dessas Regiões e «da sua contribuição indispensável na solução dos problemas». Daí a exortação saída do Encontro:

«O Encontro Distrital exorta, pela importância que as Regiões Administrativas representam na construção de um futuro mais promissor, a população do distrito, os órgãos de Poder Local e as organizações

do Partido a participarem activamente na luta pela sua concretização».

Finalmente «O Encontro Distrital para o trabalho de Autarquias da ORL do PCP manifesta a sua inteira disponibilidade para prosseguir nas autarquias, como em todas as outras frentes, a sua intervenção unitária continuando com milhares de outros democratas, designadamente independentes, o trabalho e a luta pela solução dos problemas, o bem estar da população e o progresso das Freguesias e Concelhos do Distrito».

Mulheres do Porto contra o custo de vida

Uma delegação de cerca de 150 mulheres da Comissão Unitária de Mulheres do Porto esteve na passada semana na Assembleia da República para fazer a entrega ao Presidente da AR de uma petição subscrita por 1500 mulheres exigindo, «a imediata descida do leite e do pão essenciais aos nossos filhos, a adopção de medidas concretas para a baixa do custo de vida e a concretização de uma política que conduza à criação de novos postos de trabalho».

Ao mesmo tempo, a CUM do Porto enviou ao Primeiro-Ministro uma carta explicando os motivos da sua vinda a Lisboa. Aí se recorda que «há pouco tempo atrás

a Comissão Unitária de Mulheres do Porto fez a entrega ao representante do governo nesta cidade de 5000 assinaturas exigindo a baixa do pão, do leite e do custo de vida».

Protestam as mulheres do Porto pelo facto de o governo ter ignorado as suas posições e reivindicações e «contrariando o orçamento aprovado na Assembleia da República aumentou o leite gordo, o mais consumido pelas crianças». Além disso, e como é sabido, as rendas de casa foram aumentadas, os medicamentos aumentam todos os dias e «os nossos filhos ao contrário do que é apregoado diariamente através da comunicação social raramente conseguem emprego».

Ainda Valongo

Na entrevista que a semana passada fizemos à camarada Eduarda Ferreira, vereadora do pelouro da Limpeza e Higiene da Câmara Municipal de Valongo, não referimos, por lapso, a sua resposta à pergunta (igualmente formulada... e omitida) sobre a intervenção do pelouro de que é responsável para a sensibilização da população às questões de higiene e limpeza, e mesmo a outros problemas não directamente relacionados com as responsabilidades do pelouro. Eis a resposta da camarada:

«Muito haveria a dizer sobre o trabalho desenvolvido pelo pelouro no sentido da sensibilização dos munícipes para os problemas da Limpeza.

De facto não basta a optimização dos serviços, não basta meter mais pessoal. Se não houver a compreensão dos moradores para a importância de contribuírem, cumprindo minimamente as regras de higiene e limpeza públicas — é mais difícil, se não impossível, obter resultados. Para o corrente ano queria, e apenas, chamar a atenção para o Dia da Limpeza, em 31 de Maio, um grande «Convívio Desportivo», cuja preparação já foi iniciada numa importante reunião com 15 associações desportivas do concelho de Valongo. Não é uma competição, mas sim uma iniciativa alargada a todos os moradores, Associações de Moradores e Colectividades, mesmo as que não praticam atletismo. Por proposta das Associações não haverá prémios para os vencedores, apenas placas comemorativas do acontecimento que será mais um alerta dos atletas, dos que amam o ar livre e o desporto, para a importância de aderirem à campanha de limpeza do seu concelho.»

Medalha de Matosinhos para Óscar Lopes

• Porto vai também atribuir?

«No final deste ano lectivo, o professor Óscar Lopes — professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto —, dará a sua última lição, concluindo assim uma brilhante carreira académica, que a ditadura fascista impediu que se iniciasse mais cedo. De facto, é particularmente oportuno recordar que só com o 25 de Abril o professor Óscar Lopes pôde abrir-se-lhe as portas da Faculdade de Letras, de que viria a ser director e à qual emprestaria a sua superior capacidade científica, os seus elevados dotes de mestre, o seu espírito democrático e transformador. Estas as palavras iniciais da proposta aprovada pela Câmara Municipal de Matosinhos que decidiu, por iniciativa do vereador do PCP, recentemente, atribuir a Óscar Lopes, membro do Comité Central do PCP, a Medalha da Cidade de Matosinhos, concelho onde é natural, homenageando-o assim, em nome de todo o concelho e respectivos munícipes, e manifestando-lhe publicamente o seu «sincero apreço e profundo reconhecimento».

Na Câmara Municipal do Porto, por iniciativa dos vereadores

do PCP, foi igualmente agenda-da uma proposta, (na altura subscrita pelo presidente da Câmara Municipal do Porto e vereadores do PS e PSD presentes, o que significa a certeza da sua aprovação formal na próxima reunião do executivo camarário), de atribuição da Medalha de Honra da Cidade do Porto àquele «figura de cidadão e democrata, resistente antifascista, que consagrou a sua vida à defesa dos ideais da liberdade, da democracia e da paz». Salientando a «sua obra valiosa que constitui e constituirá referência obrigatória a todos os que estudam a história da literatura, a linguística e muitas outras áreas da cultura do nosso país», a proposta refere ainda: «Óscar Lopes é um homem cuja vida e obra ficam indissolavelmente ligadas à cidade do Porto. À Faculdade de Letras, onde como director, operou profundas transformações científicas. À Universidade do Porto, que prestigiosamente serviu como vice-reitor. À Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, de que é presidente do Conselho Cultural e Sócio de Mérito. A toda a cidade, onde vive e trabalha».



Praça da Liberdade

A herança do Governo Cavaco

Dezasseis meses não é muito tempo. Mas dezasseis meses de governo Cavaco, dez anos após outros governos de direita é tempo demais. É muito pesada a sua herança. No Porto como no resto do País, ela traduz-se no agravamento crescente da situação dos trabalhadores e do povo. Contrariando o discurso demagógico da prosperidade, do desenvolvimento e do progresso, a realidade é o recuo da indústria do distrito — só em 1986 encerraram 55 empresas — avolumando-se os problemas económicos e financeiros de empresas do sector metalúrgico, da metalomecânica e material eléctrico, dos sectores das conservas de peixe e da borracha, arrastando-se a crise instalada nalgumas grandes empresas do sector têxtil.

Começam a fazer-se sentir, a vários níveis, novas dificuldades decorrentes da integração de Portugal na CEE, com realce para a situação da Siderurgia Nacional, cresce, em consequência, de forma drástica o desemprego.

Só no ano de 1986, em apenas 76 empresas do distrito foram liquidados cerca de 6000 postos de trabalho. E a mesma ameaça paira, neste momento sobre mais 2000 trabalhadores de Sitenor, da SIF, da Electro-Alfa, da UTIC, da Siderurgia Nacional, da PREH e da Efaced. Prossegue o escândalo de cerca de 19 000 trabalhadores, espalhados por mais de 100 empresas a quem o patronato devia em Janeiro deste ano 3,5 milhões de contos de salários e remunerações em atraso. A instabilidade e a precariedade do trabalho alastram em todas as suas expressões — contratos a prazo, trabalho temporário, parcial, à tarefa, à peça, a metro. Regressam em força, velhas e brutais formas de exploração. O trabalho infantil, familiar e ao domicílio com todo o seu rol de ritmos extenuantes, horários de 10, 12 e mais horas a troco de salários muito abaixo do salário mínimo nacional, sem quaisquer regalias ou condições de higiene e segurança, campeia particularmente nas confecções, calçado, mobiliário e construção civil.

Sobre a agricultura do distrito pairam as consequências de uma política que, a pretexto e em ligação com a CEE, põem em causa a sobrevivência de milhares de explorações agrícolas — encerramento de matadouros, expedientes técnicos e administrativos virados contra os produtores de gado, leite e vinho, a utilização dos próprios fundos comunitários a favor dos grandes intermediários e tubarões da indústria agro-alimentar, a invasão do mercado interno por importações que põem em causa a produção nacional.

Este um rol que poderia ainda continuar a desfiar-se.

Dezasseis meses que foram também — e são — dezasseis meses de luta. Uma luta sem a qual não se teriam criado as condições para estar hoje na ordem do dia o derrube do governo minoritário de Cavaco Silva. Uma luta indispensável, também, para a tomada de consciência acerca de necessidade de uma nova política, que ponha fim a doze anos de políticas viradas contra Portugal de Abril.

O caminho está traçado — a convergência dos democratas, e, antes de mais, a convergência das forças políticas democráticas, para dar corpo a um governo e a uma política democrática. Um caminho que, para ser percorrido, necessita ainda e sempre, da luta e intervenção activa dos trabalhadores.

Terra

CEE e Governo fazem desgracia da lavoura nacional

O Governo do PSD ordenou a importação de 12430 toneladas de suínos (Portugal é quase auto-suficiente) o que provocou um abaixamento de 50 escudos por quilo no preço pago aos produtores nacionais sem que o preço dos consumidores tenha diminuído. Da mesma forma, o Estado português continua a importar ovinos da Nova Zelândia, de tal forma que o preço aos produtores já caiu em 50 por cento. A situação deficitária da CEE em ovinos justificaria por si só uma política de incremento da produção, bem contrária a esta que segue o Governo.

Quem o diz é a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que considera que «a política até agora seguida para o sector pecuário está a servir os interesses dos produtores dos restantes países da CEE, contra os produtores de Portugal».

Em comunicado agora difundido, a CNA denuncia, no caso da importação de suínos, que a mesma está a ser feita à Espanha, país onde «existe peste suína africana». Está provado, adianta aquela organização dos agricultores portugueses, que a importação «pode ser factor de transmissão por conta-



Os agricultores exigem o apoio ao desenvolvimento da produção pecuária. O Governo prefere importar da CEE e não só...

gio para o nosso país». A CNA, que reclama uma campanha nacional de sanidade animal e um combate eficaz ao contrabando de gado, afirma em face desta situação que «não só importamos desnecessariamente porco como não acautelamos a sanidade dos nossos animais».

A CNA considera que, assim como Portugal não contribuiu para as 80 mil toneladas de excedentes da CEE, em carne de suíno, também não deve tornar-se um «terminal de excedentes». Ao contrário é necessário desenvolver a produção nacional, e para isso devem descer os preços das rações e dos combustíveis, «os mais elevados do Mercado Comum», razão pela qual o preço daquela carne é em Portugal mais alto que nos outros países da CEE.

Com uma política correcta, virada para o apoio à produção, Portugal poderia, por outro lado, na opinião da CNA, exportar ovinos para a CEE, em vez de importá-los da Nova Zelândia. Tal importação tem, inclusive, sufocado a produção nacional criando graves problemas de escoamento.

Promessas muitas indemnizações nada

Entretanto, também no Alijó, os agricultores estão descontentes com a política do Governo do PSD. Há um ano atrás os viticultores daquele concelho do distrito de Vila Real sofreram grandes prejuízos em consequência de geadas e de uma forte tromba de água e de granizo. De então para cá, como denuncia em comunicado a Comissão Concelhia de Alijó do PCP, «apesar das reclamações dos prejudicados e dos levantamentos dos prejuízos feitos pelos serviços do MAPA, o Governo do PSD/Cavaco Silva, que todos os dias anuncia na Televisão e nos jornais milhões de contos para a agricultura portuguesa

não teve nenhum dinheiro para indemnizar os viticultores atingidos por tão grande calamidade».

No tocante ao tão falado «Seguro de Colheitas», ele só pretende pagar «uma percentagem ridícula dos prejuízos havidos». Assim, concretiza o comunicado do PCP de Alijó, «na maioria dos casos pretende pagar 15 a 20 por cento do valor global dos prejuízos, quando há agricultores, como na altura foi confirmado, que tiveram 80 e 90 por cento» da sua produção destruída.

Por outro lado, ao legislar sobre as Indemnizações Compensatórias atribuídas no âmbito das ajudas da CEE, o Governo fez com que apenas os «ricos tenham direito a tal subsídio». Desde logo porque apenas quem explora mais de um hectare usufrui da indemnização quando, no Alijó, por exemplo, 37 por cento dos agricultores, ou seja 1439, cultivam propriedades inferiores àquela medida. Como refere com propriedade a Comissão Concelhia local do PCP, o Governo «se se lembrou de pôr uma mão por baixo ao exigir uma área mínima não quis pôr uma mão por cima e definir uma área máxima a partir da qual não se recebesse ajuda». Desta forma, quem tenha 50 ou 100 hectares pode receber subsídio e até as casas exportadoras e as multinacionais nalguns concelhos têm direito às indemnizações.

Na mesma regulamentação e para efeitos de atribuição da referida ajuda da CEE, o Douro foi dividido em duas zonas. Na primeira, que abrange os concelhos da Régua, Santa Marta de Penaguião e Mesão Frio, os viticultores vão receber cerca de 12750\$00 por hectare. Em todos os restantes concelhos da Região Demarcada dos distritos de Vila Real e Bragança (entre os quais se encontra o Alijó), só recebe indemnização quem tenha gado (!) e mesmo assim recebem menos que os da primeira zona. Afirma a Comissão Concelhia de Alijó do PCP que o Governo esqueceu-se que «na Região Demarcada em geral só se cultivava vinha».

Conclui a Comissão Concelhia do PCP lembrando que o PCP «levantou na AR o problema das indemnizações para os prejuízos causados pela tromba de água e granizo e vai agora pedir a correcção desta injusta lei das indemnizações compensatórias».

Agricultores da zona do Porto contra as guias de gado

«Já por diversas vezes, com o apoio da Associação de Agricultores do Porto-APA, apresentámos às várias entidades oficiais a necessidade de acabar com as malfadadas guias de trânsito de gado», afirmam os agricultores do distrito do Porto em abaixo-assinado, que está a correr na região e que conta já com alguns milhares de assinaturas.

Afirmando que nas diligências realizadas sempre obtiveram a concordância com as suas razões, e até porque «estava em estudo um sistema alternativo», os agricultores referem as promessas de «a curto prazo o problema ser resolvido». «Viemos para casa», dizem, «sempre convencidos de que as coisas se iriam resolver, mas a realidade é bem diferente, o tempo passa e aumentam as dificuldades e prejuízos. As guias, de facto, não resolvem nada, antes facilitam, como é público, o aparecimento de negócios escuros».

Salientando que os agricultores, mais do que ninguém, estão interessados em ter o gado sem doença, mas que também querem vender e comprar, pois essa é uma das fontes de rendimento, defendem que «o gado possa circular livremente desde que acompanhado do boletim de sanidade actualizado — único documento que atesta o estado sanitário do animal».

No mesmo abaixo-assinado os agricultores do Porto aproveitam ainda para «manifestar a discordância com o facto de o agricultor ter perdido o direito à língua, lombel, cauda, etc., do animal que leva a abater, dado que, inclusivamente, não conhecem nenhum decreto em que se suporte tal decisão».

por cento estipulados pelo regime geral».

Aquela delegação de trabalhadores agrícolas e de pequenos agricultores considera que esta legislação conduz à discriminação da protecção social aos trabalhadores do campo, e não propicia a aproximação dos trabalhadores e da produção às actividades agrícolas. Além do mais, afirmam os sindicatos, os jovens não dispõem de qualquer incentivo ao envolvimento naquele sector de actividade.

A delegação de sindicatos agrícolas exigiu, junto dos grupos par-

lamentares, a fixação de valores mínimos para o subsídio de doença e maternidade, independentemente do número de dias e das contribuições entradas, o estabelecimento de um período de garantia para acesso às prestações da segurança social compatível com a precariedade e o trabalho eventual, de maneira que fique sem protecção. Em conclusão é necessário, afirmam os agricultores, que o Estado assumira os custos da integração dos trabalhadores agrícolas no regime geral da segurança social, «como lhe apetece».

Nacional

Desfile de paz no Tejo, em Abril

A medida que se aproximam os dias 11 e 12 de Abril, melhor se conhecem os pormenores do Festival «Amar o Tejo, Viver a Paz», a realizar naqueles dias em Lisboa no pavilhão da FIL.

Assim, no segundo dia do Festival, vai realizar-se um desfile náutico com um total de 500 embarcações que largará pelas 9 horas da manhã do Cais das Colunas e de Cacilhas em simultâneo, rumo a Vila Franca de Xira. Ao longo do percurso, comissões de recepção de várias localidades ribeirinhas engrossarão o desfile.

Juntamente com este desfile náutico e, de forma a possibilitar a participação do maior número de embarcações e em particular daquelas sem condições para subir o Tejo, diversas regatas locais animarão a partida do desfile.

Com a chegada a Vila Franca, mais propriamente ao Jardim Constantino Paíha, haverá naturalmente festa, uma festa de Paz, claro, com piquenique, largada de balões, de pombos e o lançamento de foguetes.

Neste momento, e ainda em relação a este desfile, a organização estuda a possibilidade de, no regresso, se fechar simbolicamente o Tejo, que o mesmo é dizer abri-lo aos ventos da Paz e do Progresso, contrariando os que há poucos dias por lá sopraram, aquando da estadia no cais de Cacilhas de dois submarinos nucleares da NATO.

Sobre tão inoportuna e indezível visita, a Comissão Organizadora do Festival «Amar o Tejo, Viver a Paz» em comunicado, protestou contra «a utilização do rio Tejo como local de trânsito e estacionamento de armas nucleares».

Letras e Ciências escolas em foco

Em todos os sectores do ensino a contestação à política do Governo PSD é generalizada. Para além dos professores, os estudantes continuam, em várias frentes, e com diversas expressões a sua luta pela melhoria da qualidade de ensino e na defesa do direito fundamental ao trabalho de acordo com as suas habilitações e numa perspectiva geral de desenvolvimento do país.

Em Letras entrou agora numa nova fase com o recuo do ministro aceitando agora dialogar com os estudantes. Contudo já no final da passada semana e sem qualquer justificação, João de Deus Pinheiro faltou à reunião anteriormente marcada com a Direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa. Quanto ao mais, a sua posição continua a ser de empurrar a questão para os Conselhos Científicos das escolas com o falacioso argumento da autonomia universitária, ao mesmo tempo que se recusa a receber a Comissão Coordenadora Nacional dos Estudantes de Letras, estrutura representativa daqueles estudantes e que tem coordenado todas as acções a nível nacional.

É, portanto, num momento em que o ministro procura quebrar pelo cansaço a luta estudantil que, ao que se sabe a Coordenadora irá reunir para discutir a atitude a adoptar.

Uma escola para 2070

Entretanto, na Faculdade de Ciências de Lisboa, esta semana, foi tempo de luta. Na terça e quarta-feira, estudantes e professores paralisaram a escola em protesto contra os atrasos na

construção do novo edifício, situado no Campo Grande. Depois do incêndio das instalações da escola na Rua da Escola Politécnica em 1978 a Faculdade de Ciências ficou dispersa por dois e depois três pontos da cidade: na mesma Rua da Escola Politécnica, na Avenida 24 de Julho e, mais tarde, pelos pavilhões recém-construídos no Campo Grande, parte das futuras instalações da Faculdade de Ciências. Com efeito, repetidas promessas e projectos fixaram em 1985 a conclusão da construção da nova escola.

Ora, ao ritmo em que prosseguem as obras, e pelos prognósticos mais optimistas a Faculdade de Ciências estará construída em... 2070. Razões para esta inacreditável situação? Para além da incúria dos sucessivos ministros, trata-se sobretudo da falta de verbas. Ano após ano as verbas para a educação vão diminuindo e nessa medida cada vez mais se atrasam as obras.

Toda esta rocambolesca história, mais os seus indefectíveis personagens (os ministros) foi, entretanto, contada na passada terça-feira no Rossio à população, no decurso de uma aula pública que os estudantes ali realizaram. Depois desta greve, claro, a luta da escola irá continuar.

Pioneiros de mãos dadas com crianças do Kampuchea

4632 canetas e esferográficas, 4724 cadernos escolares, 2412 lápis, 1985 borrachas, além de paus de gis, tubos e boiões de cola e muitos, muitos brinquedos e jogos, num total de 19 656 unidades, foi quanto os Pioneiros de Portugal conseguiram reunir durante uma campanha de solidariedade que desenvolveram,

com as crianças do Kampuchea. Todo o material recolhido será agora enviado para o «Centro Kolap 3» naquele país do sudeste asiático.

Esta campanha integra-se dentro do lema dos Pioneiros para o ano de 1987, «Todas as crianças de mãos dadas».

Sindicatos agrícolas contra discriminações na segurança social

Uma delegação conjunta da Comissão Organizadora dos Sindicatos Agrícolas do Norte e Centro (COSANC) e da Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul foi recebida na passada quinta-feira pelos diversos grupos parlamentares, em particular o PCP, o PS, o PSD, o CDS e o MDP/CDE. Em causa esteve a exigência dos trabalhadores agrícolas e dos pequenos agricultores de medidas com vista à eliminação da discriminação em que se encontram no capítulo da segurança social.

Em concreto, os agricultores

reivindicam a revogação do decreto regulamentar 75/86 de 30 de Dezembro último por intensificar as disposições lesivas dos seus direitos, ao mesmo tempo que denunciam a injustiça que comporta o decreto-lei 81/75 de 28 de Março que permite a empresas com cinco ou mais trabalhadores em permanência ao seu serviço descontar uma taxa igual à do regime geral, com consequências na pensão de velhice e no subsídio. A isto contrapõem os sindicatos que «os trabalhadores devem descontar os nove e meio

Internacional

Nicarágua

Maioria dos americanos contra política de Reagan

Cinquenta e dois por cento dos norte-americanos são contra a prestação de assistência militar aos «contras» da Nicarágua, segundo revelou um recente inquérito encomendado pela revista «Times», que concluiu que a opinião pública segue com inquietação o evoluir dos acontecimentos na América Central. Ainda de acordo com a referida revista, sessenta e dois por cento dos inquiridos são de opinião que é muito provável que a política da administração Reagan conduza à ingerência armada directa dos EUA na Nicarágua.

Uma ingerência que poderá estar iminente com a concentração, no próximo mês de Maio, de cinquenta mil militares norte-americanos nas Honduras, para a realização das maiores manobras de sempre realizadas na América Central.

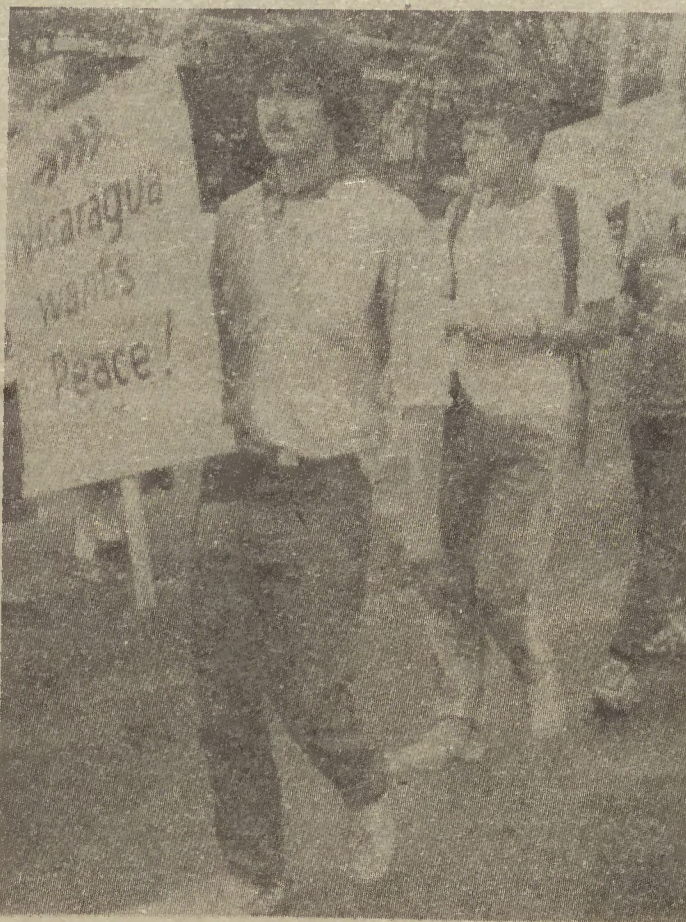
Segundo revelou o «New York Times», tais manobras, que levam o significativo nome de código «Solid Shield» (Escudo Sólido), devem coincidir com a dita «ofensiva da Primavera» dos bandos anti-sandinistas, simulando uma resposta norte-americana a um pedido de ajuda das Honduras para combater uma invasão da Nicarágua. Os exercícios incluem ainda a evacuação simulada da base de Guantanamo, em Cuba, que os EUA continuam abusivamente a ocupar militarmente, para testar a capacidade de manobra dos norte-americanos na eventualidade de «Havana ripostar contra os Estados Unidos».

Os objectivos bélicos e prepotentes implícitos no «Solid Shield» foram abertamente reconhecidos pelo Pentágono que, com a sobrançeria característica, fez saber que as manobras visam «dissuadir o governo de Manágua de exportar a sua ideologia marxista» e «assegurar uma presença americana contínua» nas Honduras e Caraíbas.

Embora os EUA neguem que as manobras se destinem a apoiar a «ofensiva de Primavera» dos contras, curiosamente anunciada em Washington por

membros do governo, a «coincidência» não engana ninguém. Corroídos por profundas contradições internas, os contra-revolucionários nicaraguenses necessitam urgentemente de apresentar resultados concretos que «justifiquem» perante os seus tutores norte-americanos os avultados auxílios de que beneficiam. A situação tornou-se mais premente nos últimos tempos, devido por um lado às crescentes pressões da opinião pública a favor de uma solução pacífica para os problemas na América Central e, por outro lado, à desagregação da chamada UNO, organização forjada pelos Estados Unidos para projectar uma imagem política dos grupos de somozistas e outros anti-sandinistas.

Após a demissão de Fernando Chamorro, Arturo Cruz e Adolfo Calero da direcção da UNO, é o próprio Chamorro quem afirma que a organização, agora dirigida por Alfonso Robelo e Joaquín Barrios, está nas mãos de «uma camarilha de arrivistas e oportunistas que se autoneamearam para a cabeça da resistência anti-sandinista», de pessoas que apenas «defendem interesses mesquinhos e pessoais». Estas guerras intestinas entre os contras, acrescidas pela falta de resultados práticos favoráveis à política da administração Reagan na região, levou de resto a Câmara dos Representantes a votar o bloqueio da ajuda de 40 milhões de dólares aos anti-sandinistas, a última fatia dos cem mi-



Manifestação de jovens norte-americanos pela paz na Nicarágua, junto à embaixada dos EUA em Manágua

lhões de dólares aprovados para o efeito no orçamento dos EUA.

Não deixa de ser curioso registar o facto do Senado ter decidido exactamente o contrário (ou seja, desbloquear a ajuda), justamente quando se torna do domínio público a grandeza das manobras «Solid Shield» agendadas para Maio e quando se intensificam as pressões da ala mais conservadora do Congresso para que a administração norte-americana rompa relações diplomáticas com a Nicarágua. Segundo o «Washington Times», essas pressões contam com o

apoio de Frank Carlucci, ex-sub-chefe da CIA e actual assessor de Reagan, visando criar as condições para intensificar a ajuda aos contras nicaraguenses.

Não obstante o escândalo provocado pelo Irangate e pelas sucessivas descobertas de ilegalidades cometidas por membros da administração Reagan no desvio de fundos para auxílio aos contra-revolucionários nicaraguenses, tudo aponta para que os EUA se estejam a preparar para montar um cenário que «justifique» a agressão directa à Nicarágua.

Greve nos transportes aumenta tensão na África do Sul

Cerca de 11 mil trabalhadores do sector ferroviário da província do Transvaal encontram-se em greve há mais de quinze dias, exigindo a melhoria das condições de trabalho e o fim da discriminação racial. A greve, segundo fontes sindicais, é a maior de sempre no sector público sul-africano, podendo vir a ter outras repercussões devido à aprovação pelas autoridades racistas de uma legislação que autoriza o despedimento sem aviso prévio nem justa causa dos trabalhadores em greve naquele sector.

Entretanto, a tensão no país tende a agravar-se, com a crescente denúncia dos crimes do apartheid, manifestações anti-racistas, lutas laborais e um isolamento internacional cada vez maior. Na semana passada, o Comité Sul-Africano de Acção dos Parentes de Presos anunciou que o movimento vai investigar as verdadeiras causas da morte de Benedict Mashole, de vinte anos, que a polícia afirma ter-se enforcado subitamente na cela da prisão em que se encontrava. O Comité, que diz ter razões para pensar que o jovem foi morto em consequência das torturas a que foi sujeito, recordou a propósito que nos últimos 20 anos já morreram em circunstâncias similares muitos outros presos; a versão da polícia racista é sempre a mesma: «suicídio por motivos desconhecidos», «queda da janela» ou «queda na casa de banho». Acontecimentos deste tipo, bem como a repressão e a censura praticadas diariamente pelas autoridades racistas, tornam cada vez mais difícil a posição dos países que, aberta ou encapotadamente, têm vindo a manter as suas relações com Pretória.

Enquanto o dirigente do Congresso Nacional Africano (ANC), Oliver Tambo, apelava no passado fim-de-semana às autoridades da Austrália (onde se deslocou em visita oficial) para aumentarem as sanções contra Pretória, nos EUA o «Washington Post» revelava que a administração Reagan se prepara para declarar secreta a maior parte das informações contidas num documento a enviar ao Congresso sobre a venda de armas à África do Sul. Como recorda o jornal, o Congresso decidiu em 1986 cortar a ajuda militar dos EUA aos países que forneçam armas a Pretória e exige que o departamento de Estado lhe preste informações regulares sobre o assunto. Acontece que, de acordo com o documento, os países que continuam a vender armas aos racistas sul-africanos são todos aliados dos EUA e quatro deles (Itália, França, Grã-Bretanha e RFA) pertencem à NATO.

O manifesto desrespeito pela administração Reagan desta legislação, bem como a denúncia dos países que colaboram militarmente com a África do Sul, entre os quais se inclui Israel, pode vir a despoletar mais uma crise na já conturbada gestão de Reagan, para além dos mais que naturais protestos da opinião pública dos países envolvidos. Recordar-se que a venda de armas à África do Sul foi proibida pela Organização das Nações Unidas em 1977.

Dirigente socialista desterrado no Chile

O dirigente do Partido Socialista do Chile Clodomiro Almeida foi desterrado pela ditadura de Pinochet para uma localidade no extremo sul do país.

Clodomiro Almeida, que foi ministro do governo de unidade popular de Salvador Allende, havia regressado na semana passada ao Chile desafiando a proibição, que há onze anos lhe havia sido imposta pela ditadura, de viver no país, tendo sido preso de imediato. Inúmeros outros democratas chilenos estão forçados ao exílio, implicando o seu regresso a prisão ou o desterro. O dirigente socialista esteve preso depois do golpe fascista de Setembro de 1973 no campo de concentração na ilha Dawson, donde foi libertado devido a pressões da opinião pública internacional.

O Papa João Paulo II, que ontem iniciou uma visita ao Chile, tem neste desterro do dirigente socialista um «bom» exemplo de qual é a verdadeira situação que se vive no país sob a ditadura de Pinochet.

Moçambique quer mais explicações sobre a morte de Samora Machel

O ministro moçambicano da Informação, Teodato Hunguana, criticou recentemente a África do Sul por esta se recusar em prosseguir os trabalhos da comissão moçambicano-soviético-sul-africana de inquérito às causas da queda, em 19 de Outubro passado, do avião que transportava o presidente Samora Machel.

Segundo o ministro, Moçambique está interessado em duas circunstâncias: a existência de um «vor» (rádio-farol) que forçou o avião a mudar de rumo; e quem foi que armou antes e desmontou no dia seguinte ao desastre um acampamento no local em que se despenhou o avião presidencial. São factos, disse, que Moçambique quer averiguar de uma maneira mais explícita.

Saudação do PCP ao 25.º Congresso do PC da Áustria

Por ocasião da realização do 25.º Congresso do Partido Comunista da Áustria (PCA), o CC do PCP enviou àquele partido a saudação que se transcreve na íntegra:

Queridos Camaradas

O Comité Central do Partido Comunista Português saúda fraternal e calorosamente o 25.º Congresso do Partido Comunista da Áustria e, por seu intermédio, os comunistas e os trabalhadores austríacos.

Os comunistas portugueses têm seguido com espírito solidário a luta do Partido Comunista da Áustria pela defesa das conquistas democráticas alcançadas pelos trabalhadores austríacos, por transformações sociais e económicas de carácter antimonopolista, pela defesa da paz e pelo desarmamento.

O perigoso agravamento da situação internacional resultante da obstinação dos círculos imperialistas em tentar obter a superioridade militar sobre o campo socialista e impor ao mundo a sua hegemonia contrasta com a activa luta das forças da paz e do progresso social e, em primeiro lugar, da URSS e outros países socialistas, cujas realizações e política de paz desempenham um elemento fundamental na manutenção da paz mundial.

O imperialismo norte-americano e os círculos mais reacçãoários da NATO tentam travar a luta de libertação nacional e social dos povos e trabalhadores; desencadeiam uma frenética e louca corrida aos armamentos nucleares, incluindo a militarização do Cosmos; chantageiam; ameaçam e agredem povos que se querem libertar do seu domínio, em suma, tentam ingloriamente parar os ponteiros da História.

O PCP valoriza altamente as propostas da URSS e dos outros países socialistas que visam salvaguardar o futuro da Humanidade face aos perigos de uma catástrofe nuclear que representa a corrida aos armamentos.

Para o PCP, pôr termo à corrida aos armamentos nucleares, instau-

rar um clima de coexistência pacífica nas relações internacionais, defender a paz é tarefa imperativa que cabe aos trabalhadores e povos de todo o mundo.

O PCP considera que é possível derrotar os sinistros projectos do imperialismo. Nesse sentido considera fundamental agir para que se reforce a unidade e a coesão do movimento comunista e operário internacional e que se reforce a solidariedade e a cooperação entre as grandes forças do progresso social, entre os países socialistas, a classe operária dos países capitalistas, os países progressistas e o movimento de libertação nacional.

Em Portugal o PCP prossegue a luta pela defesa das conquistas de Abril e do regime democrático que as consagra. O PCP considera necessária a convergência das forças democráticas, confortavelmente maioritárias na Assembleia da República, para constituir uma alternativa ao actual governo minoritário do PSD/Cavaco Silva que leva a cabo uma política de subversão e liquidação do regime democrático e de submissão de Portugal ao imperialismo. Para derrotar este governo e alcançar uma alternativa democrática, o PCP considera determinante reforçar o movimento popular de massas, que nos últimos tempos tem vindo a desenvolver-se.

Reiterando os nossos melhores votos pelos sucessos dos trabalhos do 25.º Congresso do PCA e da ulterior aplicação das suas decisões, manifestamo-vos uma vez mais a nossa vontade de continuar a agir para que se reforcem na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário os laços de amizade e solidariedade existentes entre o PCP e o PCA.

Viva o 25.º Congresso do Partido Comunista da Áustria!

Viva a Amizade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista da Áustria!

Viva o Internacionalismo Proletário!

Internacional

Um punhado de exemplos de uma batalha fundamental

Mais de 17 milhões de desempregados na CEE. O seu número quase triplicou na Grã-Bretanha, desde que Thatcher está no poder. Também em França o número dos sem trabalho cresce anualmente. Uma realidade comum ao mundo capitalista. De par com os cortes, por vezes drásticos, nas despesas sociais. Os atentados às conquistas democráticas e direitos dos trabalhadores. A degradação das condições de vida.

Linhas comuns do desenvolvimento do capital, adaptando-se embora às especificidades nacionais, regionais, às diferentes realidades socio-económicas. A verdade é que se é bem mais dramática a situação de um trabalhador equatoriano, por exemplo, não são fundamentalmente diferentes as razões da sua luta das de um operário francês. Nesta batalha comum, importa sobretudo salientar a enorme multiplicidade de lutas que por todo o mundo se desenvolvem.

Naturalmente com particular relevo neste ou naquele país. Mas despontando um pouco por toda a parte. Defrontando muitas vezes uma violenta repressão.

Mesmo cingindo-nos aos escassos elementos veiculados pelas agências de informação, vale a pena esboçar aqui um sintético e empobrecido quadro das lutas

quotidianas dos trabalhadores nestes últimos dias.

Espanha

Neste mês de Março, greves estudantis pela reestruturação do ensino superior e a alteração das condições de acesso à universidade, mobilizaram mais de

800 mil estudantes das 30 Universidades de Espanha. Ao apelo da Coordenadora Nacional dos Estudantes do Ensino Secundário e Superior, realizaram-se diversas manifestações contra o plano elitista de reforma do ensino.

Grandes greves de trabalhadores têm vindo a ser desencadeadas em diferentes sectores — o sector da saúde pública, os mineiros das Astúrias, os trabalhadores dos caminhos-de-ferro e das companhias aéreas Ibéria e Aviaco (voos domésticos), os agricultores que, em particular na Galiza, voltam às estradas para protestar contra as medidas resultantes da adesão à CEE, nomeadamente no domínio da produção de leite. Essas mesmas medidas que Gonzalez se esforça por apresentar como inevitáveis.

França

Mais de um milhão de manifestantes nas ruas de Paris. Horas de desfile ininterrupto entre Nation e Richelieu-Drouot. Foi, dia 22, a «Festa da Sécu», uma imensa manifestação contra o «Plano Seguin» que prevê cortes da ordem dos dez mil milhões de francos nas verbas para a saúde e a segurança social, o fim do reembolso de medicamentos ditos de «reconforto», como as vitaminas, e a eliminação do carácter gratuito de alguns tratamentos.

Dias depois, cerca de duas centenas de professores ocupavam o Senado francês como mais uma forma de protesto contra um decreto ministerial que atribui poder discricionário aos directores das escolas.



Um milhão de manifestantes nas ruas de Paris, contra a degradação da assistência social

África do Sul

Mais de 14 mil trabalhadores negros dos transportes da África do Sul estão em greve pela integração de um trabalhador. No primeiro dia de greve, a adesão foi da ordem dos sete mil trabalhadores, mas a brutalidade da repressão, da utilização de gases lacrimogéneos aos espancamentos, levou à duplicação do número de grevistas. O movimento é considerado como a maior luta no sector público sul-africano.

Entretanto, a União Nacional dos Mineiros, o maior sindicato de negros da África do Sul, ameaçou com uma greve nacional, se não for aceite a realização de conversações para actualização de salários e contra as desumanas condições do actual recrutamento de mineiros, que vivem separados das suas famílias, em cabanas miseráveis cercadas de arame farpado. Situação acompanhada de violenta repressão. Só o ano passado as «forças de segurança» mataram 130 mineiros negros.

Brasil

Centenas de milhares de trabalhadores bancários brasileiros (mais de 700 mil) entraram em greve por aumentos salariais, movimento que provocou a paralisação das bolsas de valores do Rio de Janeiro e de São Paulo e das operações de quase todos os estabelecimentos públicos e privados do Brasil.

Professores das universidades federais, médicos, marinheiros, metalúrgicos da indústria naval, funcionários de dezenas de sectores, desenvolvem nestes dias greves sectoriais. A reivindicação mais generalizada é a de aumentos salariais.

Em Fevereiro, mais de 20 000 camponeses concentraram-se em Brasília por uma outra política agrícola, em particular por melhores condições de crédito, um aumento dos preços por grosso, e o congelamento das importações do estrangeiro.

Referimo-nos a um pequeno punhado de exemplos, significativos embora. Mas muitas e muitas outras lutas se desenvolvem. Dos portuários gregos aos professores britânicos e aos metalúrgicos oeste-alemães. Das lutas dos estudantes colombianos aos grevistas da fome da Bolívia, às «greves pelo pão» sob a ditadura turca.



Na RFA, a luta pelas 35 horas semanais é mais uma vez retomada, como resposta a uma nova vaga de desemprego

Fim do armamento nuclear na Europa, questão central também na visita de Thatcher à URSS

«Se fosse assinado o acordo, iniciar-se-ia, pela primeira vez, a liquidação das armas nucleares», sublinhou Gorbatchov, referindo-se às propostas da URSS para o desmantelamento dos mísseis de médio alcance na Europa, na sua intervenção no almoço oferecido à primeira-ministra britânica, Thatcher.

E prosseguindo, Gorbatchov interroga-se: «Mas o que é que ocorre em resposta à nossa iniciativa?»

«Vemos a questão dos mísseis de médio alcance ser rodeada por todo um «pacote» de condições e exigências impostas à União Soviética. Vemos os países da NATO abandonarem as posições da sua própria «opção zero». Chegam ao ponto de propor, em vez de reduções dos arsenais nucleares na Europa, o início do seu aumento — «do armamento completo» — com mísseis táctico-operacionais norte-americanos (...) As próximas semanas vão mostrar se a NATO deseja de facto liquidar na Europa toda uma classe de armas nucleares, como o esperam os povos, ou se recommençou a procurar formas mais «decentes» para encobrir o seu desejo de manter e mesmo aumentar na Europa o número de «Pershing» e mísseis de Cruzeiro e até substituí-los por armamento mais moderno».

Esta, como outras questões de desarmamento, foram tema dominante nas conversações havidas entre os dois dirigentes. De par com outras questões, desde as relações bilaterais aos problemas humanitários.

Na intervenção que vimos a referir, Gorbatchov pôs também o acento na necessidade de acabar com os ensaios nucleares, denunciou o que representa hoje a ideologia e a política da «dissuasão nuclear».

Pondo o dedo na grave ferida dos «vulcões» de conflitos nucleares, que têm vindo a ceifar milhões de vidas, disse Gorbatchov: «Cumprir dizer que no Ocidente há muitas pessoas que gostam de falar sobre o direito à liberdade de opção. Contudo, subentendem por isto a opção capitalista. E quando um ou outro povo, seja na Nicarágua ou em África, no Médio Oriente ou na Ásia, mostram na prática o desejo de procurar um outro caminho, que mais lhes convém, imediatamente esse

caminho passa a ser obstaculizado por dólares, mísseis e até mercenários. Começam pela hipocrisia e terminam pelo derramamento de sangue».

Comunistas indianos — vitória em dois Estados

Nas eleições realizadas no passado domingo na Índia, a Frente da Esquerda Democrática obteve a maioria absoluta nos Parlamentos dos Estados indianos de Bengala Ocidental e Kerala.

A Frente é uma coligação de que as mais importantes forças constituintes são o Partido Comunista da Índia e o Partido Comunista Marxista.

No Estado de Kerala, a Frente obteve pelo menos 75 dos 138 lugares do Parlamento. O Partido do Congresso, do primeiro-ministro Rajiv Gandhi, perdeu a anterior maioria.

No Estado de Bengala Ocidental, a Frente conquistou 114 dos 178 lugares e o Partido do Congresso, 26 lugares.

A Frente de Esquerda Democrática ganhou lugares em qualquer dos Estados onde venceu.

Tratado de Varsóvia, desarmamento é o objectivo

Avançar com conversações entre o Tratado de Varsóvia e a NATO para futuras reduções de forças armadas e armamentos convencionais na Europa, no respeito dos princípios do «equilíbrio, reciprocidade e respeito mútuo dos interesses da segurança de todos os Estados» — é um dos pontos inseridos numa declaração sobre a Europa, aprovada na reunião do Comité de ministros de Negócios Estrangeiros do Tratado de Varsóvia, realizada a semana passada em Moscovo.

De par deste documento, a reunião aprovou ainda um documento sobre armas químicas e um comunicado final.

Na declaração sobre desarmamento na Europa são também realçados os contactos económicos e de cooperação científica, como base material do desarmamento e sublinha-se ainda a importância da proposta dos países socialistas para a realização em Moscovo de uma conferência sobre problemas e cooperação no plano humanitário.

«A greve geral dos heróicos trabalhadores de Barcelona e de outras cidades e vilas da Catalunha, contra a carestia da vida, por aumento de salários, contra o terror e pela paz, abalou até aos alicerces do odiado regime do carasco Franco. Por sua vez, a camarilha salazarista, que também tem as mãos tintas de sangue, foi fortemente abalada.

Ao mesmo tempo, a luta heróica dos 300 000 trabalhadores catalães foi um duro golpe vibrado aos fomentadores de guerra norte-americanos, que aspiram a transformar a Espanha heróica de Dolores Ibarruri (Pasionária) em praça de armas da agressão e o povo espanhol em carne de canhão.

Já antes, todo o heróico povo de Barcelona, numa bela manifestação de Unidade Nacional, tinha triunfado brilhantemente na greve contra o aumento no preço das passagens nos eléctricos.»

(...)

(«A Greve Geral de Barcelona abalou até aos alicerces do regime franquista» — «Avante!», VI série, n.º 158, Abril de 1951)

AVANTE!

(...)

«As camarilhas salazarista e franquista pretendem encobrir o terrorismo político que fazem reinar em Espanha e Portugal e a sua subserviência aos imperialistas americanos, arvorando-se em defensores de povos que pretensamente teriam perdido a sua liberdade, aluniando a União Soviética e os países de democracia popular.

Em Espanha jazem nas prisões franquistas milhares de democratas, homens e mulheres, entre os quais o grande patriota Zapirain. Em Portugal há homens e mulheres presos há longos anos, de entre eles o querido dirigente do povo português, Alvaro Cunhal. O crime de todos esses patriotas consiste em quererem as suas pátrias livres, independentes e pacíficas.

Irmãos pelo mesmo objectivo patriótico de libertar Portugal e Espanha da praga fascista e do jugo estrangeiro, as forças democráticas e da paz, em primeiro lugar o proletariado, de Espanha e Portugal devem aprender mutuamente com a luta de cada um, devem desenvolver todos os esforços para romper a barreira que o fascismo peninsular ergueu entre os dois povos irmãos, não obstante estes viverem, trabalharem e lutarem a um passo um do outro.»

(«Salazaristas e franquistas irmanados na traição» — «Avante!», VI série, n.º 198, Abril de 1955)

Avante!

«Madrid, Barcelona, Bilbao, Salamanca, Sevilha, etc., viram os seus estudantes na rua ou em grandes concentrações e assembleias pela sua liberdade sindical e pela democratização do oficial Sindicato Espanhol Universitário (SEU). O povo espanhol tem acompanhado esta valente luta e está solidário com a juventude estudantil. Solidário com ela estão também os estudantes portugueses, eles próprios em luta pelas suas Associações Académicas, pelos seus direitos e pela autonomia da Universidade.

Manifestando-se nas ruas de Lisboa e de Madrid, os estudantes portugueses e espanhóis levantam uma mesma bandeira — a da luta pela liberdade e pela democracia recusadas por Salazar e Franco.» (...)

(«Solidariedade com os estudantes espanhóis» — «Avante!», VI série, n.º 354, Abril de 1965).

Em Foco

Avante!

Ano 57 — Série VII
N.º 692

2 de Abril de 1987

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

A iniciativa e a intervenção dos comunistas

Está a decorrer a nível nacional uma campanha de reforço organizativo do Partido, apontada à dinamização e ao melhoramento do conjunto da actividade, da intervenção e das tarefas das organizações do PCP.

Na medida do possível temos dado aos nossos leitores, nas colunas do noticiário da **Semana**, aqui no **Em Foco** e também na **Agenda**, uma ideia do vasto painel de realizações promovidas pelos organismos do Partido em todos os distritos do País.

São os plenários, as reuniões, os documentos das Direcções Regionais, os encontros de quadros, as assembleias das organizações aos mais variados níveis (como sucedeu no último fim-de-semana em Vila Franca de Xira e nas células da Quimigal/Barreiro, CP/Lisboa e Metro), as campanhas para Centros de Trabalho (obras do Vitória, Porto, Lamego, Portalegre, Setúbal, etc.), as jornadas de convívio, os encontros de quadros, etc.

Paralelamente, os comunistas continuam o estudo e a análise dos grandes problemas nacionais, regionais e locais, promovendo debates (como o do último fim-de-semana em Aveiro sobre os problemas e o futuro da Ria, os que decorreram em 7 concelhos do distrito de Coimbra ou o do próximo sábado em Guimarães sobre o sector têxtil e as consequências da adesão à CEE) e outras iniciativas abertas a técnicos, especialistas e todos os interessados, independentemente das suas opções políticas.

Para as próximas duas páginas deste caderno seleccionámos dois exemplos do trabalho do Partido bem diferenciados, que têm como traço comum o empenhamento dos dirigentes, dos militantes e das organizações.

Enquanto no Norte, aqui no continente, se prepara uma nova Festa da Alegria, agora na sua 10.ª edição, organizada conjuntamente pelas Direcções Regionais do Minho, Trás-os-Montes e Porto, na Região Autónoma dos Açores os comunistas chamam a atenção para necessidade de urgentes mudanças democráticas, no quadro da intensificação da luta política do arquipélago.

De Braga recebemos a informação do que será em Julho o maior acontecimento político-cultural do Norte. De Ponta Delgada (S. Miguel) chegou a apreciação da DORAA (Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores) do PCP à situação económica, social e política regional, «à luz dos mais recentes factos, acontecimentos e situações concretas». «Dessa análise», diz a DORAA, «resulta como questão central a ideia de que no presente ano de 1987 não só é necessário como é possível, darem-se importantes passos no sentido de ser intensificada toda a acção política e social que visa a introdução de sérias modificações na realidade política dos Açores».

Festa da Alegria/87

Maior e melhor em todos os aspectos

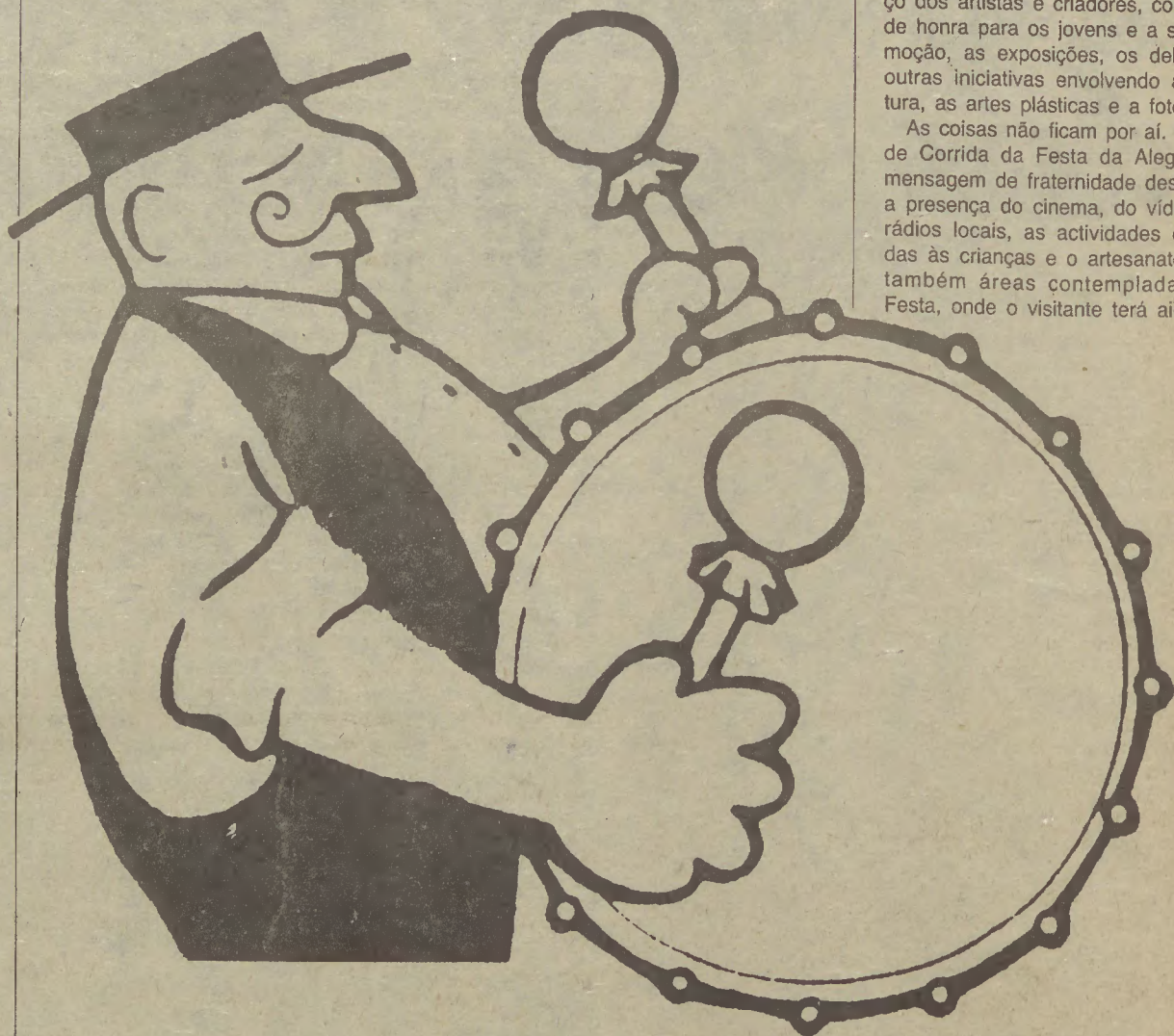
Maior e melhor na concepção, no programa, na dimensão, no espaço, na participação. Não se trata de qualquer «complexo de superioridade», mas sim do que será este ano a Festa da Alegria em Braga. Ao entrar na sua 10.^a edição, a grande Festa do Norte conta com a união de esforços, de trabalho e criatividade dos comunistas do Minho, do Porto e de Trás-os-Montes, que para tal constituíram uma comissão organizadora já em funções. Marcada para o fim-de-semana de 3, 4 e 5 de Julho, a 10.^a Festa da Alegria — recentemente anunciada em conferência de Imprensa — decorrerá no seu espaço tradicional, o Parque Municipal de Exposições, acrescentado este ano com a «grande nave», pavilhão coberto com cerca de 9 mil metros quadrados.

Identificação de uma festa

Ao atingir o seu 10.^o ano de vida, a Festa da Alegria afirma-se com as suas características de sempre: uma iniciativa dos comunistas aberta à participação de todos sem distinção de credos ou de opiniões políticas, um

irá acontecer no Parque de Exposições de Braga no primeiro fim-de-semana de Julho, podemos desde já avançar algumas das principais linhas de força do programa previsto para a décima edição da Festa da Alegria.

Assim, no sector das exposições, debates e utilização dos meios áudio-visuais serão tratados temas como o **fortalecimento do PCP** (na altura já será possível um balanço à campanha



umas horas. **Participar** é palavra de ordem e por isso lá teremos o Festival da Canção Juvenil do Norte (regulamento a divulgar em breve) e o espaço dos artistas e criadores, com lugar de honra para os jovens e a sua promoção, as exposições, os debates e outras iniciativas envolvendo a literatura, as artes plásticas e a fotografia.

As coisas não ficam por aí. A grande Corrida da Festa da Alegria e a mensagem de fraternidade desportiva, a presença do cinema, do vídeo, das rádios locais, as actividades destinadas às crianças e o artesanato serão também áreas contempladas pela Festa, onde o visitante terá ainda um

Clube dos Amigos em acção

É já no próximo sábado, dia 4, o almoço-convívio dos Amigos da Festa da Alegria, que servirá também como assembleia constituinte do **Clube**. O Centro de Trabalho do PCP em Braga é o ponto de encontro (11 horas), de onde se partirá para uma visita ao local da Festa, este ano ampliado. Como sublinha a carta enviada aos amigos da Festa pela comissão organizadora da 10.^a edição, «estamos em ano de aniversário especial» e é tempo de «dar corpo a uma ideia nascida na Festa do ano passado — a constituição do **Clube dos Amigos da Festa da Alegria**», que será «a associação de muitos amigos da Festa espalhados pelo País, e que assim poderão organizadamente colaborar na sua divulgação e no seu aperfeiçoamento».

A inscrição para o almoço-convívio do próximo sábado custa apenas 300 escudos.

O grande acontecimento político-cultural do Norte é já em Julho!

espaço de vivência cultural, de debate, de diálogo, ponto de encontro e convívio para milhares de democratas. Do Norte e não só!

«Na base da defesa assumida dos valores e do projecto libertador do 25 de Abril, afinal condição primeira da própria existência da Festa da Alegria», o grande convívio do Norte «mergulha as suas raízes na cultura e nas tradições populares e regionais, assumindo também na sua forma caracteres próprios das nossas festas e romarias», como foi salientado na conferência de Imprensa, realizada em Braga com a participação de camaradas das Direcções Regionais do Minho, Porto e Trás-os-Montes, para anunciar a realização da edição deste ano.

Como se denota neste breve apontamento, embora mantendo os seus traços de sempre que a tornaram uma iniciativa esperada com lugar marcado no calendário das grandes realizações regionais, o 10.^o aniversário marca uma nova fase da vida e do crescimento da Festa da Alegria.

Muitas são as razões para participar

✓ Ficando para mais tarde uma divulgação pormenorizada de tudo o que

organizativa em curso), **as propostas do Partido face aos problemas nacionais, as consequências da adesão à CEE, a importância da regionalização, Paz e solidariedade no Mundo**. Pessoas que conhecem bem de perto estes assuntos lá estarão

para dialogar com os visitantes interessados.

Nos espectáculos musicais, as atenções irão para o que de melhor se faz no nosso país ao nível da música popular. Alguns nomes conhecidos do grande público estarão em Braga, enquanto a música tradicional e o folclore também marcarão presen-

ça destacada, num ambiente de alegria enriquecido pelos inevitáveis Zés Pereiras e bandas. O fogo de artifício e os jogos populares não faltarão no grande convívio de Julho.

Considerada a todos os títulos uma festa jovem, a Festa da Alegria não pensa apenas na malta nova em termos de visitante que por ali passa

mercado do livro e do disco com as últimas novidades.

Um apontamento ainda sobre a apresentação das outras organizações (Minho, Porto e Trás-os-Montes «jogam em casa») na Festa deste ano. A edição de 1987 assinalará um salto qualitativo em vários aspectos. Estarão no Parque Municipal de Exposições pavilhões e stands de todo o País, a quem se dedicarão concursos para a escolha das melhores decorações e da melhor qualidade oferecida na gastronomia e nos vinhos.

Preço especial mesmo sem «cartão jovem»...

Os ingressos na Festa da Alegria (os IF's) — entrada permanente para os três dias — têm o preço de 500 escudos. Mas quem os adquirir até ao primeiro fim-de-semana de Junho, portanto a cerca de um mês da Festa, terá um desconto de 10%. Nada mau...

Para os jovens dos 12 aos 18 anos há um preço especial: apenas 350 escudos. E nem é preciso o «cartão jovem»...

Nunca será de mais lembrar que comprar os IF's com antecedência é também uma forma de ajudar solidariamente a preparação e o êxito do maior acontecimento político-cultural do Norte do País.

■ JPO



Uma imagem da Festa da Alegria do ano passado

AÇORES

Os comunistas tomam posição

A luz dos mais recentes factos, acontecimentos e situações concretas, a DORAA do PCP, reunida em Ponta Delgada, apreciou a evolução dos problemas políticos, sociais e

económicos da Região açoriana, assumindo posições claras sobre as diferentes matérias. Aqui deixamos um breve apontamento dessas conclusões.

Autonomia

No ano de 1986 teve lugar na Região Autónoma dos Açores um complexo processo político, centrado nas questões de ordem institucional, processo esse que introduziu modificações sensíveis e positivas no quadro político regional no seu conjunto.

Por um lado, Mota Amaral e o grupo dominante no PSD/A sofreram uma pesada derrota porque foram obrigados, pela acção das forças democráticas, a reprimir apressadamente as perversões separatistas que vinham realizando de forma cada vez mais agressiva.

Por outro lado, o quadro institucional que rege a vida nos Açores foi valorizado com a elaboração de uma **Lei de Revisão do Estatuto**, agora promulgada, que nas suas questões essenciais contribui para a consolidação da natureza democrática do modelo constitucional da Autonomia.

Por outro lado ainda, ficou claro que são as forças democráticas que defendem o modelo constitucional da Autonomia contra os que, quer pela via das perversões separatistas, quer pela realização de práticas centralistas, visam destruir o quadro constitucional e estatutário vigente.

A situação económica e a insularidade

Um apontamento sobressai desde já das conclusões da DORAA do PCP: são bem visíveis e sérios os indicativos do rápido agravamento da situação económica regional, associada, naturalmente, a problemas de ordem social. Esclarece à Direcção do PCP no arquipélago: a inexistência de uma política económica que vise um desenvolvimento socialmente útil é a principal razão do agravamento do desemprego, do subemprego, da precariedade do trabalho e de outros fenómenos lesivos dos legítimos e constitucionais direitos dos trabalhadores.

Por essa mesma razão tem estado a Região condenada a ver a taxa anual da inflação manter-se em níveis superiores ao da taxa nacional. Ao contrário do que afirmou, publicamente, o secretário regional das Finanças, a DORAA reafirma a ideia que tem sustentado, segundo a qual não é inevitável que sendo os Açores uma região insular seja obrigatório um maior crescimento do custo de vida do que o que se verifica no Continente.

Quando for feita uma verdadeira política de desenvolvimento económico verificar-se-á que as potencialidades regionais, postas ao serviço da população, permitirão compensar e anular os sobrecustos que hoje resultam da insularidade.

A DORAA sublinha, para além desta questão geral, que a inexistência de uma política que vise combater os custos da insularidade resulta do facto de o Governo Regional não pretender combater nem o sobrecusto introduzido pelo transporte, nem a inexistência na Região de certas produções alimentares básicas, numa especulação que se faz agravando ainda mais o sobrecusto que os transportes provocam.

O Governo Regional só fala em compensação dos custos da insularidade para obter do Orçamento de Estado (OE) verbas que depois são utilizadas na realização de uma política que não combate nem atenua esses custos.

A DORAA considera necessária e possível uma política imediata de combate aos custos da insularidade que assente na utilização simultânea de vários tipos de medidas, como sejam a intervenção na redução dos custos de transportes de certos factores de produção agrícolas, da pesca e da construção e certas mercadorias importadas; a promoção da produção na Região de vários bens alimentares hoje importados; a realização de uma política de protecção dos preços de certas produções regionais essenciais; o combate à especulação nos preços de mercadorias importadas; e a introdução de factores de compensação dos rendimentos quando for caso disso.

Dizer, como disse o secretário das Finanças, que nada disso será feito é o mesmo que dizer que se pretende deliberadamente manter a maioria da população açoriana numa situação de dificuldades acrescidas em relação ao resto do País.

Dizer que não é possível resolver a presente diferença nos níveis de crescimento do custo de vida é o mesmo que afirmar que se não pretende promover uma política de desenvolvimento económico socialmente útil.

Poder político:

o exercício da degradação...

Não obstante as modificações positivas verificadas no que toca à acção das forças democráticas e à possibilidade de ser acelerado o processo de transformar descontentamento em força política democrática de oposição, a DORAA constata a existência de uma situação de acentuada degradação do exercício do poder político regional.

De facto, muito embora seja hoje claro para milhares de açorianos que o actual poder político regional visa com a sua acção apenas manter e aprofundar o domínio que uma classe restrita há muito mantém sobre a economia e a vida social da Região, tornou-se patente nos últimos meses que são muitos os titulares de cargos políticos que tomam decisões e que estabelecem orientações em função de grandes interesses económicos, que procuram cada vez mais usufruir, de forma imediata e vultuosa; é natureza de classe do Poder...

São hoje muitas as decisões nas áreas dos transportes, dos combustíveis, dos incentivos financeiros, do turismo e outras que são tomadas, ou que são combatidas, apenas porque visaram defender um determinado grupo económico ou porque limitaram os benefícios que estavam atribuídos a outro.

A DORAA salienta que a aparente luta de personalidades que tem estado no seio do chamado grupo de S. Miguel do PSD/A mais não é do que a parte visível da intensa luta pelo poder e por benesses que têm oposto os dois principais grupos económicos dos Açores.

Quando certos sectores reclamam a substituição de diversos secretários regionais visam apenas anular protecctionismos praticados nessas áreas para os substituir por outros ou quando, inversamente, certos secretários tudo fazem para continuar em funções, visam somente manter intactas as benesses atribuídas aos interesses a que estão ligados.

Exercer o poder político não só com uma natureza de classe tão clara, mas também com um traço tão evidente de protecctionismo a este ou àquele grupo económico, introduz na vida política um sério factor de degradação que não pode ser classificado senão como **corrupção**.

É neste contexto de tão nítida definição que é concebida a política económica regional, o que traz como consequência imediata a transformação do processo económico numa intensa corrida pela transferência no Orçamento Regional, para grandes interesses privados, de vultuosos recursos regionais.

Actividade democrática nas ilhas

A DORAA constata que a par da contenção imposta ao PSD/A no seu aventurelismo antinacional se verifica hoje um acentuado e rápido crescimento, não só do descontentamento como também da acção e da luta de amplas camadas da população.

Esta situação, qualitativamente nova, impõe a todas as forças e sectores democráticos a obrigação indeclinável de manterem a iniciativa política e de contribuírem para o reforço e intensificação de toda a actividade democrática, nos planos social e político.

Neste quadro, praticar ou alimentar a inacção ou o conformismo político mais não é do que contribuir para a manutenção e agravamento de situações económicas e sociais em constante degradação.

Agir para transformar tudo o que está mal tem que ser o tema que deve orientar a actividade democrática, com cada vez maior intensidade, determinação e espírito de luta.

Agricultura pecuária e pescas

Analisando a situação da agro-pecuária, a DORAA considera que a recente medida unilateral do Governo da República de subsidiar a produção do leite e lacticínios no Continente até ao fim do período de transição da adesão à CEE (1991), antecipou por cinco anos enormes prejuízos que a integração económica traz à lavoura açoriana, prejuízos e perigos esses que o PCP sempre denunciou detalhadamente.

É altamente lesivo do interesse nacional o comportamento do Governo de Cavaco Silva nesta matéria. Ao mesmo tempo a DORAA salienta, uma vez mais, a forma ligeira e profundamente errada como o Governo Regional dos Açores sempre analisou as consequências da adesão para a economia regional.

É extremamente urgente a definição, por lei, de um conjunto de medidas que visem a compensação dos enormes prejuízos para a agricultura que o persistente mau tempo tem provocado, anulando-se ou reduzindo-se assim as práticas de existência de compensações ou de atribuição de compensações ao sabor de conveniências.

A DORAA alerta ainda para o significado da nova **Lei do Arrendamento Rural** actualmente em preparação, que visa contribuir para o processo violento de reestruturação fundiária, que o Governo Regional pretende realizar, invocando para isso os estafados e inadequados «modelos europeus».

Analisando algumas questões relacionadas com as pescas e os pescadores, a DORAA constata que o rigor do Inverno tornou muito difícil a vida de centenas de pescadores que estão impossibilitados de trabalhar regularmente.

A este propósito exige uma rápida informação oficial sobre a natureza, as disponibilidades, a aplicação e gestão e a cobertura legal do chamado **Fundo de Acção Social das Pescas** existente nos portos de S. Miguel.

A DORAA chama à atenção uma vez mais para o facto de sem haver uma intervenção disciplinadora e de combate à especulação nos circuitos de comercialização de pescado e sem haver uma acção regulamentadora nas relações de trabalho da pesca, nomeadamente na pesca artesanal, não se torna possível aprofundar qualquer dinamização séria e socialmente útil do sector.

A construção urgente de instalações portuárias e de apoio à pesca, nomeadamente nas ilhas de S. Miguel e Flores, é uma exigência que se não pode compadecer com obscuros jogos de interesses que têm motivado o sucessivo adiamento de tais medidas.

Miséria e pobreza

A política social do Governo do PSD/A tem uma natureza onde cada vez mais a hipocrisia assume foros de pretensa «teoria política e sociológica».

A DORAA do PCP considera as recentes declarações do secretário do PSD/A, Américo Viveiros, a propósito das situações de miséria extrema e de pobreza existentes na Região em grande extensão, como um exemplo despuadorado de demagogia e irresponsabilidade.

Dizer que a miséria existe porque as pessoas não querem trabalhar, são alcoólicas ou gostam de viver desse modo é uma forma baixa de procurar esconder a causa profunda da situação, que reside, essencialmente, na antiquíssima e enorme profundidade da exploração da força do trabalho que se verifica nessas zonas.

Transformar os problemas sociais existentes e que são consequência

dessa exploração, em causa da miséria, é, ao mesmo tempo, inverter a ordem dos factores, fugir à responsabilidade e principalmente justificar a falta de medidas de fundo para resolver a situação.

A DORAA considera que as medidas de fundo terão que se situar de forma concertada em diversas áreas, nomeadamente no que respeita à **habitação, emprego, saúde e condições sanitárias, assistência social, educação, ocupação de tempos livres e outras.**

Encarar o combate à miséria como uma tarefa de natureza caritativa, é o mesmo que dizer que se quer que a miséria continue, eventualmente sem um ou outro aspecto mais chocante.

Os comunistas reclamam a realização de uma política global capaz não só de debelar as situações de miséria, como de evitar o seu alastramento futuro.

■ Eloy Rodrigues

Há 25 anos, os estudantes contra o fascismo ②

A crise de 62

A organização e a luta dos estudantes cresceram nos dois primeiros anos da década de 1960 e, por isso, os choques com o regime tornaram-se mais frequentes. Em Novembro de 1960 inicia-se em Coimbra uma greve aos cinemas, contra o aumento do preço dos bilhetes, que terminou vitoriosa. Em Dezembro os estudantes de Medicina do Porto entram em greve ocupando as salas de aula. Em Janeiro de 1961 regista-se um grande movimento de solidariedade dos estudantes de Lisboa, contra a dissolução da Direcção da Casa dos Estudantes do Império.

Em Outubro de 1961 realiza-se a tradicional «Latada» de Coimbra que nesse ano teve um grande conteúdo anti-salazarista, o que originou imediata repressão, sendo presos alguns estudantes. Dois meses depois em Lisboa, aquando da inauguração da Cidade Universitária, centenas de estudantes viraram as costas a Américo Tomaz. Por essa altura decorria um diferendo entre as AAEE e as autoridades académicas sobre a cantina universitária, em cuja gestão os estudantes queriam participar. As AAEE decidem boicotar a cantina e depois de pressões efectuadas junto do reitor, as suas reivindicações são satisfeitas.

Poucos dias antes do início da «crise académica», dá-se um último embate entre os estudantes e o governo. Na sequência do reforço do trabalho nacional, as AAEE decidem realizar em Coimbra o 1.º Encontro Nacional de Estudantes, para discutir as perspectivas do movimento associativo, nomeadamente a questão da criação da União Nacional de Estudantes Portugueses. O Ministério da Educação proíbe a sua realização. Mas, apesar das tentativas de impedir a chegada das delegações de Lisboa e Porto que tiveram de fazer os últimos quilómetros a pé ou em meios de transporte atípicos, o 1.º Encontro realiza-se.

A razão pela qual o fascismo sempre tentou limitar ou eliminar as AAEE é clara. O «pecado original» das AAEE era serem ilhas e, mais que isso, escolas de unidade, democracia, solidariedade e luta. O fascismo sentia-se ameaçado pelo facto de os estudantes universitários, que provinham na sua maioria dos sectores sociais que suportavam o regime (só 4,2% eram filhos de trabalhadores assalariados ou independentes que representavam 62,1% da população), serem formados em princípios antagónicos aos seus.

Mas as campanhas repressivas desencadeadas, longe de obterem os resultados pretendidos, conduziram pelo contrário, especialmente após 1956, ao reforço da unidade entre estudantes de diferentes correntes político-ideológicas e desenvolveram em cada vez maior número de dirigentes e estudantes um forte sentimento antifascista.

A hostilidade ao regime traduziu-se pelo aumento da influência das organizações democráticas. Apesar de algumas debilidades que se revelariam no decorrer da «crise», o PCP possuía uma numerosa e influente organização estudantil, que teve um papel destacado na condução da luta. Também as JAP (Juntas Autónomas Patrióticas criadas em 1959) encontraram terreno fértil na Universidade. E no ano de 1961, tanto quanto sabemos, verificou-se um intenso recrutamento para esta organização unitária.

O ascenso da luta popular

O aumento da luta estudantil coincidiu com o ascenso da luta popular pois «nos anos de 1958/1962 realizam-se algumas das mais grandiosas acções de massas de toda a história da luta antifascista (...)» (1).

Em 1958 a campanha eleitoral das candidaturas de Humberto Delgado e Arlindo Vicente, na qual participaram muitas centenas de milhares de pessoas, e as greves contra a burla eleitoral demonstraram o isolamento do regime fascista.

Após um curto período de repressão e refluxo a luta intensifica-se em 1961 e 1962. Em Janeiro de 1961 ocorre o assalto ao St.ª Maria. No mês seguinte inicia-se a guerra colonial e registam-se os primeiros movimentos de resistência ao embarque para Angola. Em Abril os pescadores de Matosinhos e Peniche entram em greve. No mesmo mês regista-se uma tentativa de golpe de Estado. Em Novembro realizam-se manifestações contra a burla eleitoral em várias localidades, ocorrendo em Almada violentos combates com a polícia que mata Cândido Martins. Em Dezembro a União Indiana liberta Goa, Damão e Diu da presença portuguesa.

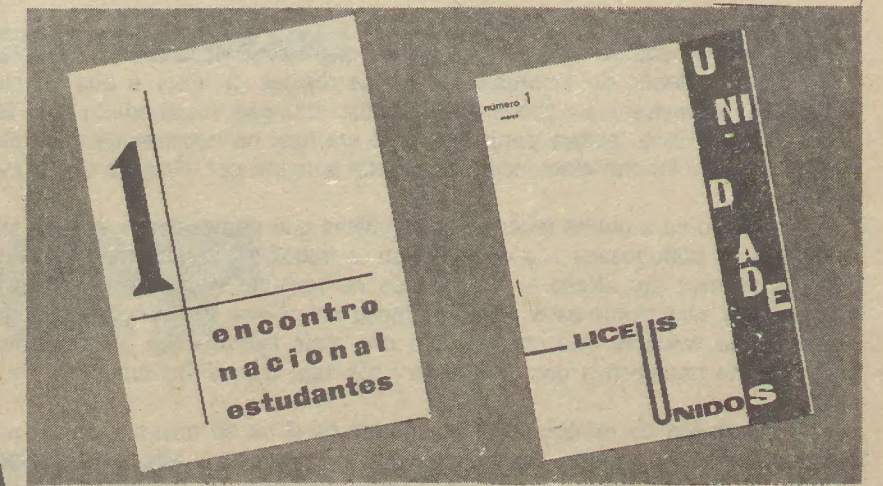
O ano de 1962 inicia-se com uma tentativa insurreccional antifascista, o assalto ao quartel de Beja. Pouco depois, a manifestação de 31 de Janeiro no Porto reúne cerca de 50000 pessoas, enquanto que as comemorações do 8 de Março contam com a participação de 20000. Ainda antes do eclodir da «crise académica» a Rádio Portugal Livre inicia as suas emissões. Intensificam-se as lutas reivindicativas dos trabalhadores que preparam a grande jornada do 1.º de Maio de 1962. Nesse mês, coroando uma poderosa luta, os assalariados rurais alentejanos obtêm uma vitória histórica: a jornada de trabalho de 8 horas.

Acosado e abalado pelo ascenso da luta popular e democrática, de que os estudantes foram um destacamento combativo, o fascismo reagiu de forma habitual — reprimindo.

O significado da luta

Em 1962 a imprensa controlada pelo regime, procurou divulgar a ideia que a luta estudantil não passa de uma «maquinação de forças subversivas» e que as AAEE estavam «a soldo de Moscovo». Por outro lado, afirma-se por vezes que os acontecimentos de 1962 foram simplesmente uma questão universitária e académica. Tais afirmações não resistem a uma análise dos acontecimentos.

A primeira quase não merecia comentários. Para o governo de Salazar,



comunistas ou seus servidores eram todos quantos se opunham à sua tirania. Mas é necessário lembrar que palavras de ordem, organização, propaganda não fazem por si só uma luta com a envergadura da registada em 1962. A ampla participação estudantil nas greves, reuniões, plenários e manifestações, demonstram a existência de uma forte disposição de luta por parte de amplas massas estudantis. Foi o fascismo com a sua política terrorista ao serviço dos monopólios, cujas expressões na universidade eram a degradação do ensino, o obscurantismo e a censura e perseguição a todas as formas e manifestações da ciência e da cultura progressista que criou não só a disposição, mas a consciência da necessidade de lutar.

Também a ideia de uma luta exclusivamente académica é desmentida por muitos factos. Se atentarmos nos acontecimentos do final de 1961 — a «Latada» de Coimbra, cujas frases foram votadas pelos estudantes, e a inauguração da Cidade Universitária — e no facto de em Junho de 1962 existirem ainda 1500 a 2000 estudantes dispostos a perder o ano, ficamos com uma ideia da amplitude e profundidade dos sentimentos antifascistas no meio estudantil. Mas, mesmo que a maioria dos universitários entendesse no início do conflito que esta era só uma questão académica, o próprio desenrolar da luta (...) veio mostrar a grandes camadas estudantis, de um modo notório, as ca-

racterísticas do binómio Universidade-Governo. Obrigou o estudante a pensar seriamente sobre a legitimidade da repressão que estava a ser feita sobre a universidade, e o que ela significava» (2).

A crise académica originou portanto a radicalização política de muitos estudantes, e desencadeou uma forte campanha de solidariedade por parte dos professores universitários, intelectuais (comunicados das Ordens dos Médicos e dos Engenheiros, abaixo-assinados com centenas de assinaturas, etc.) e da população em geral.

Por tudo isto, e apesar do refluxo que se registou nos anos seguintes, da crise académica não resultou uma derrota para os estudantes. Como justamente assinalava O Militante, «a despeito de vários erros praticados durante a sua condução (...) esta luta constitui uma gloriosa página na história do movimento revolucionário da juventude portuguesa. Ela teve o mérito de demonstrar de forma inofismável que a juventude estudantil não está com o fascismo e está disposta a lutar lado a lado com a classe operária e demais forças patrióticas contra a tirania salazarista (...) Teve uma repercussão muito favorável no movimento democrático em geral, contribuindo para o fortalecimento da luta pela libertação do nosso povo. Contribuiu, pelas suas repercussões externas, para o desmascaramento da ditadura fascista (...). Contribuiu, finalmente, para a agudização das contradições internas do regime. Por tudo isto, as massas estudantis têm razão em sentir um legítimo orgulho pelo resultado da sua luta no ano de 1962.» (3)

(1) — 60 Anos de Luta ao Serviço do Povo e da Pátria, Lisboa, Edições «Avante!», 1982, p. 132.

(2) — Albano Freire Nunes e Eurico Figueiredo, alguns elementos históricos sobre a vida recente das Associações de Estudantes e algumas considerações baseadas nestes elementos, II Seminário de Estudos Associativos, Lisboa, 1964.

(3) — «As lutas dos estudantes em 1964» in O Militante, III Série, n.º 128, Agosto de 1964.



A exploração da mão-de-obra infantil que tem vindo a alastrar de forma preocupante a centenas de empresas de várias regiões do País e que constitui aliás um dos aspectos mais chocantes da actual situação social criada pelo Governo de Cavaco Silva, esteve particularmente em foco no decorrer da interpelação sobre situação laboral efectuada na passada semana por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP.

Juntando-se a outros fenómenos negativos que perpassam a vida de largas centenas de milhares de portugueses — o desemprego, o trabalho clandestino, a precarização do emprego, os salários em atraso —, a realidade do trabalho infantil foi na ocasião vigorosamente denunciada com numerosos factos e dados em várias intervenções da bancada comunista, tornando-se evidente que constitui um dos mais flagrantes e graves indicadores quanto à falência, na perspectiva dos interesses nacionais, da política económica e social do Executivo.

Classificada de retrógrada e desumanizada e de se orientar exclusivamente para servir os interesses do grande capital nacional e estrangeiro, esta política e os seus nefastos efeitos foram claramente denunciados pela generalidade das bancadas da oposição, abundando os exemplos que nos falam da degradação da estrutura produtiva e da produção nacional, do não aproveitamento dos recursos oferecidos por uma favorável conjuntura económica externa, do agravamento estrutural das contas externas, do acentuar das injustiças na distribuição do rendimento nacional, do alastrar das dificuldades, da miséria e da pobreza.

As acusações quanto aos malefícios da política económica e social do Governo — a que este tentou desajeitadamente responder socorrendo-se de um discurso de auto-satisfação, tecnocrático e recheado de estatísticas manipuladas — marcaram de resto o tom geral do debate e de tal modo que a interpelação acabou por constituir — mais do que uma análise sectorial da política governamental — um julgamento global de toda a acção governativa, cujo veredicto apontou inapelavelmente para a sua completa condenação.

As severas críticas formuladas — só a bancada do PSD defendeu o seu Governo —, a par das preocupações manifestadas quanto à degradação da situação laboral colocaram aliás com renovada premência a questão de encontrar uma alternativa política que permita implementar uma política alternativa capaz de com os trabalhadores pôr fim à destruição dos meios de produção, favorecer os esforços produtivos das empresas, penalizar o desperdício de recursos, responder aos graves problemas sociais existentes.

A moção de censura hoje em debate na Assembleia da República pode muito bem constituir — espera-se que assim seja — o primeiro passo susceptível de abrir caminho a uma tal política. Assim o exigem quantos desejam ver erradicados do presente e do futuro — seguramente a maioria do povo português — situações inqualificáveis e inadmissíveis como as que a seguir relatamos levadas ao conhecimento do hemiciclo por intermédio das intervenções dos deputados comunistas e de um valioso *dossier* da autoria do seu Grupo Parlamentar distribuído aos órgãos de comunicação social no decorrer da recente interpelação sobre política laboral.

Trabalho infantil alastra

Cedo começam a vida

«Tenho 12 anos e trabalho 9 horas por dia na Drake/Apollus. Ganho oito contos por mês e quando chego a casa fico a coser sapatos até à meia-noite.»

(Alberto Quintela, Lagares, Felgueiras)

«Tenho um amigo da minha idade que fez a 4.ª classe e foi trabalhar porque os pais tinham necessidade e a fábrica foi lá pedir para ele ir.»
(Pedro Manuel da Silva, 11 anos, Torrados, Felgueiras)

— Como te chamas e que idade tens?

— Cristina e tenho treze anos.
— Já fizeste o ciclo preparatório?
Gostarias de continuar a estudar?
— Não fiz o ciclo mas agora gostava de continuar a estudar.

— Já trabalhas? O que fazes?
— Já, em vestuário.
— Gostas do trabalho que fazes?
— Não!
— A que horas te levantas e te deitas?
— Levanto-me às sete horas e deito-me às dez horas.
— Quanto ganhas e que fazes ao dinheiro?
— Ganho nove contos e dou-o à minha mãe.
— Gostarias de continuar toda a vida este trabalho?
— Não! Gostaria de ter um melhor.
— Que fazes nas horas livres?
— Vejo televisão e ajudo a minha mãe.

(Entrevista conduzida por Rolando, da turma 2.º H)



Vemos, ouvimos e lemos

«Vítima de acidente de trabalho, recebeu tratamento no Hospital de Aveiro Carlos Campos Faria, de 13 anos, operário, residente em Lavan-deira, Oliveira do Bairro.»
(Dos jornais, 14/2/87)

«O ordenado médio desses miúdos anda pelos 9 ou 10 contos. Entram às oito da manhã e saem às seis da tarde, com uma hora para almoçar. Nenhum deles tem Caixa. Ainda há dias houve aí um que ficou sem um dedo. Isso dá-lhe à partida um certo grau de invalidez e dificulta-lhe outros empregos.»
(Depoimento de um trabalhador, Felgueiras)

«A fuga à escolaridade é bastante acentuada. Neste ano lectivo, dos 970 processos transferidos do final da primária só 850 concretizaram a sua inscrição na escola.

(...) As crianças saem da escola e vão trabalhar para casa até se deita-

rem. O rendimento escolar é mau porque já não estudam e ficam apenas com o que ouvem e aprendem na escola. Se os professores forem mais exigentes o insucesso escolar pode ir aos 60 por cento ou mais.»

(Presidente do Conselho Directivo da Escola Preparatória de Felgueiras, Guimarães)

«É que não basta tornar o ensino gratuito para que este seja efectivamente acessível aos pobres.»

(«A pobreza em Portugal», Colecção Carras, n.º 6)

«O trabalho das crianças não é um problema isolado mas um dos sintomas de uma doença mais profunda.»

(Revista Internacional do Trabalho, 1981 — Vol. 120, n.º 1)

«Das 900 empresas existentes em Famalicão, 30 por cento são clandestinas. Utilizam crianças que trabalham

14 horas e mais por dia e a quem pagam 6 a 10 contos por mês. Têm todas uma porta nas traseiras para fugirem e já estão treinadas nisso.»
(Augusto Martins, Sindicato dos Têxteis de Famalicão)

«Crianças quase analfabetas e mal pagas trabalham até 15 horas por dia, contribuindo para o sucesso das exportações de têxteis e calçado portugueses.»
(Daily Telegraph)

«Nos últimos cinco anos nasceram aqui (em Felgueiras) mais de 100 empresas com dois ou três operários especializados em cada uma. O resto são crianças e jovens sem qualquer formação. Outra vertente é dar o calçado para coser em casa o que dará trabalho a mais de 500 mulheres e filhas. Em geral recebem 20 a 40 escudos por par de sapatos.»
(Sindicato dos Trabalhadores de Calçado do Distrito do Porto)

Condenação unânime

(...) «Professores, organizações sindicais, a Igreja, as próprias crianças, levantam-se para condenar uma política que permite que crianças sejam roubadas dos bancos da escola, substituindo livros e cadernos pela linha que dá forma ao sapato ou pelo balde de massa que se transporta aos ombros. Crianças que a troco de umas centenas de escudos criam o lucro fácil e das quais se faz uso na subversão das relações laborais próprias de uma democracia. São crianças que como o Alberto Quintela de Lagares, Felgueiras, de 12 anos, ganham 8 contos por mês, trabalhando muitas vezes até à meia-noite. Ou como o Rui, de 11 anos, que gostava de estudar mas não pode, porque tem muitos irmãos. Ou como Maria dos Anjos, de 10 anos, que socorre a doença do pai com o seu trabalho na fábrica de confecções» (...)
(Odete Santos)

A responsabilidade do PSD

(...) «O Ministro do Trabalho tinha-se preparado para escamotear neste debate a questão do trabalho infantil. É mesmo assim espantoso que, depois de pressionado pelas nossas intervenções e colocado, sem fuga, perante essa monstruosidade social, que um deputado de outra bancada classificou de "essa sim verdadeiramente paleolítica", a única coisa que o Governo foi capaz de observar é que se trata de um fenómeno de "convivência entre pais e empregadores". E as responsabilidades do Governo? Que medidas tomou para combater esta intolerável situação? O Governo

PSD/Cavaco Silva tem responsabilidades indeclináveis nesta matéria. Tal como os salários em atraso se expandiram como fenómeno na vigência do Governo PS/PSD, com o PSD na pasta do Trabalho, o regresso inadmissível do trabalho infantil, como fenómeno em expansão, verifica-se com o Governo PSD/Cavaco Silva e com o ministro Mira Amaral na pasta do trabalho». (...)
(Carlos Brito)

Putos sem protecção

«... Estes putos são trolhas, pasteleiros, cosem e embalam sapatos, vendem fruta na margem da estrada, são ajudantes de mecânico e da construção civil, dobram toalhas de felpo, aprendem a chulear, empacotam, confeccionam pano de lençol, empregam-se, sem qualquer vínculo legítimo ou legítimo, na limpeza, nos cafés, no carregamento dos produtos de mercearia. Laboram horas a fio, madrugada fora quando o patrão o entende, a troco de um salário que oscila entre os 4 e os 8 mil escudos. As raparigas não faltam, mais ano menos ano, como na Josias Barroso, no distrito de Braga, quem as engravide em massa e as atire para os labirintos da prostituição. Estes garotos não podem ser meninos num país cuja Constituição lhes garante o direito à protecção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral. Vemo-los descendo as rampas obscuras, no frio Inverno do Minho, à saída das oficinas clandestinas; surpreendemo-los, em grupos, encostados aos muros, mastigando sob a tutela do apertado relógio do empregador, uma refeição inconsistente e desadequada; encontramos-os exaustos, subnutridos, malicentos de anemia, cheios de medo quando interpelados» (...)
(José Manuel Mendes)

Pensar o presente, construir o futuro

A Mulher

na têxtil, lanifícios,

vestuário e calçado

1987

— Março — Cento e trinta anos depois de operárias têxteis de Nova Iorque saírem à rua exigindo a redução do horário de 16 para 10 horas e salário igual para trabalho igual, que situação

encontramos no mesmo sector, em Portugal?

Como vivem e trabalham as operárias têxteis, hoje?

A resposta foi dada, no Porto, durante o fim-de-semana de 7/8 de Março, no **Seminário** promovido pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal.

Mulheres vieram de todo o País, encheram o Salão Nobre da Faculdade de Engenharia e ali, em depoimentos vivos, quantas vezes comoventes, contaram com grande sinceridade a vida nas suas próprias empresas, a sua vida, vieram confirmar de viva voz os ritmos de trabalho intensos, a repressão, a precariedade do emprego, a dupla tarefa, as discriminações.

«**Pensar o Presente, Construir o Futuro**» foi o lema escolhido para a iniciativa, preparada no plano nacional na base de um inquérito sobre as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores e da mulher em particular, e a recolha de testemunhos, simples mas suficientes para uma análise real da situação do sector.

Ao trabalho sério apresentado pelas conclusões do inquérito juntaram-se, ao longo de dois dias, as intervenções e comunicações de trabalhadoras, activistas das empresas, quadros sindicais e dirigentes, técnicos e várias entidades ligadas à problemática em discussão.

Realização inédita no movimento sindical dos sectores envolvidos, este Seminário não se reduziu à abordagem dos problemas da mulher na área da produção e no seu local de trabalho. Procurou-se ir mais além e analisaram-se, complementarmente, as duas faces da questão: a trabalhadora e o seu papel no plano familiar e no meio social em que vive.

Trabalho duro discriminação e repressão

Uma conclusão é justo tirarmos, numa primeira análise, da discussão realizada, dos depoimentos recolhidos no trabalho preparatório: a generalidade das mulheres destes sectores trabalham até à exaustão. Mesmo quando entram no turno normal, e são a maioria, é vulgar levantarem-se às cinco da manhã e é raro o dia que não se deitem depois da meia-noite. Na prática cumprem dois horários de trabalho — um na fábrica e outro em casa, a cuidar da família. As trabalhadoras do sector têxtil, do vestuário e calçado não usufruem na prática, no seu dia de trabalho, sequer, da conquista dos «três oitos» — oito horas de trabalho, 8 horas de repouso e 8 horas de lazer — velha reivindicação do movimento operário que está na origem do próprio 1.º de Maio. Daí que a redução do tempo de trabalho, que foi aliás objecto de estudo no encontro, para 40 horas semanais, justíssima reivindicação do movimento sindical unitário, surja como da maior importância para as mulheres trabalhadoras.

A discriminação no acesso às chefias e à formação profissional, o «costume», difícil de ultrapassar porque há muitos trabalhadores que pensam ainda que é justo que os homens, com a mesma categoria, o mesmo trabalho e

a mesma produção que as mulheres, ganhem mais mil escudos, o que acontece de forma generalizada, foram testemunhadas igualmente no decorrer do Seminário. Uma boa formação profissional e salários melhores, são pois justos anseios de muitas trabalhadoras destes sectores quando lhes perguntavam o que fariam de imediato a favor das mulheres trabalhadoras, se mandassem.

Do mesmo modo, um outro conjunto de questões foi aprofundado a propósito da actividade sindical das mulheres. Apesar das enormes dificuldades e da repressão patronal, apesar da ameaça do desemprego e da precariedade do trabalho, apesar dos entraves muitas vezes criados a nível familiar, tem crescido a participação das mulheres na actividade sindical.

Um grande número de intervenções salientou o peso da repressão que se abate sobre as mulheres

trabalhadoras. Ficamos a conhecer muito mais em pormenor situações que já se conheciam e que surgiram no Seminário de forma muito incisiva. E uma delas é o controlo das idas às casas de banho. Modalidades variadas — chapinhas, cartões de «ponto», invasão dos lavabos ou batidelas insistentes à porta quando a demora ultrapassa o previsto — são formas claras de invadir a privacidade das trabalhadoras, de intimidar, de as obrigar a trabalhar como máquinas. A juntar à repressão sindical, à tentativa de impedir a luta e isolar as activistas, o patronato recorre cada vez mais sistematicamente a este tipo de repressão discriminatória e vergonhosa.

Mais de metade dos agregados são pobres!

O «inquérito às condições de vida



e de trabalho da mulher trabalhadora do sector têxtil, vestuário e calçado» deu origem a um trabalho apresentado pela Federação que é, sem dúvida, uma das mais sérias abordagens da degradação das condições de vida e de trabalho em consequência de políticas económicas recessivas, que atinge hoje situações extremas de pobreza em rápida generalização.

«**A pobreza nos sectores têxtil, lanifícios, vestuário e calçado**», título escolhido com razão para o trabalho apresentado, é uma das conclusões amargas do inquérito — 55% dos agregados da amostra são pobres! Verifica-se que é na zona da serra, na Beira Interior, onde se concentra a maior percentagem de agregados familiares pobres, atingindo níveis de mais de 80% em alguns concelhos (Seia, Guarda e Covilhã). Do distrito do Porto, um dos mais atingidos, apenas um exemplo — no concelho de Valongo 80% das trabalhadoras inquiridas são consideradas pobres.

Um outro aspecto das conclusões do inquérito refere que o salário médio das trabalhadoras do conjunto do sector TV e C é de 25 352\$00, cerca de 60% inferior ao que deveriam receber para terem o mesmo poder de compra que possuíam em 1975! Daí que a quase totalidade das trabalhadoras inquiridas achem que deveriam receber mais e que o salário não dá para viver.

Estes alguns aspectos de um «Inquérito» que conclui com um impressionante «Perfil da Mulher Trabalhadora Pobre», uma ideia, sintetizada em quarenta e dois pontos, da vida difícil das mulheres na indústria têxtil, vestuário e calçado — ganham uma miséria, trabalham muito, na fábrica e depois em casa, não têm fins-de-semana livres, passam as férias em casa, etc., etc.

Não foi objectivo da iniciativa, como afirmou Manuel Freitas, coordenador da Federação, no início dos trabalhos, «retirar conclusões perfeitas nem arranjar soluções ideais para os problemas». Ela permitiu, no entanto, pelos numerosos contributos, um melhor conhecimento da vivência feminina no sector, suscitando a partir dele, certamente, uma abordagem mais regular desta problemática e um estímulo e um factor de mobilização para a luta, já significativa, das mulheres trabalhadoras dos sectores em questão. ■



(Extractos de alguns testemunhos recolhidos durante o trabalho preparatório do Seminário «Pensar o Presente, Construir o Futuro», promovido pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal)

O meu dia de trabalho

«(...) saio do emprego tenho de apanhar o «carro» para ir buscar os meus filhos, quando o «carro» vem a horas eu ainda chego passado 1 hora a casa. Quando não, nem olho para as horas, para o meu sistema nervoso não arrebentar. Pegando os meus filhos chego a casa tenho o comer para fazer, roupa para dar a ferro, filhos a tratar e caio na cama sem saber se sou eu ou não!»

Porque tenho esta profissão

«(...) comecei a trabalhar aos 11 anos numa profissão que me foi imposta já lá vão 22 anos, uma profissão da qual hoje eu ainda não aprendi a gostar e que é ser empregada têxtil (...)»

O que é a repressão?

«(...) a proibição das trabalhadoras contratadas a prazo de assistirem a

plenários, não poderem usar do direito de assistência à família nem médica (...)»

«(...) Perseguição a membros das estruturas dos trabalhadores.

«(...) ter de ir com chapas à casa de banho.

«(...) os patrões e os chefes poderem dizer tudo o que lhes apetece e nós termos de calar o bico.»

Dificuldades para chegar a delegada sindical?

«(...) tive problemas familiares por entenderem que o Sindicato não era para mulheres, mas hoje até me apoiam.

«(...) na empresa o patrão tudo fez para que eu deixasse a actividade sindical, chegou a oferecer-me um lugar de mestra que eu não aceitei (...)»

Discriminação?

«(...) não quer dizer que certos trabalhos não pudessem ser feitos por nós mulheres desde o momento em que fôssemos preparadas como é o caso de mecânicos. Também já tivemos cargos que eram desempenhados por homens e hoje são feitos por mulheres, caso das cortadoras (...)»

Se eu mandasse...

«(...) uma boa formação profissional e salários melhores como em outros sectores. Criava condições para que as mulheres soubessem mais e tivessem mais liberdade, para que o casal tivesse mais liberdade. (...)»

«(...) redução das horas de trabalho para 40 horas que já era suficiente para quem tem de sair de casa todos os dias às 7 da manhã.

«(...) acabar com os contratos a prazo...

«(...) instalava infantários perto das empresas...»

Quedas

Os estrangeiros que residem ilegalmente nos Estados Unidos têm o prazo de um ano para legalizar a sua situação de acordo com os termos da nova lei de imigração.

Em síntese, duas alternativas se colocam: ou a deportação pura e simples para o país de origem; ou o cumulativo desembolso de dólares.

Antes do mais há que avançar com o pagamento de uma taxa de 185 dólares, a que será necessário somar outra documentação e despesas. Por exemplo 60 a 75 dólares por um atestado médico, e os honorários de um advogado para organizar o processo. Para uma família de 4 pessoas, calcula-se que os custos ascenderão a 700 dólares.

E chamam «eles» a isto um processo de amnistia. A verdade é que, mesmo com o dólar em queda, a amnistia fica, aos seus beneficiários, num grandecíssimo... trambolhão.

Solidariedade... só à medida

Por terras do Brasil, o Presidente da República proferiu há dias um

importante discurso, onde afirmava a sua intenção de interceder pelo país irmão junto das instâncias internacionais no tocante à moratória decretada sobre a dívida externa. Mário Soares justificou esta posição dizendo que «o Brasil é um país com a dimensão de um continente e não pode ser tratado pelas instâncias financeiras como um pequeno país».

Assim se entendem algumas posições (passadas e presentes) sobre a dívida externa do nosso país... Como somos um país pequeno temos uma solidariedade à medida da nossa pequenez. Pelo que se por acaso, o amigo leitor tiver uma grande dívida por saldar, não se preocupe, será por certo credor da maior solidariedade; mas se a dívida for pequena... o melhor é apressar-se antes que o tribunal lhe bata à porta.

A mesa das negociações

«É lamentável que o sindicato utilize o terror da SIDA, que em Portugal se instalou injustificadamente nas pessoas, para o levar (ao Governo) à mesa das

negociações». Assim respondeu o Ministério da Saúde à posição do Sindicato dos Enfermeiros sobre o risco profissional de contaminação no tratamento de doentes com SIDA. Conclui-se, portanto, que é «lamentável» que alguém queira preservar a sua saúde, tanto mais quando esse alguém é em certa medida responsável pela saúde de outros. Era só o que nos faltava: ter de enfrentar um Ministério da Saúde Homi... SIDA.

Marines

Segundo as agências noticiosas, «os EUA vão retirar todos os seus 'marines' da sua embaixada em Moscovo, como medida preventiva para ajudar as investigações sobre dois membros desse corpo militar

acusados da espionagem». Perante isto a pequena ilha de Granada comentou: «Agora sempre queremos ver se, com aqueles, o passo seguinte dos EUA também será mandar retirar os espões e fazer reentrar os marines?».

Compreensões

Segundo a revista «Time», o ex-conselheiro norte-americano da Segurança Nacional, John Pointdexter, informou o presidente Reagan duas vezes, em 1986, de que os lucros da venda de armas ao Irão tinham revertido para os rebeldes nicaraguenses.

«O meu mal foi ter esquecido que o presidente só compreende as coisas à terceira», queixar-se-ia ainda Pointdexter.

Pontos Cardeais

Gazetilha

por Ignotus Sum

I

Disse com desaforo
(sabe-se lá porquê!)
disse Cavaco na TV:
— A crise? Ignoro...

As notícias, a rodos.
A crise? Ponto assente.
Já se metia a todos
pelos olhos dentro...

Se o Cavaco ignora, então adiante
neste caso infeliz.
Um chefe de Governo tão... ignorante?
Bem, ele é que diz...

II

O ministro da instrução
bem falante, mal falado,
esteve na televisão
para nos cantar o fado...

A minha fragata é minha
não pertence a mais ninguém...
Fecha os olhos e caminha
sobre as nuvens, mais além...

Escolas? Estão a cair
um pouco por todo o lado
e ele pra se distrair,
canta o fado, canta o fado...

Canta-o na voz fadistinha
que à dor se enrosca tão bem:
A minha fragata é minha
não pertence a mais ninguém...

Professores nem quer ver
mas se os vê, fica assanhado.
Pra de tudo se esquecer,
o ministro canta o fado:

A minha fragata é minha
não pertence a mais ninguém.
E o Governo, sem mesinha,
vai para casa da mãe...

Canta o fado? Cá por mim
penso até que é bem achado
ministro a cantar assim
não fica desempregado...

III

Nervosismo evidente
Com o fim que se pressente
O Cavaco, afinal,
sempre aparece no Telejornal
numa febre tamanha
que parece em campanha
eleitoral...

Todos vêem isso.
Governo põe a seu serviço
e por todos os modos
a TV que é de nós todos.
Nem digam que na sua propaganda
é do PSD o dinheiro que ali anda...

Vá, desça o pano, rapidamente!
E a cena, mal representada
findará, creio eu sinceramente,
com pateada...



Agenda

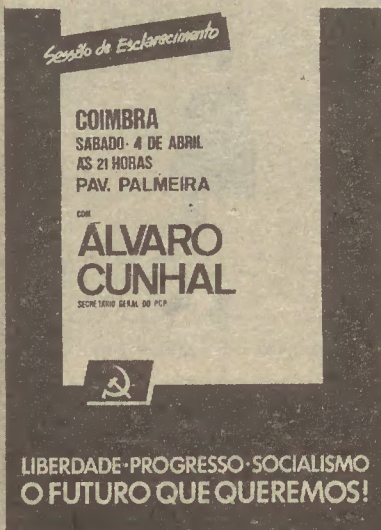
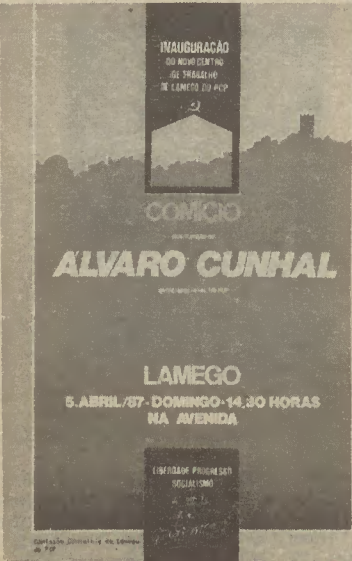
Avante!

Ano 57 — Série VII
N.º 692

2 de Abril de 1987

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



O secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, participa nas seguintes iniciativas durante o fim-de-semana:

Coimbra — Sessão de esclarecimento, sábado, dia 4, às 21 h, no Pavilhão da Palmeira;

Lamego — Almoço-convívio, domingo, dia 5, às 12.30 h, com camaradas e amigos das organizações do PCP do norte do distrito de Viseu, na Escola Primária da Sé; às 14.30 h, visita e inauguração do novo Centro de Trabalho do Partido, a que se segue um comício-festa na Avenida com a participação do grupo de música popular «Trigal»;

S. Pedro do Sul — O camarada Álvaro Cunhal fará a intervenção de encerramento da 2.ª Assembleia da Comissão Concelhia de S. Pedro do Sul, em cujos trabalhos participará a partir das 16.30 h, no Salão dos Bombeiros Voluntários; às 18 h participa num jantar-convívio com a organização de Lafões, em S. Pedro do Sul.

• AREALÃO

Almoço-convívio, aberto a todos os militantes e simpatizantes do PCP.

• COUÇO

Realização da III Assembleia da Organização.

• PORTEL

Com início às 10 horas, realiza-se a II Assembleia de Organização Concelhia.

• PORTO

«Encontro sobre Habitação na Cidade do Porto», às 15 horas na Junta de Freguesia do Bonfim. «O Terrorismo Arma do Imperialismo», conferência-debate com a participação do camarada José Goulão, no CT de Barão de S. Cosme.

• MATOSINHOS

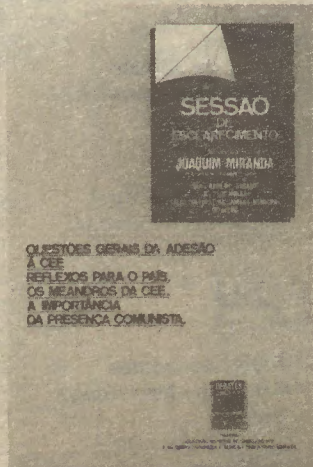
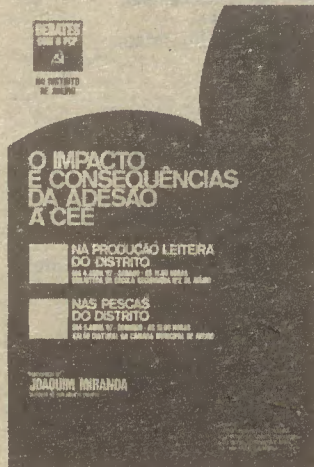
Encontro do PCP com a população de Leça, sobre «As Novas Instalações da Mobil», às 21 horas na Escola Preparatória de Leça da Palmeira.

• LISBOA

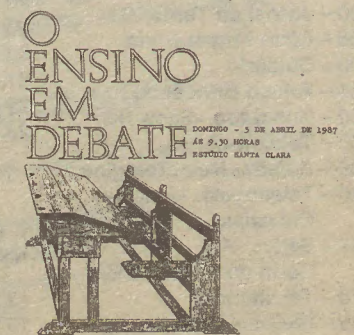
Inicia-se hoje um Seminário das Organizações Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão da Condicion Feminina, para debater a situação das mulheres face ao emprego e aos problemas que se lhes colocam e apontar soluções possíveis para os resolver.

• BRAGA

O ponto de encontro, é às 11 horas, no



O PCP E A PROBLEMÁTICA DO ENSINO NA PÓVOA DE VARSIM COM A PRESENÇA DO DEPUTADO ANTÓNIO OSÓRIO



COMISSÃO CONCELHIA DA PÓVOA DE VARSIM DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Domingo

• VISEU

Em Lamego, na Escola Primária da Sé, a partir das 12.30 h, almoço-convívio com camaradas e amigos das organizações do Partido do norte do distrito. Participa o camarada Álvaro Cunhal.

Em S. Pedro do Sul, no salão dos Bombeiros Voluntários locais realiza-se a 2.ª Assembleia Concelhia. Participam os camaradas Álvaro Cunhal e Fernando Rodrigues, membro suplente do Comité Central.

Em Lamego, o camarada Álvaro Cunhal participa às 14.30 h num comício na Avenida, assinalando a inauguração do novo Centro de Trabalho.

Às 18 horas, em S. Pedro do Sul, o camarada Álvaro Cunhal participa num jantar com a organização de Lafões.

• LISBOA

Viagem de solidariedade ao Alentejo, iniciativa integrada na campanha dos 30 mil contos para as obras do Vítória. Inscrições nos Centros de Trabalho do distrito de Lisboa.

• LEIRIA

Realiza-se no Hotel Lis, a partir das 10 horas por iniciativa da DORLEI, um Plenário Distrital de Quadros do PCP sobre Poder Local. Participam nesta reunião os camaradas Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC e António Orcinha, membro suplente da Comissão Política do CC.

• AVEIRO

Debates com o PCP, sobre o Impacto

Encontro de quadros do sector do calçado do distrito de Aveiro — sábado, dia 4, na Escola Preparatória de S. João da Madeira, a partir das 14.30 h.

O encontro, onde será debatida a situação económica e social do sector do calçado e as consequências da integração de Portugal na CEE, terá a participação do camarada Vidal Pinto, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP.

e Consequências da Adesão à CEE. No salão cultural da Câmara Municipal, a partir das 15 h, estarão, em debate as Pescas no distrito. Participa o camarada Joaquim Miranda, deputado do PCP no Parlamento Europeu.

partir das 9.30 no Estúdio Santa Clara, por iniciativa da Comissão Concelhia local. Participa o camarada António Osório, deputado do PCP na Assembleia da República.

das de Emergência sobre o Ensino — Aprendizagem do Português», com a presença do deputado António Osório.

Quarta

• PORTO

Às 21.30, no Centro de Trabalho da Boavista, Planos Curriculares, Programas e Manuais Escolares — que intervenção dos Professores?

Segunda

• PORTO

Às 21.30 na Cooperativa Árvore, apresentação do projecto-lei do Partido «Medi-

Debate sobre o «PCP e a problemática do Ensino na Póvoa de Varsim», a

Quinta

• AMADORA

Plenário de militantes das freguesias da Venteira e Mina, às 21.30 no CT da Amadora.

• BRANDOIA

Plenário de militantes, às 21.30 no CT da Brandoia.

Sexta

• LISBOA

No novo Centro de Trabalho da 6.ª Zona, Lumiar, Noite de Fado Amador.

• AMADORA

Às 21.30, no auditório da cave do CT concelhio, exibição do filme «Requiem para um Desconhecido» de Claude Chabrol.

• FUNCHAL

Plenário com membros das Comissões de Freguesia e das Comissões Locais para debate sobre o Partido e a sua actividade com o camarada António Casmarrinha do CC.

• SÃO DOMINGOS (Santiago do Cacém)

Debate sobre a «Agricultura e CEE», por iniciativa da Junta de Freguesia, com início às 20.30, no salão do S. Domingos Futebol Clube.

• BARREIRO

Conversa sobre o romance «A Vaga de

• COIMBRA

Sessão de esclarecimento, às 21 horas no Pavilhão da Palmeira, com a presença do camarada Álvaro Cunhal, Secretário Geral do Partido.

• MOITA

Plenário de militantes da zona sul da freguesia, às 21 horas.

• GUIMARÃES

«O Sector Têxtil e a CEE — que Futuro?», colóquio às 14.30 na sala de conferências do Hotel Fundador D. Pedro. Estarão presentes: Barros Moura, deputado do Parlamento Europeu, Ilda Figueiredo, deputada da AR e José Manuel Mendes, deputado à AR.

• AMADORA

II Encontro sobre a Situação Social no Concelho. Promovido pela Câmara Municipal, na Galeria, às 10 horas.

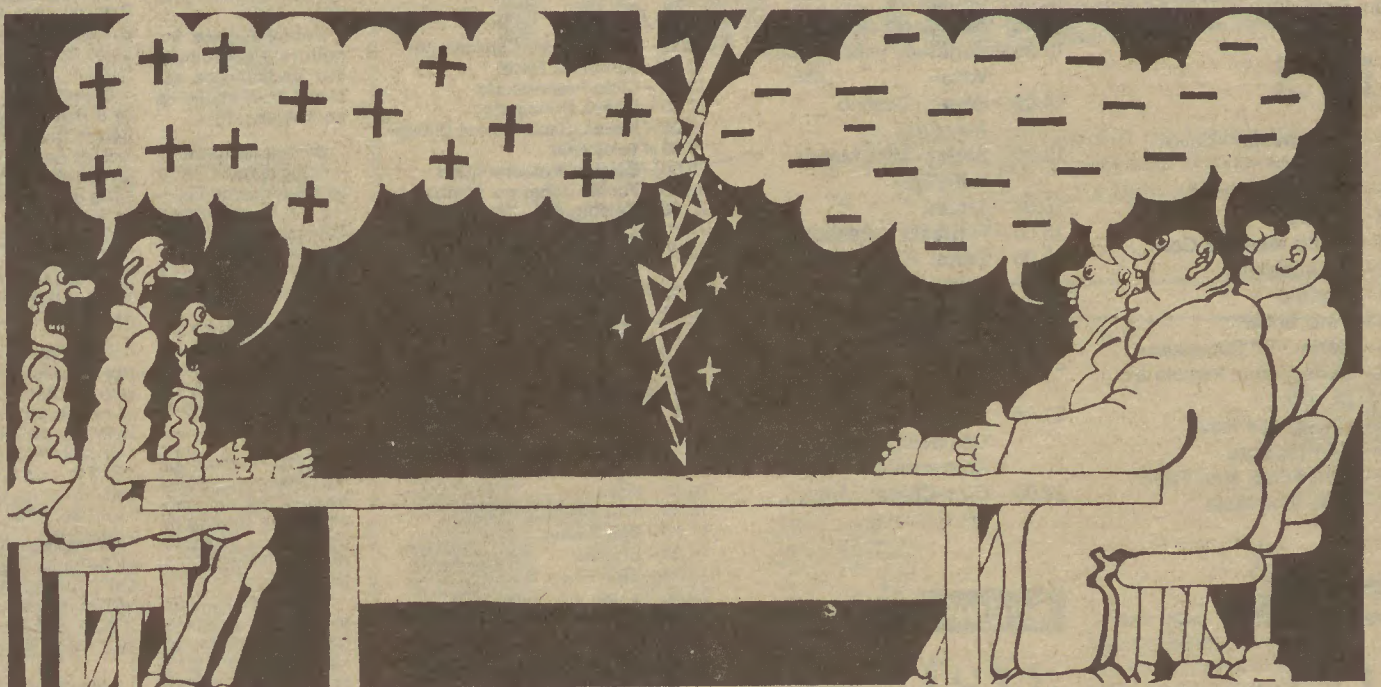
• ALMADA

Às 15.30, no Centro de Trabalho, sessão-debate sobre a situação internacional, com o camarada Vilaverde Cabral. Às 21.30, também no CT, Balle da Pinha. Também, hoje e amanhã, a célula dos trabalhadores da autarquia, realizam um convívio desportivo de Damas e Xadrez, no Parque Comandante Ramiro Correia. I Assembleia da Organização da célula

dos trabalhadores da Saúde, às 15.00 no CT Concelhio, sala 44.

• FUNCHAL

Plenário com os camaradas das células de empresa e de sectores profissionais, com a participação de António Casmarrinha do CC.



KORAKSIC, Predrag — Jugoslávia — in «Chronique des Nations Unies», n.º 8 de 1983 — Revista mensal publicada pela ONU

TV O Programa

Exposições

Quinta

RTP1

10.00 – Às Dez
12.15 – Telenovela: «Cambalacho»
13.00 – Jornal da Tarde
13.35 – Ciclo Preparatório
18.00 – Sumário
18.05 – Brinca Brincando
18.50 – Concurso «Show Bis»
19.30 – Telejornal
20.00 – Boletim Meteorológico
20.10 – Telenovela: «Palavras Cruzadas»
20.45 – Série: «ALF – Uma Coisa do Outro Mundo»
21.15 – Telemundo
21.45 – Série: «Operação Cogumelo»
22.30 – 24 Horas
23.00 – Remate

RTP2

14.15 – Telenovela: «Novo Amor»
15.05 – Agora, escolha!
16.30 – Notícias
16.35 – Trinta Minutos Com...
17.05 – Countdown
18.00 – Estádio
19.00 – Nino Show
20.05 – Série: «5.ª Dimensão»
20.30 – Série: «Uma Família às Direitas»
21.15 – Jornal das Nove
21.45 – Concurso: «A Quinta do Dois»

Sexta

RTP1

10.00 – Às Dez
12.15 – Telenovela: «Cambalacho»
13.00 – Jornal da Tarde
13.35 – Ciclo Preparatório
18.00 – Sumário
18.05 – Brinca Brincando
18.50 – Concurso: «Show Bis»
19.30 – Telejornal
20.00 – Boletim Meteorológico
20.10 – Telenovela: «Palavras Cruzadas»
20.55 – Série: «Palácio dos Sonhos»
21.50 – Tudo é Espectáculo – Willie Nelson
22.50 – Xavier em Sanchoão
23.20 – 24 Horas
23.50 – Remate

RTP2

14.15 – Telenovela: «Novo Amor»
15.05 – Agora, escolha!
16.30 – Notícias
16.35 – Trinta Minutos Com...
17.05 – Countdown
18.00 – Estádio
19.00 – Nino Show
20.05 – Série: «5.ª Dimensão»
20.30 – Série: «Uma Família às Direitas»
21.00 – Jornal das Nove
21.35 – Contraponto
22.35 – Meu Filho, Meu Filho
23.35 – Uma Boa Idéia

Sábado

RTP1

09.00 – Concurso: «A Quinta do Dois»

10.50 – Série: «No Reino Monchichi»
11.15 – Juventude e Família
13.00 – Sumário
14.00 – Parlamento
14.30 – ABZ
17.00 – Série: «Tudo em Cima»
17.45 – 20 Anos
18.45 – Super Trinta
19.45 – Totoloto
20.00 – Jornal de Sábado
20.30 – Boletim Meteorológico
20.35 – Sete Folhas
21.05 – Série: «Dallas»
22.00 – Ora Viva
23.30 – Pela Noite Dentro: «Amar não é Pecado»

RTP2

12.30 – Novos Horizontes
12.35 – Meu Bicho Meu Amigo
13.10 – Troféu
20.00 – Eurocinema: «Os Orgulhosos»
21.30 – 01 Magazina Informática
21.45 – Concorde ou Talvez Não: «Condição Masculina»
23.15 – Video Clube
23.30 – Troféu

Domingo

RTP1

09.00 – Juventude e Família
10.45 – TV Rural
11.15 – Missa
12.05 – 70 vezes 7
12.35 – Série: «O Almoço está na Mesa», último epis.
13.00 – Sumário
13.10 – Série: «Os Roberts»
13.40 – Arco Íris
15.10 – Primeira Matinée: «Romeu e Julieta»
17.30 – Clube Amigos Disney
19.00 – Série: «O Justiciero»
20.00 – Jornal de Domingo
20.30 – Boletim Meteorológico
20.35 – Noites Tranquilas no Loucuras: Artur Garcia
21.00 – Série: «Amor em Fuga», último epis.
22.00 – Domingo Desportivo
23.05 – Dizem os Astros

RTP2

10.00 – Troféu
12.30 – Magazine
12.50 – Caminhos
13.05 – Música na América
13.35 – Série: «A Vida à nossa Volta»
14.00 – Série: «Destino Aventura»
15.00 – Série: «Miss Marple Investiga»
16.00 – Troféu
18.00 – Fantasia e Realidade
18.30 – Série: «O Homem e a Morte»
19.00 – Entrada Livre
19.30 – Ler Portugal
20.05 – Série: «O Triunfo do Ocidente»
21.15 – Série: «Quatro Compositores Americanos»
22.00 – Cine-Clube: «Amor entre Ruínas»

Segunda

RTP1

10.00 – Às Dez
12.15 – Telenovela: «Cambalacho»

13.00 – Jornal da Tarde
17.30 – Brinca Brincando
18.00 – Sumário
18.05 – Série: «Santa Teresa D'Avila», 1.º epis.
19.30 – Telejornal
20.00 – Boletim Meteorológico
20.10 – Telenovela: «Palavras Cruzadas»
20.50 – Sargento Getúlio
22.25 – 24 Horas
22.55 – Boa Noite: Bailado
23.00 – Remate

RTP2

14.15 – Telenovela: «Novo Amor»
15.05 – Agora, escolha!
16.30 – Notícias
16.35 – Trinta Minutos Com... Carlos do Carmo
17.05 – Countdown
18.00 – Estádio
19.00 – Nino Show
20.05 – Série: «Uma Família às Direitas»
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Montra de Livros
21.35 – Teatro Estrangeiro – «As Bacantes», 1.ª parte.

Terça

RTP1

10.00 – Às Dez
12.15 – Telenovela: «Cambalacho»
13.00 – Jornal da Tarde
13.35 – Ciclo Preparatório
17.30 – Brinca Brincando
18.00 – Sumário
18.05 – Série: «Santa Teresa D'Avila»
19.30 – Telejornal
20.00 – Boletim Meteorológico
20.10 – Telenovela: «Palavras Cruzadas»
20.50 – Primeira Página
21.45 – Pedro o Grande
23.15 – Boa Noite: «Bailado»
23.50 – Remate

RTP2

14.15 – Telenovela: «Novo Amor»
15.05 – Agora, escolha!
16.30 – Notícias
16.35 – Trinta Minutos Com...
17.05 – Countdown
18.00 – Estádio
19.00 – Nino Show
20.05 – Série: Dimensão
20.30 – Série: «Uma Família às Direitas»
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Montra de Livros
21.35 – Teatro Estrangeiro: «As Bacantes», 2.ª parte.

Quarta

RTP1

10.00 – Às Dez
12.15 – Telenovela: «Cambalacho»
13.00 – Jornal da Tarde
13.35 – Ciclo Preparatório
17.30 – Brinca Brincando
18.05 – Série: «Santa Teresa D'Avila»
19.30 – Telejornal
20.00 – Boletim Meteorológico
20.05 – Vamos Jogar no Totobola
20.20 – Telenovela: «Palavras Cruzadas»
21.00 – Lotação Esgotada: «My Fair Lady – Minha Linda Lady»
23.50 – 24 horas
00.20 – Boa Noite: «Opus Ensemble»
00.25 – Remate

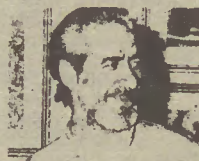
RTP2

14.15 – Telenovela: «Novo Amor»
15.05 – Agora, escolha!
16.30 – Notícias
16.35 – Trinta Minutos Com...
17.05 – Countdown
18.00 – Estádio
19.00 – Nino Show
20.05 – Série: «5.ª Dimensão»
20.30 – Série: «Uma Família às Direitas»
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Montra de Livros
21.35 – Série: «Paródia»
22.00 – Clube Português de Imprensa
22.30 – O Som da Surpresa: «Jazz»



Nikias Skapinakis

LISBOA



nográfica. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a sáb./10.00 às 17.00 (até 31/4).

Alda Nobre, Madalena Coelho e Pedro Tutela – Pintura. Galeria Bertrand do Chiado, Rua Garrett.

Álvaro Carneiro – Escultura. Sociedade Nacional de Belas Artes. Rua Barata Salgueiro, 36. Diariamente, das 14.00 às 20.00. Inaugura dia 1 (até 26/4).

Amaral da Cunha – Escultura. Galeria Quadrado, Coruchéus. Das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (excepto domingos).

80 Anos de Arte Moderna Portuguesa. Galeria de S. Bento, Rua do Machado, 11. Diariamente, das 10.00 às 24.00 (até 11/4).

Costa Pinheiro – Pintura. Galeria «111», Campo Grande, 113. 2.ª a 6.ª, 10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb. 10.00 às 13.00.

Ernesto de Sousa – Fotografia. Galeria Diferença, Rua de S. Filipe Néri, 42. De 3.ª a 6.ª, das 15.00 às 20.00; sáb. e dom., das 16.00 às 20.00.

Francisco d'Almada – Multifacetado Arte, Centro Comercial Gemini, loja 65, Rua Sousa Lopes.

Gabriela Tomé – «Vestário como Adepto». Museu Nacional do Traje, Lumiar.

«O Gato como Motivo na Obra do Artista» – Casa da Imprensa, Rua da Horta Seca, 20. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 20.00 (até 6/4).

Hélder Batista, escultura e medalhas. Livr. da Imprensa Nacional, R. Marquês Sá da Bandeira, 16-A.

Helena de Almeida – Fotografias. Centro de Arte Moderna, Galeria de Exposições Temporárias, Rua dr. Nicolau Bettencourt.

Henrique Ruivo – Anamnésis, Galeria Ana Isabel, Rua da Emenda, 111. 1.º. De 2.ª a sáb., das 14.00 às 19.00 (até 4/4).

«Hors Tendances» – exposição colectiva de cinco artistas franceses, na Galeria de Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian.

Índios da Amazônia – Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira, ao Restelo, 3.ª a dom., 10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00 (até final do ano).

«A Inquisição em Portugal» – biblio-ico-

Os Instrumentos Musicais e as Viagens dos Portugueses – Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira (Restelo).

João Vieira – Ganchos. Atelier 2, Rua da Emenda, 66-3.º. Inaugura dia 3.

Maria José Tomás – Pintura «Fragmentismo». Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 36. Diariamente, das 14.00 às 20.00.

Miguel da Silva – «Caminhos». Alliance Française, Rua Bramcamp, 13-1.º. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 19.30 (10/4).

Mike Felten – Pintura. Galeria de Arte da livraria Bertrand (ao Chiado).

H. Mourato – Pintura. Galeria Paulino Ferreira, Rua Nova da Trindade, 18-B. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 12.30 e das 14.30 às 19.00; sáb. das 9.00 às 13.00.

Museu Nacional de Arte Moderna – Galeria Almada Negreiros, Av. da República, 16. Todos os dias (excepto 2.ª), das 10.00 às 12.00.

Nadir Afonso, pintura (retrospectiva, anos 40 a 80). Gal. Bertrand, R. Anchieta (Chiado).

Paiva Raposo – Pintura e gravura. Galeria S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª, das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00; sáb., das 10.00 às 13.00 (até 7/4).

Pedro Amâncio – Gal. de Artes 6.0.1, Centro Comercial S. João de Deus, Av. António José de Almeida, 7. 3.ª a dom., 12.00 às 20.00.

Pedro Homem de Melo – «O Orgânico e o Geométrico». Espaço Poligrupo/Renascença, Rua Ivens, 14. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 20.00; sáb., das 9.00 às 14.00.

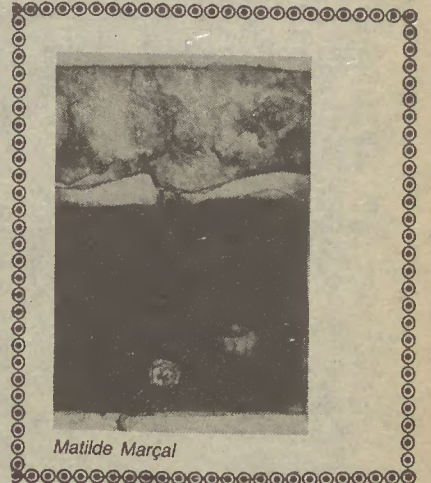
Pedro Portugal – Pintura. Módulo, Av. António Augusto de Aguiar, 56. 5.º dt.º. De 2.ª a sáb., das 16.00 às 20.00 (até 9/4).

Pepe Diniz – «Notas Novaioquinas», fotografia. Gal. Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a dom., das 10.00 às 17.00.

Rocha Pinto – Pintura. Galeria Altamira, Rua Filipe Folque, 48-A. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00; sáb., das 10.00 às 13.00 (até 8/4).

Sam – «Funis e Torneiras». Fonte Nova Galeria de Arte. CC Fonte Nova.

Teresa Inácio – Pintura. Olharte Galeria, Calçada do Cardal,



Matilde Marçal

18. De 3.ª a dom. das 16.00 às 20.00 (até 5/4).

Yersan – Gravura e litografia. Galeria de Exposições Temporárias, Fundação Gulbenkian, Av. de Berna, 45. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

Valente Alves – Fotografia. Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 36. Diariamente, das 14.00 às 20.00. Inaugura a 6 (até 26/4).

Viena 1900, apresenta-se – Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 36. Todos os dias das 14.00 às 20.00.

«Vila 1900, apresenta-se» – Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 36. Todos os dias das 14.00 às 20.00.

«Vila 1900, apresenta-se» – Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 36. Todos os dias das 14.00 às 20.00.

«Vila 1900, apresenta-se» – Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 36. Todos os dias das 14.00 às 20.00.

«Vila 1900, apresenta-se» – Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 36. Todos os dias das 14.00 às 20.00.

«Vila 1900, apresenta-se» – Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 36. Todos os dias das 14.00 às 20.00.

«Vila 1900, apresenta-se» – Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 36. Todos os dias das 14.00 às 20.00.

«Vila 1900, apresenta-se» – Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 36. Todos os dias das 14.00 às 20.00.

«Vila 1900, apresenta-se» – Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 36. Todos os dias das 14.00 às 20.00.

«Vila 1900, apresenta-se» – Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 36. Todos os dias das 14.00 às 20.00.

«Vila 1900, apresenta-se» – Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 36. Todos os dias das 14.00 às 20.00.

«Vila 1900, apresenta-se» – Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 36. Todos os dias das 14.00 às 20.00.

12/4) – ALMADA. **Manuel Baptista** – Pintura. Centro Cultural de S. Lourenço, até 10/4 – ALMANSIL.

«Horizontes Matemáticos» – Museu Nacional da Ciência e da Técnica, Rua Fernandes Tomás, De 3.ª a dom., das 10.00 às 17.00 (até 30/4) – COIMBRA.

Oscar d'Almeida – Associação Académica de Coimbra, Centro de Estudos de Fotografia, Rua Padre António Vieira – COIMBRA.

Collectiva – Desenho, pintura e escultura. Galeria de Constância, Rua Luís de Camões, De 4.ª a dom., das 14.00 às 20.00 (até 21/4) – CONSTÂNCIA.

Laura Cesana – Pintura. Junta de Turismo da Costa do Sol. Arcadas do Parque. Diariamente das 9.00 às 19.00 (até 15/4) – ESTORIL.

Ena Berta – Pintura. Galeria Lapub, Rua D. Luís I, bloco B-r/c (12/4) – FIGUEIRA DA FOZ.

Chichorro – Pintura. Pousada de Palmeira – PALMEIRA.

«Resistência Alemã 1933-1945» – Museu Nacional de Peniche. Inaugura em 5/4 (até 19/4) – PENICHE.

Maria Manuel Simão – Desenho e Pintura. Centro Cultural Regional, Rua dr. Joaquim Luís Martins, 16. De 2.ª a 6.ª das 15.00 às 19.00 e das 21.00 às 22.00; sáb. e dom. das 15.00 às 19.00 (até 5/4) – SANTARÉM.

Nuno Henrique de Castro e Susana de Barros – Pintura e cerâmica. Junta de Freguesia de S. Julião, De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 12.00 e das 14.00 às 18.00 (até 9/5) – SETÚBAL.

Ourlivesaria – Colecção do Palácio Nacional da Pena. (Até 31/5). Palácio da Pena – SINTRA.

Carlos Lança – Pintura. Galeria de Arte de Tavira, Rua Jacques Pessoa, 17. Das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (até 17/4) – TAVIRA.

Collectiva – Bual, Cargaleiro, Cesariny, Dourdil, Gitelo, Matilde Marçal. Galeria Neurergerama. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00; sáb., das 10.00 às 13.00 e das 17.00 às 18.00 (até 18/4) – TORRES NOVAS.

Fotografia Contemporânea Mundial – Centro Cultural Regional, Rua Tenente Manuel Maria Bessa Monteiro, 3 – VILA REAL.

Cinema

A selecção

...e ainda

Música, debates, etc.

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Alcino e o Condor	—	—	—	★★	—
B	Balada da Praia dos Cães	—	★★★	★★	★★★	★★★
C	A Cor do Dinheiro	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
D	O Local do Crime	★★★	★★★★	★★★	—	—
E	Matador	—	★★★	★★	—	—
F	Mona Lisa	★★★	★★★	★★★★	★★★	★★★
G	O Nome da Rosa	★★★	★★	★	★★	★★★
H	Perigosamente Juntos	—	—	★★	—	—
I	Platoon - Os Bravos do Pelotão	★★★★★	★★★★	★★★	★★★	★★★★★
J	Thérèse	★★★	★★★★	★★★★	★★★★	—

Classificação de 1 a 5

- A — Real. Miguel Littin — Quarteto/4 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa
 B — Real. José Fonseca e Costa — Castil (15.30, 18.30, 21.30), Nimas (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Star (15.00, 18.15, 21.30) — Lisboa.
 C — Real. Martin Scorsese — Amoreiras/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Mundial/3 (13.45, 16.15, 18.45, 21.15), Tivoli (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 D — Real. André Techiné — Quarteto/3 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 E — Real. Pedro Almodovar — Estúdio 444 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30), Quarteto/2 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 F — Real. Neil Jordan — Amoreiras/4 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 24.00), Alfa/4 (15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 24.00) — Lisboa.
 G — Real. Jeans-Jacques Arnaud — Alfa/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Amoreiras/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Berna (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 H — Real. Ivan Reitman — Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras/3 (13.45, 16.15, 18.45, 21.45, 24.00), Gemini (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Mundial/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), S. Jorge/1 (15.30, 18.30, 21.30) — Lisboa.
 I — Real. Olivier Stone — Condes (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Hollywood/1 (14.15, 16.30, 19.00, 21.30, 23.45), Las Vegas/1 (15.15, 18.15, 21.30), Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 J — Real. Alain Cavalier — Quarteto/1 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.

Cinema

Na Sede da Associação Portuguesa-URSS, rua S. Caetano, 30, amanhã, às 21.30 sessão de cinema: «Parada de Planetas», realização de Vadim Abdrachitov de 1985.

Na Cinemateca Portuguesa, rua Barata Salgueiro, 39, Francis Ford Coppola em Contexto: A Noite é Perversa/1967, hoje, às 21.30; O Vale do Arco Iris/1968, dia 3, às 18.30; Dementia 13/1963 dia 6, às 18.30; Targets/1967, Uma Mulher da Rua/1972, dia 6, às 21.30; The Knack /1965, dia 7, às 18.30; Mickey One/1965, dia 7, às 21.30.

Encontro com o Cinema Português: Junqueira/1983; A Mulher do Filósofo/1982; e Confidências/1987 hoje, às 18.30.

Forum Picoas, av. Fontes Pereira de Melo, 38; Ciclo New York, New York: Os Cavaleiros do Asfalto/1973 de Martin Scorsese, dias 3 e 4; Broadway Danny Rose — O Agente da Broadway, de Woody Allen, dias 5 e 7 com os seguintes horários: 19 e 22 horas e sáb., dom. e feriados, às 16, 19 e 22 horas.

Fundação Gulbenkian, av. de Berna, 45. Também aqui, Francis Ford Coppola em Contexto: Dementia 13/1963, O Vigilante/1974, dia 3, às 21.30; O Padrinho/1971, dia 4 às 15.30; O Padrinho — 2.ª parte/1974, dia 4, às 21.30; The Film-maker/1969 e Chove no meu Coração/1969, dia 5 às 18.30; Cotton Club /1984, dia 5, às 21.30. Instituto Franco-Português, av. Luís Bivar, 91. A Via Láctea/1968, de Luís Buñuel, hoje, às 18.30. Estará também em exibição um ciclo dedicado ao cinema surrealista.

Bailado

No Teatro Municipal de S. Luiz, rua

António Maria Cardoso, a Companhia de Dança de Lisboa, nos dias 2 e 3, às 21.30; dia 4, às 16.30 e 21.30; e dia 6, às 16.30 apresenta o seguinte programa: Saga, coreografia de Mary-Jane O'Reilly; Lusitânia, coreografia de Rui Horta; Memno, coreog. de José Seabra e Bolero com coreog. de Igal Perry.

Música

Coliseu dos Recreios, rua das Portas de Santo Antão: Dias, 2 e 3, às 21.30, concerto de Amália Rodrigues, acompanhada pelos seus músicos habituais.

Fundação Gulbenkian, av. de Berna, 45. Dia 2, às 21.30 e 3, às 18.30, a Orquestra Gulbenkian, sob a direcção do maestro Jan Latham-Koenig, solista, Frence-Maria Uitti, violoncelo, executa obras de Verdi, Berio e Brahms; dia 5, às 12.00, no Átrio da Biblioteca-Museu, concerto pelo Trio de Cordas Capela; dia 6, às 18.30, Emerson String Quartet, executa obras de Mozart, Gunther Schuller e Mendelssohn; dia 7, às 18.30, recital com o barítono Robert Lloyd.

Teatro Nacional D. Maria II, Rossio. Dia 4, às 16.00, «A Valsa apresenta-se...» valsas de Johann Strauss transcritas por Schoenberg, Berg e Webern, por João Paulo Santos, piano e direcção.

Teatro Nacional de S. Carlos, largo de S. Carlos. Dia 5, às 16.00 e dia 7 às 20.30, ópera Klü, de Luís Pablo.

Teatro Nacional de S. Luiz, rua António Maria Cardoso. Dia 5, às 11.00 Maria José Guedes, piano, interpreta Quadros de uma Exposição, de Musorgsky; dia 7 às 18.30, Jorge Montenegro, piano, interpreta a Sonata n.º 2, de Chopin.

Concurso

Entendeu a Direcção da Festa do «Avante!», que se realizará este ano nos dias 4, 5 e 6 de Setembro no Alto da Ajuda em Lisboa, promover um concurso para a elaboração do Cartaz da Festa. As propostas, a entregar, até ao próximo dia 20/4/87, deverão satisfazer as seguintes normas:

Normas do concurso

- 1 O Cartaz deverá conter as seguintes ideias de força:
 - Festa/Cor/Alegria/Multidão
 - Juventude/Criatividade
 - Liberdade/Democracia/Paz
 - Trabalho/Luta
- 2 Indicação dos dias da Festa — 4, 5 e 6 de Setembro Alto da Ajuda
- 3 O Cartaz será impresso no formato 50x70 e 70x100, podendo ir até 4 cores
- 4 As maquetas devem ser apresentadas com a dimensão de 35x50
- 5 Prazo de entrega das propostas: até 20 de Abril de 1987 na Avenida António Serpa, 26, 2.º Esq., Lisboa. As propostas recebidas serão expostas, no âmbito da Festa do «Avante!» de 1987



Teatro

O Cartaz



Uma cena de «Morte no Bairro»



Uma cena do espectáculo «O Motim»

LISBOA

1.º Acto, R. Eduardo Augusto Pedrosa, 16-A, Algés. Alzira Power, de António Bivar, pelo Grupo Teatro Espaço, enc. de Águeda Sena.

Comuna, Pç. de Espanha. De 3.ª a sáb., 21.30; dom., 17.00. Victor — ou as Crianças no Poder, de Roger Vitrac, enc. João Mota; sáb. e dom., às 17.00 — O Tesouro, de Eça de Queirós.

Grupo de Teatro da Sociedade de Instrução Guilherme Cossoul — Av. D. Carlos I, 61-1.º. Morte no Bairro, de Alfonso Sastre, enc. de Hermínio Fernandes. Sábado, às 21.30 e domingo às 16.00.

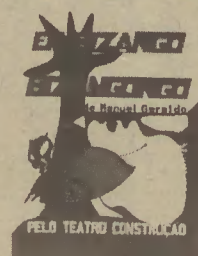
Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a sáb., 20.30 e 22.45; dom., 16.00, 20.30 e 22.45. Escrita em Dia, nova versão de Isto é Maria Vitória, de H. Santana, Nicholson, Bracinha, M. Zambujal, enc. Ivone Silva.

Sala de Teatro do IFICT, Rua de Santiago, 19 (junto ao Mira-

douro de St.ª Luzia). 2.ª, 3.ª e 4.ª, às 19.00; 5.ª, 6.ª e sáb., às 21.30. Um Jipe em Segunda Mão, de Fernando Dacosta, pelo Grupo de Teatro Maizum, enc. de Adolfo Gutkin (até 25/4).

Teatro Aberto, Praça de Espanha. 2.ª a 5.ª, às 21.30; dom., 16.00 e 21.30. O Jardim das Cerejas, de Anton Tchekov, enc. de João Lourenço.

Teatro Construção — na sala da Barraca, Rua Alexandre Herculano, 70, sexta e sábado,



do, às 21.45. Em Bizango de Bizango, de Manuel Geraldo.

Teatro Estúdio de Lisboa, Teatro Vasco Santana, Entrecampos, 3.ª a sáb., às 21.30; dom., às 17.00. Sylvia Plath — Quem

a Matou?, de Barry Kyle, enc. Luzia Maria Martins.

Teatro Ibérico, Convento de Xabregas, R. Xabregas, 54. De 3.ª a sáb., às 21.30; dom., às 17.00. A Vida é Sonho, de Calderón de la Barca, enc. Xosé Blanco Gil.

Teatro Laura Alves, Rua da Palma, 251. Diariamente às 20.30 e 22.45; dom. às 16.00. Cé Estão Eles!, de César de Oliveira e Varela Silva.

Teatro Nacional D. Maria II, Rossio. De 3.ª a sáb., às 21.30; dom., às 16.00. Anatol de Artur Schnitzler, enc. Ricardo Pais.

Sala Experimental. De 3.ª a sáb., às 21.45; sáb. e dom., às 16 e 30. O Diabíno da Mão Furada, versão e encenação de Hélder Costa.

Teatro da Trindade, R. Nova da Trindade, A Mulher do Campo, de W. Wicherley, enc. Luis Miguel Cintra. De 2.ª a sáb., às 21.00; dom., às 16.00.

Variedades, Parque Mayer. De 3.ª a dom., às 21.30; dom., às 16.00. Aquil Há

Fantasmas. Texto e enc. de Henrique Santana.

PORTO

Teatro, Rua do Heroísmo, 86. 5.ª e 6.ª, às 21.30; sáb. e dom. às 16.30 e 21.30. Merope — Liberdade ou Mortel, baseado em textos de Almeida Garrett, pelo TEAR. Recolha de textos e enc. de Castro Guedes.

Teatro Campo Alegre, R. do Campo Alegre, 3.ª a sáb., 21.45; dom., 16.00 e 21.45. O Motim, de Miguel Franco, enc. de Norberto Barroca, mús. de Paulino Garcia, intérp. António Reis, Estrela Novais, Alfredo Correia, Luis Cunha.

SETÚBAL

Teatro de Bolso, pelo Teatro de Animação de Setúbal, de 5.ª a dom. às 21.30. Até Amanhã, sobre textos de Jaime Salazar Sampaio.

Para Crianças

LISBOA

Comuna, Praça de Espanha, sáb. e dom.,



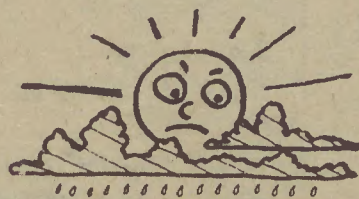
às 15.00. Sala 1: O Tesouro, de Eça de Queirós, enc. de Geraldo Tucho e Zé Gouveia. As 17.00, A Viagem, de Sophia de Mello Breyner, pelo Teatro o Bando, enc. de João Brites.

Teatro ABC, Parque Mayer. Sáb. às 18.30, dom. às 11.00. Fecha os Olhos... Entra na História, de Alexandra Solnado, enc. de Josefa Alvarenga.

TIL — Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb., dom. e feriados, às 15.30. O Choupo Andarilho, de Ferreira Caetano, enc. Kim Cachopo. As 17.30, sáb., dom. e feriados «O Avestruz Mecânico», histórias de José Lemos.

Tempo

Fim de Semana



A previsão do Instituto de Meteorologia e Geofísica para o próximo fim-de-semana é de: céu muito nublado com períodos de aguaceiros.

D. Melnikov, L. Tchernaia
O CRIMINOSO Nº1
 O regime nazi e o seu Führer

• Como se tornou possível em pleno século XX a formação do regime nazi?
 • Quais as forças que promoveram e apoiaram Hitler e conseguiram desencadear um genocídio maciço?
 • Teria Hitler forças transcendentes, demoníacas que explicariam o seu poder sobre o povo alemão?

Este livro descobre a verdadeira personalidade de Hitler baseada em dados documentais e de publicações dos últimos anos.

edições Avante!

• Teria Hitler forças transcendentes, demoníacas que explicariam o seu poder sobre o povo alemão?

a TV

Mudar de nome — e ficar pior

Peço desculpa. **Telejornal** já não é o pior do mundo e 24 horas já tem quem lhe faça concorrência. Refiro-me ao **Jornal de Sábado** e ao **Jornal de Domingo**.

A prova da sua mediocridade e da sua vocação política está neste simples pormenor: até o próprio **Telejornal** teve vergonha — e mudou de nome!

Quando é que a indecorosa «informação», também ela, coitada, tem direito ao fim-de-semana?

Um descaramentozinho

Esta aconteceu também num negregado **Jornal de Domingo**.

Veio doze minutos depois da hora. A televisão portuguesa deve ser a única, no mundo, que se dá ao luxo de violar o horário do principal boletim informativo, no que denota ausência do sentido de responsabilidade e ainda falta de respeito pela audiência.

Pois o locutor teve o descaramento de chamar àquilo «um pequeno atraso»!

Enfim, um atraso... de vida.

Ó Hipocrisia!

Pirlampo Mágico: uma iniciativa para angariação de fundos em favor das crianças inadaptadas que não contam com o necessário apoio do Governo, que tem vindo mesmo a diminuir escandalosamente.

Qual não foi o nosso espanto quando vimos aparecer na televisão um ministro do Governo, por acaso o ministro da Educação, a cantar loas à campanha e a pedir para ela o favor público!!!

Depois disto, já de nada me admiro. Nem daquela notícia de uma cadela (na Califórnia, claro!) que pariu leitões.

Aquela concepção de jornalismo...

Vieram a público notícias que implicam certas forças do nosso país em campanhas internacionais de muita gravidade.

Parece que uma imprensa que tal faz se dignifica a si própria e ao jornalismo em geral. Pois há quem não pense assim. Por exemplo, o ministro Leonardo Ribeiro de Almeida.

Ei-lo no **Telejornal** preocupado, sim, mas com outra questão: **Como é que matérias ainda em segredo de justiça vêm cá para fora?**

Pois é, D. Leonardo. Tem razão. A imprensa só devia publicar matérias enviadas pelo Governo, ou com sua autorização...

Ih, como D. Leonardo está atrasado!!!

Na escalada do veneno

Telejornal, é assim: vai um repórter e pergunta; vai um ministro e responde.

Em geral, o veneno está na resposta, como bem se compreende. Mas **Telejornal** acha que isso é pouco, que essa fase está ultrapassada e agora o veneno começa logo pela pergunta.

Foram ouvir Adriano Moreira, agora muito em foco na TV e pergunta-lhe a repórter:

Pensa que é do interesse do país deixar cair este governo?

Tal qual. Eu ia a escrever «grosseira» para caracterizar esta manipulação. Desisti. Deixo isso a cargo dos leitores.

Então esse famoso «diálogo?»

Falei há pouco do ministro João de Deus Pinheiro, a propósito...

Telejornal foi ouvi-lo na sequência das greves dos professores, cujo sindicato acusa o ministro de fuga ao diálogo. Como se sabe, o ministro costuma gabar-se muito das suas virtudes dialogantes. Mas quando lhe deram conta da acusação do sindicato, João de D. Pinheiro enxofrou-se todo:

— Nada na lei — diz ele — me obriga a receber os sindicatos...

Ou seja: os diálogos que o ministro prefere são aqueles que funcionam... como monólogos...

«Vá perguntar isso aos trabalhadores»

Na rubrica «Parlamento», num frente-a-frente entre um membro do Governo, o secretário do desemprego, desculpem, do Emprego, Fernando Marques, e o deputado comunista Jerónimo de Sousa.

O comportamento de Fernando Marques, pela mediocridade dos seus métodos e pelos métodos da sua mediocridade, é bem o espelho da baixa qualidade deste (à hora em que escrevo) ainda Governo. Um Governo com elementos desta altura tem de ser, necessariamente baixo...

Os seus ataques à Intersindical foram tão acintosos que levaram Jerónimo de Sousa a lembrar-lhe que a sessão não era com a Intersindical, mas com o Partido Comunista. De facto, a especialidade deles na televisão é isso: bater em quem não está presente...

Negou que o desemprego tenha aumentado em Portugal e invocou até estatísticas da CEE. Isto no mesmo dia em que os jornais portugueses publicavam números escolhidos da CEE: o desemprego aumentara 5,9% em Espanha, 3,1% na Itália e 5% em Portugal...

Não desmentiu que a maioria dos contratos de trabalho são a prazo, mas atirou com as culpas disso para o PS, criador dos trabalhos a prazo. Como é que este Governo pensa acabar com eles? «Flexibilizando» a Lei Laboral, ou seja, despedindo à vontade...

Na sua opinião, a lei actual é injusta, pois protege quem está empregado, em desfavor de quem está desempregado!!! Jerónimo de Sousa bem podia argumentar com a experiência histórica de que o aumento do desemprego não favoreceu os jovens e que é um crime pretender atirar os jovens contra os mais idosos, apresentando-os como inimigos: aquela cabecinha é uma rocha onde não entra nada.

Seu único intuito era a propaganda. Que o Governo governa bem, que tem a confiança do povo português...

— Vá perguntar isso aos trabalhadores da Centrel, da UTIC, do Tramagal, da Panasqueira, etc., etc. — respondia Jerónimo de Sousa.

Ele não ouvia. Mas desta vez, o Povo português ouviu.

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

O pânico da direita

Os cinco pequenos recortes de hoje são outros tantos instantâneos da actual crise política. Por eles perpassa o pânico que a direita tem de tudo o que cheira a entendimento entre os partidos democráticos.

«Não estamos vocacionados»

● «Recordo também a V. Exa. que, nos termos constitucionais, o Governo responde politicamente perante a Assembleia da República, que esta começou por viabilizar o programa do Governo e em Junho do ano passado voltou a reiterar-lhe expressamente a confiança.

«Sabe V. Exa. que, em condições normais, temos mostrado total abertura para o diálogo, já concretizado em vários encontros.

«Porém, pela forma como o meu Governo tem pautado a sua acção, o seu partido já devia ter concluído que não estamos vocacionados para nos envolvermos em jogadas políticas que nada têm a ver com o interesse de Portugal e dos portugueses. O seu partido deve assumir, sem subterfúgios, a responsabilidade pelas crises políticas de que é co-autor.

«Com os meus melhores cumprimentos e elevada consideração.»

(Cavaco Silva, carta ao secretário-geral do PS, «Correio da Manhã», 31 Março)

● «Ao contrário de V. Exa., quando destruiu em 1985 o Governo de coligação PS/PSD, em nome de reformas estruturais que, até hoje, não foi capaz de realizar, eu não fiz nenhum ultimato público, divulgando as condições que pretendia negociar» — afirma o documento.

«As acusações de V. Exa. de que se trata de uma encenação política não têm fundamento objectivo» — salienta Vítor Constâncio na carta enviada.

(Vítor Constâncio, resposta a Cavaco Silva, «Correio da Manhã», 31 Março)

Em nome do patriotismo da responsabilidade e da não-burrice

● «Ora, manda a verdade reconhecer não se apresentar fácil — para não se dizer possível — a concretização de uma alternativa credível a Cavaco Silva, no actual quadro parlamentar.

De facto, o PS já deu a entender só estar interessado em governar após eleições, não parecendo, para mais, fácil um entendimento entre socialistas e eanistas.

Por outro lado, mesmo que tal entendimento fosse possível, seria necessária a cobertura comunista no Parlamento à acção do futuro Executivo, solução esta dificilmente do agra-

do de Mário Soares, bem como de muitos sociais-democratas que militam no PS.

Daí que a aprovação da Moção de Censura só possa conduzir a novas eleições.

E, nesse caso, quer se goste ou desgoste de Cavaco, o PSD estará sempre em condições de ver a sua posição eleitoral reforçada.

Daqui poderá inferir-se que a apresentação da Moção de Censura — com o objectivo de dificultar a acção ao PS e ao Presidente da República — ou assentou na pressuposição de que os socialistas se absteriam, perdendo votos para o PRD e para os comunistas, ou, então, foi o gesto mais impensado dos «renovadores», já que poderá dar a vitória a Cavaco Silva.

Votar-se a favor da Moção de Censura, nas presentes condições, é algo que fará, certamente, sentido para os comunistas e quiçá para os «renovadores» mais preocupados com a integração da Estónia na URSS.

Mas é, também, algo que não se justifica, seguramente, que os socialistas venham a fazer, podendo ser responsabilizados por

uma crise desencadeada por outros e que não servirá o interesse nacional.

O País precisa de estabilidade, o que, não sendo sinónimo de inevitabilidade de aceitação do Governo existente, implica sempre que só se provoque a queda de um executivo quando se tem ao alcance uma solução alternativa que melhore as condições de exercício do Poder Político.

Haverá quem veja nesta posição, clara e transparente, sinais de inquietante heterodoxia direita.

Mas antes ser-se heterodoxo do que antipatriótico, irresponsável ou, ainda, burro...

(António Rebelo de Sousa, «Jornal do Comércio», 31 Março)

As crises e a elegância

● «Quer isto dizer que Mário Soares, mal saia do avião, tomará nas mãos a «batata quente» que Ramalho Eanes e o seu ex-partido, o PS, cozinharam durante a sua ausência, particularmente significativa se for tido em conta que o actual Presidente da República sempre reivindicou para si um papel moderador, capaz de anular as crises políticas antes de estas se tornarem politicamente desestabilizadoras.»

(«Correio da Manhã», 31 Março)

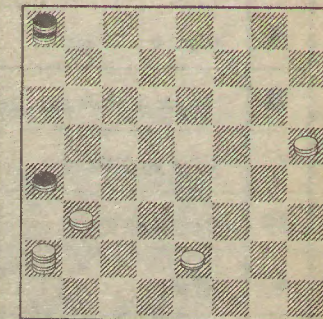
● «O Presidente da República está «profundamente desagradado» com o facto de o debate da moção de censura ao Governo se realizar (como se previa ontem) durante a sua visita ao Brasil. De acordo com uma fonte muito próxima de Mário Soares, citada por J. Fragoso Mendes, enviado especial do DN, o Presidente considera «muito deselegante» que uma eventual crise política venha a desencadear-se com o chefe de Estado ausente do País.»

(«Diário de Notícias», 31 Março)

Damas

XCVI — 2 de Abril de 1987
PROPOSIÇÃO N.º 96

Por: Francisco Henriques — Almeirim
«Palavras Cruzadas», 1942
Br.: 6-(8)-12-17 Pr.: 16-(32)



Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 96
Almada, 1977.VII.9
Br.: Hermínio Medalha da Silva
Pr.: José António Moreira (Porto)

1. 10-14, 24-20; 2. 12-15, 28-24; 3. 14-18, 21-14; 4. 11-18, 20-11; 5. 7-14, 22-13; 6. 9-18, 24-20; 7. 6-11, 20-15; 8. 11-20, 23-16; 9. 4-7, 32-28; 10. 2-6, 26-22; 11. 5-9, 22-13; 12. 9-18, 28-23; 13. 1-5, 29-26; 14. 6-11, 27-22; 15. 18-27, 31-22; 16. 11-15, 22-18; 17. 14-21, 25-18; 18. 5-10, 26-22; 19. 7-12, 16-7; 20. 3-12, 30-26; 21. 12-16, 26-21; 22. 15-20, 23-19; 23. 20-23, 18-14; 24. 10-13, 14-10; 25. 23-28, 10-5; 26. 28-32, 5-2; 27. 32-25, 22-19; 28. 13-17, 2-24; 29. 25-4, 24-31; 30. 16-20, 31-22; 31. 20-24 e as Brancas ganham.

GOLPE N.º 96
Por: W. Beattie e R. Martins

1. 10-14, 23-20; 2. 5-10, 20-25; 3. 12-19, 22-15; 4. 11-20, 24-15; 5. 1-5, 27-22; 6. 14-19, 21-17; 7. 10-14, 25-21; 8. 5-10, 31-27; 9. 7-11? Perden! (Br.: 2-3-4-6-8-9-10-11-14-19 Pr.: 15-17-21-22-26-27-28-29-30-32) Jogam as Pretas e ganham.

SOLUÇÕES DO N.º XCVI

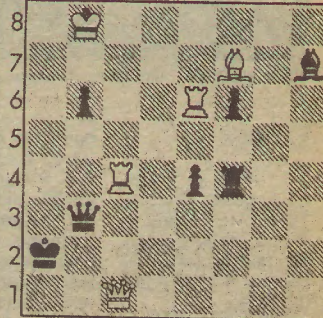
N.º 96 (FH): 12-15, 16-12; 15-20, 12-19; 20-23, 32-3; 8-41+
Golpe N.º 96 (WB e RM): 9. 22-18; 10. 11-20, 18-11; 11. 6-15, 27-23; 12. 20-27, 30-5+

A. de M. M.

Xadrez

XCVI — 2 de Abril de 1987
PROPOSIÇÃO N.º 96

Por: P. Sola
«Hufvudstadsbladet», 1934
Pr.: (7): Psb6, é4, f6-Bh7-Tf4-Db3-Ra2



Br.: (5): Bf7-Ts.c4, é6-Dc1-Rb8
Mate em dois lances

JOGO N.º 96
Reykjavik, 1987
Br.: N. Short — Pr.: L. Ljuboevic

1. é4, c5; 2. Cf3, d6; 3. d4, c:d4; 4. C:d4, Cf6; 5. Cc3, a6; 6. Bc3, é6; 7. f3, Bc7; 8. Dd2, b5; 9. g4, Bb7; 10. 0-0-0, 0-0; 11. h4, Cc6; 12. C:c6, B:c6; 13. g5, Cd7; 14. Cc2, d5; 15. Cd4, Bb7; 16. Bh3, Cc5; 17. Dc1, Cc4; 18. f4, C:c4; 19. D:c4, Da5; 20. Rb1, d:c4; 21. C:c6, Tf6; 22. h5, Bc8; 23. Td7, Bc6; 24. Dd4, Bf6; 25. g:f6, B:d7; 26. D:d7, Db6; 27. C:g7, Tc8; 28. Dg4, Rh8; 29. Cc8 e abandonam.

SOLUÇÃO N.º 96

Chave: 1. Tc6:é4!
1. B:é4; 2. Ta4 +
1. T:é4; 2. Tc2 +
(1. D:c4; 2. B:c4 + : variante não-temática)

A. de M. M.

Uma obra fundamental

edições **Avante!**